

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO

Ano XII - Nº 30 - Goiânia, dezembro 2012 / janeiro 2013 - www.segplan.go.gov.br



**GESTÃO
PÚBLICA**

**Eficiente
e com
resultados**



RIQUEZA

**Um PIB
acima de
R\$ 112
bilhões**



PAI

**O antídoto contra
escassez de recursos**

Plano de Ação Integrada de
Desenvolvimento criado pelo governo do
Estado promete dar injeção de
ânimo à economia goiana



FAEG/SENAR E SEBRAE GOIÁS: JUNTOS A GENTE CRESCE MAIS E MELHOR.

O Sebrae Goiás e o Sistema FAEG/SENAR trabalham juntos pelo desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores rurais. Projetos como o PER (Programa Empreendedor Rural) e o Negócio Certo Rural levam cada vez mais conhecimento e tecnologia para as famílias diretamente em suas propriedades, promovendo a autoconfiança do trabalhador rural e mais prosperidade para os negócios no campo. Unindo forças e somando experiências, a gente realiza juntos os sonhos de cada um e ajuda a construir um país cada vez melhor e mais justo a partir do nosso Estado. Participe você também de nossas atividades!



**Cursos de capacitação, consultorias,
treinamentos e muito mais...**

Técnicas de produção e fabricação de produtos lácteos
Saúde e nutrição animal
Tecnologias no manejo de animais
Produção e tecnologias em alimentos



www.sebraego.com.br
0800 570 0800



Modernização da gestão pública

MARCONI PERILLO

Modernizar a máquina pública é um dos grandes desafios dos governos em todo o mundo. Cada vez mais os gestores públicos lançam mão de ferramentas da tecnologia e de iniciativas inovadoras para maximizar os resultados na prestação dos serviços essenciais ao cidadão. Países como a Inglaterra e os Estados Unidos promoveram reformas e mudanças profundas, incorporando a modernização da gestão nesses processos.

No Brasil, diferentes instâncias do governo federal e mais de uma dezena de unidades da Federação têm buscado uma melhor organização, inovando na estrutura, no funcionamento e nos serviços. Deixam para trás a ideia de que foco em resultados é exclusividade do setor privado. Com as atuais iniciativas de modernização, Goiás também assumiu de vez sua

“Goiás assumiu de vez sua vocação para a gestão profissional, inteligente e focada no desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado”

vocação para a gestão profissional, inteligente e focada no desenvolvimento social, cultural e econômico do Estado.

A despeito das dificuldades enfrentadas desde o ano passado para colocar a casa em ordem e retomar o equilíbrio fiscal, o governo conseguiu desenvolver um trabalho sólido, operando programas de largo alcance social e econômico e investindo em áreas essenciais ao desenvolvimento sustentável, envolvendo ações e projetos nos setores de educação, saúde, segurança pública e infraestrutura de transportes. Se 2011 foi o ano da reorganização do Estado, 2012 foi um ano de avanços e do início efetivo de grandes transformações em todas as áreas. O severo ajuste fiscal implementado abriu espaço para a aceleração da agenda de obras e de investimentos nos programas essenciais para o desenvolvimento do Estado em bases duradouras, pavimentando o caminho para a captação de recursos aos quais o Estado não tinha acesso, até então, por conta do descumprimento de metas fiscais.

Hoje, a economia de Goiás não apenas cresce num ritmo muito superior à média nacional, mas igualmente gera empregos em velocidade mais acelerada, melhorando a renda e a qualidade de vida de todas as famílias, com melhor distribuição das nossas riquezas. Entre outros avanços, Goiás experimenta uma trajetória de êxitos na área educacional, com a implantação do Pacto pela Educação.

Na área da saúde, a mudança na gestão, com a transferência da administração de sete hospitais de referência para organizações sociais, resultou no reequilíbrio do setor, com melhora de infraestrutura e a aquisição de equipamentos com agilidade no atendimento. Recebemos críticas porque mexemos com os interesses de muitos. Sabíamos que a situação seria desconfortável, mas apresentamos como resultado maior eficiência no atendimento ao público.

O Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI), baseado no estado da arte em termos de gestão pública e planejamento, tem permitido ao Estado maximizar recursos escassos com sua destinação a programas com impacto direto na vida do cidadão. São R\$ 46,98 bilhões em investimentos, dos quais R\$ 27,81 bilhões virão do setor privado, R\$ 16,58 bilhões serão providenciados pelo governo estadual e R\$ 2,58 bilhões a cargo do governo federal.

Por fim, mas não menos importante, os investimentos em infraestrutura ganham fôlego, reforçados pela contratação de operações de crédito apenas tornadas possíveis em função da recuperação das contas fiscais. Somente nos últimos dois anos foram reconstruídos 2.081 quilômetros de rodovias e outros 2.119 quilômetros já estão licitados para 2013. Com a reconstrução de mais 1.230 quilômetros em 2014, somaremos 4.530 quilômetros. Podemos dizer, agora, que estamos vivendo a fase da entrega, da realização dos compromissos, da efetivação das promessas, da consumação dos sonhos – o que será o escopo maior dos próximos dois anos de Governo.



MARCONI PERILLO
Governador do Estado
de Goiás

Conteúdo

PAI
Um programa
com os pés
no chão
pág. 6



13	GESTÃO PÚBLICA Orçamento chega a R\$ 22,19 bilhões em 2013
18	MERITOCRACIA A nova cara da gestão pública em Goiás
24	FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO Um novo pacto, urgente!
28	EDUCAÇÃO Goiás acima da meta
32	MOVIMENTO GOIÁS COMPETITIVO Gestão pública eficiente e com resultados
37	MISSÃO INTERNACIONAL PROCURADORIA GERAL DO ESTADO Negócios na Ásia e Oceania Livre acesso à informação
38	AEROPORTO DE CARGAS DE ANÁPOLIS Investindo na competitividade
45	A RIQUEZA DE GOIÁS Um PIB acima de R\$ 112 bilhões
53	AGROPECUÁRIA 19 milhões de toneladas
58	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES Rodovia muda Goiás
61	COMÉRCIO EXTERIOR Exportações recordes (de novo)
64	CENTROS DE CONVENÇÕES Espaços para negócios
65	ESCOLA DE GOVERNO HENRIQUE SANTILLO Capacitação acelerada
68	PROGRAMAS SOCIAIS Inclusão social em todo o Estado
72	GOIÁS INCLUSIVO Chance a deficientes
73	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS) O salto de qualidade
76	DESENVOLVIMENTO REGIONAL Ampliando o crescimento
78	GRUPO JOSÉ ALVES Sede de crescimento
83	AGENDA MUNICIPAL Muito otimismo no segundo mandato
86	PAINEL DO DESENVOLVIMENTO

Expediente

Governador do Estado de Goiás: Marconi Perillo
Secretário da Segplan: Giuseppe Vecci

Superintendente Executivo: Otávio Alexandre da Silva
Chefe de Gabinete: Murilo Nunes Magalhães
Chefe de Gabinete Adjunto de Gestão: Maria Christina Reis
Chefe de Gabinete Adjunto de Planejamento, Qualidade dos Gastos e Investimentos: Júlio Paschoal
Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB): Lillian Maria Silva Prado

Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças:
Wagner Mendonça
Superintendência Central de Planejamento:
Lara Garcia Borges
Superintendência de Orçamento e Despesa:
Gilson Geraldo Valério do Amaral
Superintendência Central de Recursos Humanos:
Lilian Milhomens
Superintendência de Gestão de Resultados:
Rivael Aguiar Pereira
Superintendência da Escola de Governo Henrique Santillo:
Liliane Moraes B. de Sá
Superintendência de Tecnologia da Informação:
Gustavo de Pina Dias Adorno
Superintendência de Patrimônio do Estado:
Liliane Maria Cruvinel Siqueira Peu
Superintendência de Modernização Institucional:
Regina Simon Yasigi
Superintendência de Vapt Vupt e Atendimento ao Público:
Marco Antônio Ferreira
Superintendência de Suprimentos e Logística:
Antônio Eurípedes de Lima

Chefia de Advocacia Setorial: Andréia de Araújo Inácio Adourian
Comunicação Setorial: Sônia Ferreira
Gabinete de Gestão de Serviços Públicos e Qualidade no Atendimento: Bruno Perillo

CONSELHOS
Conselho Estadual de Políticas Salariais e Relações Sindicais
Secretária-executiva: Helena Almeida Barbosa
Conselho Estadual de Investimentos, Parcerias e Desestatização (Cipad)
Secretário-executivo: Wanderlino Teixeira de Carvalho
Promotora de Liquidação - Proliquidação
Presidente: Jailton Paulo Nunes

ÓRGÃOS JURISDICIONADOS
Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR
Presidente: Humberto Tannús

Agência Goiana de Desenvolvimento Regional - AGDR
Presidente: Liosório de Jesus Meireles

Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás - Ipasgo
Presidente: Francisco Taveira Neto

Goiás Previdência - Goiásprev
Presidente: Marlene Alves de Carvalho Vieira

Agência de Fomento de Goiás S.A. - GoiásFomento
Presidente: Luiz Maronezi

ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO

Edição e Coordenação Editorial:
Mariza Santana e Revista Safra
Textos: Comunicação Setorial da Segplan
Redação: Agata Couto, Cândida Mota, Carla Borges, José Carlos Araújo Gomes, Kátia Assunção, Leydiane Alves, Lúcia Monteiro, Luiza Renovato, Mariza Santana, Paulo Lício e Ricardo César
Fotografias: Paulo Machado, Carlos Costa e André Costa
Projeto gráfico, diagramação e impressão: Revista Safra

Tiragem: 15.000 exemplares

Pedidos e correspondência:
Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento
Palácio Pedro Ludovico Teixeira, nº 400, 7º Andar, Centro
Goiânia, Goiás, CEP: 74015-908 - Tel.: (62) 3201-5755 / 3201-5758
E-mail: segplan@segplan.go.gov.br / www.segplan.go.gov.br

Goiás em desenvolvimento

GIUSEPPE VECCI

A diversificação de sua economia, impulsionada por um cardápio de estímulos fiscais e de crédito, levou Goiás a apresentar taxas de crescimento sempre superiores à média brasileira, com taxas positivas mesmo em momentos de retração da atividade econômica no Brasil e no restante do mundo. Nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado tem avançado a taxas sustentadas, consolidando sua posição como a 9ª maior economia regional no País.

As previsões para 2012, quando se espera uma variação modesta para o PIB brasileiro, algo entre 1% e 1,5% em relação ao ano anterior, sugerem que a economia goiana deverá experimentar um incremento duas a três vezes mais acelerado do que aquela média, atingindo algo como R\$ 112,32 bilhões e acumulando uma variação nominal de quase 50% em quatro anos, um feito marcante sob vários aspectos, numa tendência de descentralização do crescimento e de modificações profundas

“A administração estadual (está) criando as bases para preservar taxas vigorosas de crescimento no longo prazo, com redistribuição das riquezas e dos ganhos”

no perfil da indústria goiana, com o desembarque de novos grupos industriais, principalmente nos segmentos de produção de medicamentos, cosméticos e produtos de higiene pessoal e montagem de veículos automotores.

Há, com certeza, desafios a superar, para assegurar níveis mais elevados de produtividade e, portanto, de competitividade para a economia de uma forma geral, muito especialmente no setor de infraestrutura de transporte e de logística de distribuição e ainda nas áreas da inovação e da educação, novos paradigmas que deverão funcionar como molas propulsoras do desenvolvimento desejado daqui em diante. A administração pública estadual tem dedicado todos os esforços para garantir que os avanços necessários ocorram em todas aquelas áreas, de forma a pavimentar o caminho para continuarmos atraindo investimen-

tos e empresas, gerando empregos e renda em todo o Estado, com atenção especial para as regiões com menores índices de crescimento econômico e de desenvolvimento social.

Esta edição renovada da revista **ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO** retrata o crescimento recente da economia goiana, com análise aprofundada dos dados disponíveis, e detalha o trabalho que o governo tem desenvolvido para suplantar dificuldades, garantir os recursos necessários para os setores prioritários e modernizar sua gestão, reforçando a eficiência na prestação de serviços ao contribuinte e reduzindo os riscos de desperdícios, com doses equilibradas de planejamento e transparência.

Como destaque, a revista apresenta reportagem detalhando o Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI), coordenado pela Secretaria de Gestão e Planejamento do Governo de Goiás (Segplan) com envolvimento de todos os órgãos da administração direta e indireta do Estado e parceria com o setor privado, que responderá por uma parcela relevante dos investimentos previstos. Trata-se de um esforço conjugado para gerir com a máxima eficiência os recursos alocados pelo setor público no processo econômico, em todas as suas frentes, estabelecendo prioridades para projetos e obras estruturantes.

Como forma de assegurar o cumprimento das metas fixadas pelo PAI, o governo criou o Selo Prioridade, que deverá acelerar processos administrativos e eliminar etapas burocráticas, incluindo a modernização da máquina pública, visando sua eficiência e agilidade em proveito do público em geral, do próprio gestor público e da iniciativa privada, no que ela depende da ação governamental. Com o PAI, a administração estadual torna explícito o planejamento desenhado para dar ordenamento ao processo de crescimento econômico e de promoção social no Estado, criando as bases para preservar taxas vigorosas de crescimento no longo prazo, com redistribuição das riquezas e dos ganhos acumulados durante esse processo, revertendo em cidadania e qualidade de vida para todos.



GIUSEPPE VECCI
Secretário de Gestão e
Planejamento do Governo do
Estado de Goiás

PAI



Um plano com os pés no chão

PAI prevê investimentos de R\$ 46 bilhões até 2014 e concede Selo de Prioridade a projetos com recursos já assegurados

Uma boa carteira de projetos, com fontes definidas de recursos, ações para eliminar os entraves burocráticos e monitoramento intensivo. Essas são as premissas do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI), lançado pelo governo do Estado em agosto, durante solenidade no Oliveira's Place, em Goiânia, que reuniu perto de 1.300 pessoas. O plano visa nortear as ações governamentais até dezembro de 2014, dando preferência à execução daquelas que têm impacto na vida dos cidadãos goianos, concedendo-lhes o Selo de Prioridade.

“Daqui em diante, o livro do PAI será a cartilha de todos os gestores estaduais, pois seus programas prioritários serão a ‘pedra de toque’ de todas as ações governamentais”, anunciou, na ocasião, o governador Marconi Perillo. Ele se referiu



Governador: programas prioritários serão a “pedra de toque” das ações do governo daqui em diante

ao plano como “pé no chão”, já que somente os programas, projetos e ações previstos nele e, portanto, com recursos assegurados serão executados, o que garante sua viabilidade. Segundo o governador, o planejamento estratégico foi adotado desde seu primeiro governo e é considerado de fundamental importância para direcionar a administração pública estadual, garantindo a melhor aplicação dos recursos públicos.



Há a preocupação de reduzir procedimentos burocráticos, por meio da reformulação de normas, decretos e legislação”

Os programas do PAI foram distribuídos em seis áreas: social, econômica, infraestrutura, desenvolvimento regional, gestão e institucional/comunicação. Os programas contam com recursos oriundos de Fundos Especiais e do Tesouro do Estado quando tratar de vinculações, além de operações de crédito, recursos próprios, investimentos das estatais, parcerias e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No total, o plano projeta investimentos que ultrapassam R\$ 46 bilhões até 2014, dos quais R\$ 15,7 bilhões serão realizados com recursos do governo estadual, R\$ 2,1 bilhões com financiamentos do BNDES, em torno de R\$ 2,6 bilhões com recursos federais, além de R\$ 27,8 bilhões que representam a intenção de investimentos em Goiás da iniciativa privada para o período, apurada por pesquisa feita pelo Instituto Mauro Borges de Pesquisa e Informações Socioeconômicas (IMB/Segplan).

Desburocratização, para acelerar programas

O secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecchi, acrescenta

que o Selo de Prioridade do PAI dá mais celeridade aos programas governamentais, cuja execução é importante para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Por isso, houve a preocupação de reduzir os procedimentos burocráticos, por meio da reformulação de normas, decretos e legislação, com o objetivo de propiciar agilidade aos processos considerados de alto interesse para a administração estadual.

Uma das medidas práticas adotadas, visando a desburocratização das ações administrativas, foi o fim do controle prévio, por parte da Controladoria Geral do Estado (CGE), das despesas no valor de até R\$ 500 mil, o que garante agilidade aos processos que emperravam muitas ações, principalmente nas áreas de Saúde e Segurança Pública, em que ações emergenciais e não previsíveis são sempre constantes. O ordenador de despesas continua sendo responsável pelos seus atos, mas a fiscalização passa a ser feita a posteriori, sem prejuízo à legalidade e com muito mais rapidez.

No dia 28 de agosto, foi realizada solenidade no Salão Dona Gercina, no Palácio das Esmeraldas, presidida pelo governador, para a alocação e destinação dos recursos para o PAI, no valor de R\$ 115 milhões, oriundos das contas de autarquias e dos fundos especiais. Conforme o secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecchi, essa foi a maneira encontrada para destinar recursos a alguns programas que ainda não tinham valores assegurados, o que colocaria em risco sua execução.

O total de R\$ 115 milhões foi destinado a 13 programas: Criança e Adolescente, Apoio às Pessoas com Deficiência, Apoio ao Idoso, Estadual de Enfrentamento às Drogas, Esporte e Lazer, Estadual de Cultura, Alimentos Comunitários, Fortalecimento e Expansão das Atividades

Agropecuárias no Estado de Goiás, Rodovia Urbano, Programa e Polos de Desenvolvimento Regional, Excelência dos Serviços da Administração Pública, Apoio à Juventude e Advocacia Geral do Estado.

“Os recursos do Tesouro Estadual estão comprometidos com as despesas vinculadas, folha de pessoal, pagamento da dívida e custeio da máquina. Por isso, estamos buscando alternativas para garantir recursos a todos os programas do PAI”, afirmou Vecci. Entre as alternativas de obtenção de recursos extras estão os acordos de resultados para captação de recursos e incremento da receita própria firmados com 39 órgãos estaduais, a venda de imóveis do Estado (para aplicação em programas sociais e de desenvolvimento regional),



Estamos buscando alternativas para garantir recursos a todos os programas do PAI”

alienação de ativos societários, incremento da receita tributária e controle e redução da folha de pessoal.

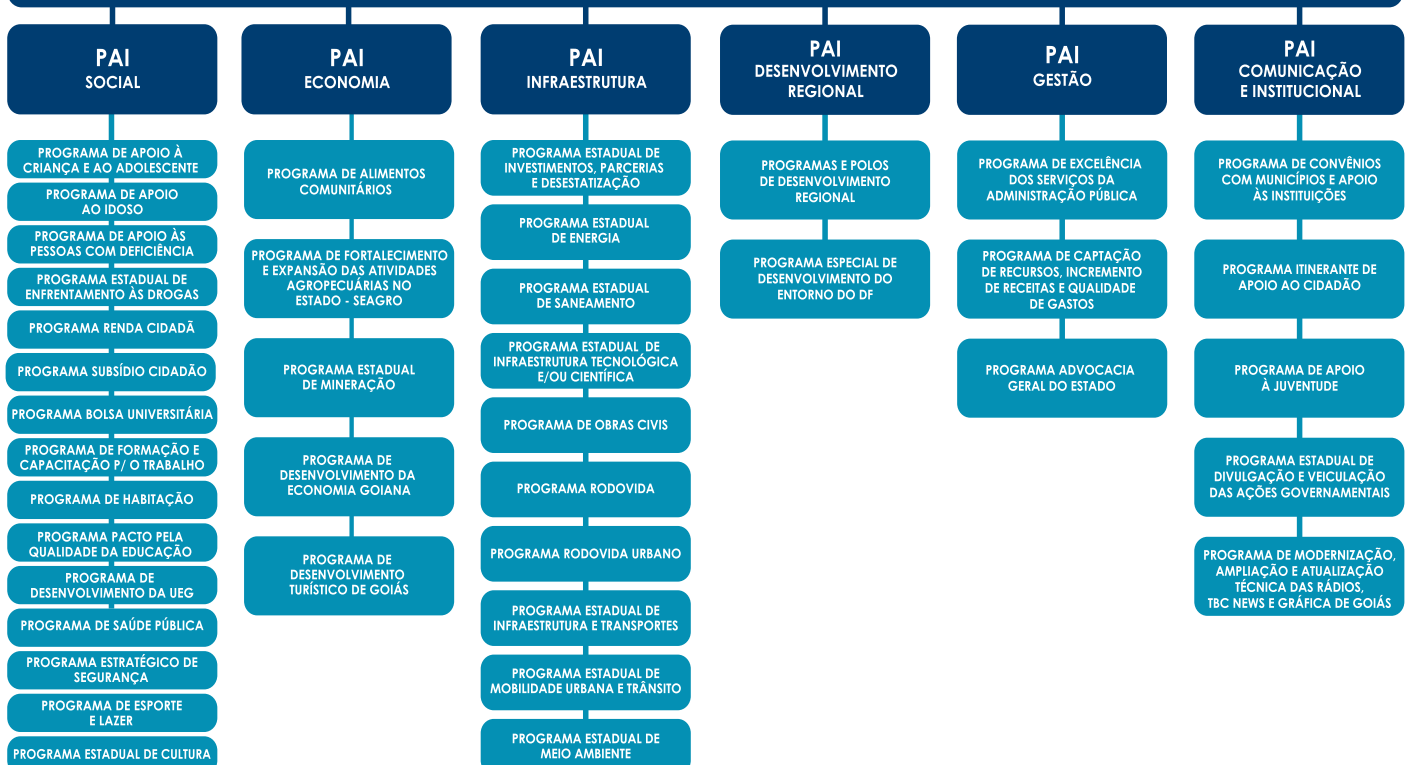
Também estão sendo adotadas medidas de controle das despesas

com pessoal, como auditoria e parametrização da folha de pagamento dos servidores estaduais, e ainda o controle das compras, do uso de telefone/internet, e da frota do Estado, entre outras medidas, e a adoção da qualidade no gasto público.

Cálculos do Instituto Mauro Borges (IMB/Segplan) apontam que, caso tenham êxito em sua execução, as ações do PAI vão contribuir para incrementar o Produto Interno Bruto (PIB) goiano em 3,5% ao ano, gerar 230 mil postos de trabalho, ampliar a média de investimentos anuais no Estado, atualmente na faixa de R\$ 7 bilhões, em quase R\$ 10 bilhões. Ou seja, o Plano propiciará efeito multiplicador no desenvolvimento econômico e social de Goiás até o fim de 2014.

PAI PLANO DE AÇÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO

ÁREAS E PROGRAMAS



Combate às drogas incluído no PAI

O enfrentamento às drogas é uma grande preocupação do governo do Estado. Principalmente no atual momento, quando o vício do crack já é considerado uma epidemia pelas autoridades de saúde do País, por ter o consumo disseminado tanto nos grandes centros urbanos quanto nas cidades de médio e pequeno portes, causando graves problemas sociais e aumento dos índices de criminalidade.

Por isso, dentro do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI) foram priorizadas as ações de en-

frentamento às drogas, que envolvem as áreas de prevenção, tratamento, repressão e gestão para evitar o uso e o tráfico de substâncias entorpecentes. As ações do Plano Estadual de Enfrentamento às Drogas têm como objetivo a promoção da estruturação, integração, articulação e ampliação das ações voltadas à gestão, prevenção do uso, tratamento e reinserção social de pessoas dependentes de drogas, sem perder de vista a repressão ao tráfico.

Durante solenidade realizada no dia 17 de setembro no auditório da

Associação dos Magistrados de Goiás (Asmego), o programa foi contemplado com o Selo de Prioridade do PAI, e integra a área social do plano. Ele conta com recursos da ordem de R\$ 89,6 milhões a serem aplicados até 2014. A meta é garantir tratamento a um total de 17.800 pessoas por ano. Entre as ações previstas está a instalação de cinco Centros de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeqs). A primeira unidade será construída em Aparecida de Goiânia e está orçada em R\$ 20 milhões.



Lançado em setembro, no auditório da Asmego, Plano Estadual de Enfretamento às Drogas recebeu Selo de Prioridade do PAI e terá R\$ 89,6 milhões para investir no tratamento e recuperação de 17,8 mil pessoas por ano

Ação conjunta, prevenção e tratamento a usuários

Também durante a solenidade foram assinados convênios com diversos organismos públicos e organizações não governamentais, visando à atuação conjunta em Goiás para o enfrentamento às drogas. Além das 25 entidades já contempladas com recursos do Programa Estadual de Enfrentamento às Drogas, o governo de Goiás pretende acrescentar mais 25 ao número de instituições que atuarão em conjunto na prevenção e no tratamento aos usuários de drogas.

Outras ações são a criação da Central de Conselhos para reunir todos que atuam nessa área e evitar a dispersão de recursos, a criação da Rede Estadual do Voluntariado e a realização de cursos de capacitação de servidores por meio da Escola de Governo Henrique Santillo.

A coordenação e a operacionalização das políticas de gestão relacionadas ao tema estão sob a responsabilidade do Grupo Executivo de Enfrentamento às Drogas, criado especialmente para essa finalidade. Na área governamental, a execução do programa envolve as Secretarias de Gestão e Planejamento (Segplan), Saúde, Educação, Segurança Pública e Justiça, Cidadania e Trabalho, e Agência de Esporte e Lazer.

O programa prevê ainda a viabilização de leitos para tratamento de dependentes químicos nos hospitais da rede pública estadual e municipal, bem como em entidades filantrópicas, além da construção do Centro de Recuperação de Dependentes Químicos na Penitenciária Odenir Guimarães, cujas obras estão orçadas em R\$ 2,5 milhões. Outras ações incluem o apoio de R\$ 300 mil por ano para custeio dos 42 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) já existentes e a implantação de mais 37 e 15 Uni-



O programa prevê ainda a viabilização de leitos para tratamento de dependentes químicos nos hospitais da rede pública estadual e municipal”

dades de Acolhimento com investimentos previstos de R\$ 488 mil.

Na área de prevenção ao uso de drogas, destaca-se a execução de ações preventivas na rede estadual de ensino, por meio de palestras e seminários, com envolvimento direto das famílias dos alunos. Na área de repressão ao tráfico, o governo estadual pretende investir cerca de R\$ 2 milhões no aparelhamento dos grupos especiais de repressão a narcóticos. As 15 bases operacionais instaladas nas divisas de Goiás com outros Estados serão fortalecidas, reestruturadas e adequadas. A meta é propiciar combate mais efetivo à entrada de drogas no Estado.

Ações do Programa Estadual de Enfrentamento às Drogas

- Construção de cinco unidades do Credeq;
- Viabilização de 40 leitos nos hospitais da rede pública estadual;
- Acordo de cooperação técnica com hospitais municipais e entidades filantrópicas no interior do Estado para destinação de 200 leitos para tratamento de pacientes;
- Apoio de R\$ 300 mil por ano para custeio de 42 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) já existentes;
- Implantação de mais 37 Caps e 15 Unidades de Acolhimento com investimentos previstos de R\$ 488 mil;
- Construção do Centro de Recuperação de Dependentes Químicos na Penitenciária Oldenir Guimarães a um custo de R\$ 2,5 milhões;
- Execução de ações preventivas ao uso de drogas na rede estadual de ensino;
- Aparelhamento dos 13 grupos especiais de repressão a narcóticos;
- Reestruturação de 15 bases operacionais para ações de combate ao tráfico de drogas nas regiões de divisa de Goiás com outros Estados;
- Ampliação de 25 para 50 do número de entidades contempladas com recursos para o enfrentamento às drogas no Estado;
- Criação da Central de Conselhos para evitar dispersão de recursos;
- Realização de cursos de capacitação de servidores por meio da Escola de Governo Henrique Santillo;
- Criação da Rede Estadual do Voluntariado.

Alguns dos objetivos do PAI Economia

Manter a economia goiana na rota do crescimento, registrando bons indicadores no Produto Interno Bruto (PIB), geração de emprego formal, produção industrial e vendas do comércio. Além disso, criar novos mecanismos de apoio ao desenvolvimento de Goiás como alternativa à política de benefícios e incentivos fiscais utilizada para atrair investimentos produtivos.

Esses são alguns dos objetivos do PAI Economia, integrante do Plano de Ação de Desenvolvimento Integrado, cujas ações foram anunciadas pelo governo do Estado no dia 10 de outubro, no auditório do Sesc Cidadania, em Goiânia. O PAI Economia congrega cinco programas na área econômica que totalizam R\$ 654,6 milhões. Ele abrange os segmentos de agropecuária, mineração, microcrédito, indústria, turismo e micro e pequenas empresas.

Entre as ações do PAI Economia está a instalação de um grupo de trabalho que vai atuar na reformulação da política de atração de investimentos e incentivos fiscais do Estado nos diversos segmentos produtivos, que engloba os programas Fomentar e Produzir, além de outros benefícios.

“Precisamos estar preparados para enfrentar duas ameaças que pairam sobre o Estado: a súmula vinculante, que propõe o fim da política de incentivos fiscais dos Estados a ser votada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e a proposta do governo federal de estabelecer alíquota única para o ICMS e cobrança do imposto no destino”, afirmou o secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecci. Também foi criado grupo de trabalho para auxiliar e acompanhar processos de implantação de 156 projetos aprovados pelo Produzir e FCO, além de remover entraves que porventura existirem nas áreas ambiental, de vigilância sanitária e fazendária.

Ações do PAI Economia

- Instalação de Grupo de Trabalho de Reformulação da Política de Atração de Investimentos;
- Decreto de criação do Comitê de Prospecção de Oportunidades de Negócios;
- Criação do Comitê de Concessão e Avaliação de áreas e/ou distritos industriais;
- Instituição de Força-Tarefa para efetivação dos projetos de investimentos da iniciativa privada em Goiás;
- Criação de Grupo de Trabalho para reestruturar a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural da Emater.
- **GoiásFomento**
 - Reformulação dos objetivos da GoiásFomento;
 - Fusão da Diretoria de Operações com a Diretoria de Desenvolvimento de Programas e criação da Diretoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios.
- **Programa Estadual de Mineração**
 - Prospecção Mineral - Projeto Mapa da Mina do Empreendedor;
 - Apoio técnico, financeiro e de capacitação aos pequenos empreendedores minerais;
 - Realização de parcerias para implantação do laboratório de tecnologia mineral de Goiás.
- **Programa de Desenvolvimento da Economia Goiana**
 - Programa de Infraestrutura de Distritos Agroindustriais;
 - Construção dos Centros de Convenções de Anápolis e da cidade de Goiás;
 - Programa de Fomento à Economia (Goiás Cresce e Aparece);
 - Criação de novas linhas de financiamento a Micro e Pequenos Empreendedores com linhas de créditos para prestadores de serviços, para produtores de bijuterias e pequenos artesãos de gemas e joias, para cabeleireiros e pequenos salões de beleza (Credibleza), para micro e pequenas confecções (Credinvestuário), para arranjos produtivos locais (APLs) e para proprietários de Pit Dogs (Credipitdog).
 - Criação do Fundo de Aval (Sociedade Garantidora de Créditos);
 - Criação do Fundo Especial do Banco do Povo do Estado de Goiás, com operacionalização pela Agência de Fomento.
- **Programa de Desenvolvimento Turístico de Goiás**
 - Programa de atração de eventos de negócios e turísticos.
- **Programa de Alimentos Comunitários**
 - Implantação do Sopão Ceasa;
 - Ampliar o Programa Horta Comunitária de 33 para 150 municípios atendidos;
 - Ampliar o Programa Lavoura Comunitária para atendimento de 87 para 200 municípios.
- **Programa de Fortalecimento e Expansão das Atividades Agropecuárias do Estado**
 - Implantação de projetos de irrigação, conclusão da 2ª etapa do Projeto de Irrigação de Flores de Goiás
 - Conclusão do Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia;
 - Construção da Barragem Imburuçu em Campo Alegre de Goiás;
 - Realização de estudos de viabilidade para a implantação de 110 barragens nos municípios de Cristalina, Rio Verde e Santa Helena de Goiás;
 - Implantação do Programa de Construção de Pequenas Barragens para irrigação nos municípios goianos.
- **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural**
- **Programa de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária**
 - Reestruturação e manutenção da infraestrutura das unidades de pesquisa da Emater para disponibilização de materiais genéticos.
- **Programa de Defesa e Vigilância Agropecuária**

Novas linhas de crédito e fundo de aval

A Agência de Fomento de Goiás S.A. (GoiásFomento) passará a atuar no desenvolvimento do Estado, com a criação da Diretoria de Prospecção e Oportunidades de Negócios da instituição financeira. Foram anunciadas novas linhas de crédito da GoiásFomento para micro e pequenos empreendedores: prestadores de serviços (encanadores, chapeiros, técnicos de manutenção residencial), produtores de bijuterias e pequenos artesãos de gemas e joias, cabeleireiros e donos de pequenos salões de beleza, micro e pequenos confeccionistas e proprietários de pit dogs, além de Arranjos

Produtivos Locais (APLs). Ao todo serão disponibilizados para essas novas linhas de crédito R\$ 25 milhões.

No lançamento do PAI Economia, o presidente da Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), José Evaristo dos Santos, elogiou especialmente uma das medidas anunciadas, a criação do Fundo de Aval (Sociedade Garantidora de Crédito), que concederá garantias complementares à contratação de operações de crédito por parte das micro e pequenas empresas, no valor de R\$ 5 milhões, recursos da Agência de Fomento e do Sebrae-GO. “Essa é uma antiga reivindicação do setor produti-

vo goiano que finalmente se torna realidade”, destacou.

Também foi criado o Fundo Especial do Banco do Povo, no valor de R\$ 20 milhões, que será operacionalizado pela GoiásFomento e beneficiará 4 mil micro e pequenos empreendedores goianos. O PAI Economia contempla ainda ações no setor agropecuário, como a implantação do Sopão Ceasa e a ampliação dos Programas Horta Comunitária e Lavoura Comunitária, implantação e conclusão de projetos de irrigação, Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Defesa e Vigilância Sanitária.



Evaristo, da Fecomércio-GO: criação do Fundo de Aval responde à reivindicação do setor produtivo goiano

GESTÃO PÚBLICA

Orçamento chega a R\$ 22,19 bilhões em 2013

Grande desafio será garantir o custeio da máquina pública, honrar dívidas e seus encargos e, ainda, promover novos investimentos para assegurar o crescimento equilibrado da economia

Em que pesem os esforços governamentais para melhorar o desempenho da administração pública, seja pelo aumento da receita, seja pela redução e qualificação das despesas ou ainda pela otimização dos processos de gestão, a realidade mostra que os orçamentos governamentais são insuficientes para fazer frente a todas as necessidades do poder público perante às crescentes demandas da população. O grande desafio dos gestores públicos se concentra basicamente na necessidade de manter o funcionamento da máquina pública, no pagamento da dívida e seus encargos e, fundamentalmente, na destinação de recursos para investimentos que promovem o crescimento econômico e social do Estado.

No exercício de 2013, o governo de Goiás terá a missão de gerir um orçamento que estima a receita e fixa as despesas em R\$ 22,19 bilhões, valor que é 25% superior ao montante orçado para 2011, de R\$ 17,75 bilhões. Em termos numéri-

cos, o crescimento é relevante, mas ainda assim não significa que haverá folga na administração dos recursos. Será preciso um grande esforço para consolidar esses valores e fechar as contas. É nesse ponto que entra a capacidade de gestão do governo de

Saneamento básico: esforço para ampliar os recursos orçamentários destinados ao setor



modo a gerar meios suficientes para incrementar os investimentos em infraestrutura econômica e em programas sociais capazes de impulsionar a melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo o superintendente executivo da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), Otávio Alexandre da Silva, as vinculações constitucionais e legais das receitas criam uma “rigidez orçamentária”, comprometendo quase integralmente os recursos do Tesouro. “Daí a necessidade de buscarmos fontes alternativas de receita para fazermos face às demandas da população”, afirma.

Ele destaca ainda que a proposta orçamentária para o exercício de 2013 é “uma peça bem elaborada, fruto de um planejamento responsável”.

A divisão dos recursos por área

O valor global do orçamento do Estado está distribuído entre o orçamento fiscal, que soma R\$ 16,27 bilhões; seguridade social, com R\$ 4,74 bilhões e investimentos das empresas, cuja soma atinge R\$ 1,18 bilhão. A expectativa de incremento da receita se baseia principalmente no aumento da arrecadação de tri-

butos (14,22%), da entrada de receitas provenientes da alienação de áreas públicas pertencentes ao governo, da captação de novos recursos advindos do Programa de Acordo de Resultados, cujo foco principal é o aumento das receitas próprias de autarquias, fundação e fundos especiais. Finalmente, outra fonte alinhada na proposta orçamentária será a captação de recursos como empréstimos, convênios e outros.

Na proposta orçamentária do Estado para 2013, a receita total está distribuída em três grandes fontes, quais sejam: recursos do tesouro/convênios, fixados em R\$ 16,098 bilhões; recursos próprios das autarquias, fundação e fundos especiais, R\$ 4,92 bilhões e investimentos próprios das empresas estatais, R\$ 1,178 bilhão, o que perfaz o montante de R\$ 22,197 bilhões. Do total da receita bruta do Tesouro Estadual será deduzido um montante de R\$ 5,59 bilhões para a formação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico e Valorização do Magistério (Fundeb) e transferências constitucionais para os municípios.

No detalhamento da receita tributária, é relevante observar o incremento dos valores propostos,

Distribuição da Receita

Receitas	Valor	%
Recursos de Tesouro / Convênios	16.098.181.000	72,5%
Recursos Próprios (Autarquias / Fundações / Fundos Especiais)	4.920.953.000	22,2%
Investimento das Empresas Estatais	1.178.791.000	5,3%
Total	22.197.925.000	100%

Proposta Orçamentária de 2013

Detalhamento da Receita Tributária Recursos de Todas as Fontes

A - Tesouro	2012	2013	Variação % (2012 - 2013)	Crescimento Real (descontado inflação de 5,50% (1))
-Tributária	10.837.429.000	12.378.109.000	14,22	8,72
ICMS	9.549.006.000	10.928.137.000	14,44	8,94
IPVA	634.665.000	725.341.000	14,29	8,79
IRRF	559.252.000	601.544.000	7,56	2,06
ITCD	91.495.000	119.518.000	30,63	25,13
TAXAS	3.011.000	3.569.000	18,53	13,03

(1) Expectativa de mercado para inflação nos próximos 12 (doze) meses, conforme relatório FOCUS do Banco Central do Brasil – Na semana de 16 a 21 de setembro de 2012, IPCA.



Secretário Simão Cirineu: “Com esforço, vamos realizar a arrecadação prevista”

índices que serão alcançados mediante continuado esforço do governo. Em comparação com o orçamento de 2012, o crescimento nominal da receita tributária deverá ser de 14,22%, elevando-se de R\$ 10,837 bilhões neste ano para R\$ 12,378 bilhões em 2013. O crescimento real

será de 8,72% descontando-se a inflação de 5,5%. No caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), as variações positivas deverão ser de 14,44% e 14,29%, respectivamente.

A Secretaria da Fazenda trabalha com a perspectiva de cumprir integralmente a previsão orçamentária, realizando uma ofensiva para recuperar receitas e repor perdas eventuais causadas, num exemplo, pela redução das tarifas de energia elétrica ao longo de 2013. “Com muito esforço para a captação de recursos adicionais, vamos conseguir realizar a arrecadação tributária prevista”, afirma o titular da pasta, Simão Cirineu Dias.

No detalhamento das receitas estimadas do Tesouro Estadual

para 2013, alguns pontos merecem atenção especial. No que diz respeito às receitas provenientes de convênios, a projeção é que haja crescimento de 437,86% em 2013 comparado com 2012, saltando de R\$ 309,81 milhões este ano para R\$ 1,666 bilhão no próximo exercício. Com relação a outras receitas correntes também prevê-se impulso de 123,43%, elevando o valor de R\$ 382,15 milhões em 2012 para R\$ 853,86 milhões em 2013. Quanto à alienação de bens, pela qual não houve receitas em 2012, a previsão é que em 2013 sejam apurados R\$ 414,78 milhões, provenientes da alienação de ativos da administração direta, da alienação de ativos de empresas em liquidação e da alienação de ativos da administração indireta e fundos especiais.

Gestão das despesas exige eficiência

Despesas obrigatórias como o serviço da dívida, transferências constitucionais para os municípios, gastos vinculados e manutenção da máquina são fatores que limitam as ações do administrador público na execução orçamentária em relação às despesas. Na realidade, o que sobra do montante arrecadado para investimentos é pouco para as múltiplas necessidades e demandas do conjunto da população. Visão empreendedora, ousadia e eficiência na prática administrativa são ingredientes fundamentais para gerir bem os recursos, por meio da priorização de investimentos, redução de custos e implementação de parcerias, o que significa fazer mais com menos.

Em 2013, do total da arrecadação, o governo destinará R\$ 9,06 bilhões para o pagamento da folha

de pessoal, o equivalente a 63% da Receita Corrente Líquida, fixada em R\$ 14,382 bilhões. O aumento em relação a 2012 será de 14,06% e ocorrerá por conta da reposição salarial na data-base, admissão de novos servidores e crescimento vegetativo da folha, que é um processo natural. Para o pagamento da dívida pactuada com a União, serão desembolsados R\$ 2,41 bilhões. Já as transferências constitucionais para os municípios referentes à arrecadação de ICMS e IPVA vão somar R\$ 3,31 bilhões. Para os outros poderes (Legislativo e Judiciário) serão gastos R\$ 2,11 bilhões. A conclusão é que as despesas obrigatórias vão somar em 2013 um valor global de R\$ 19,66 bilhões, restando apenas R\$ 2,53 bilhões para investimentos e despesas de custeio.



Educação: verbas previstas para o ano de 2013 somam R\$ 3,248 bilhões



Otávio Alexandre: "Peça orçamentária é resultado de um planejamento responsável"

Educação, Saúde e Ciência e Tecnologia são áreas com vinculação de receita e vão receber o montante de R\$ 5,25 bilhões em 2013. Desse total, a Saúde terá R\$ 1,687 bilhão, dos quais R\$ 1,479 bilhão do Tesouro Estadual e R\$ 207,845 milhões de outras fontes. Já a Educação terá direito a R\$ 3,248 bilhões, sendo R\$ 3,083 bilhões do Tesouro Estadual e R\$ 165,560 milhões de outras fontes. O setor de Ciência e Tecnologia receberá o total de R\$ 316,991 milhões do Tesouro Estadual.

Rigidez Orçamentária

Transferências para os municípios	
Transferências Constitucionais/ou Legais	3.310.153.000
Encargos Financeiros/Dívidas	
Dívida LIMITE – 15%	1.847.218.000
Dívida EXTRALIMITE – 3%	
Despesas com parcelamentos: INSS, PIS/PASEP, outros)	562.223.747
TOTAL - DÍVIDA	2.409.441.747
Pessoal e Encargos	
Todos os Poderes	9.065.137.000
Vinculações Constitucionais	
Saúde – 12%	1.479.878.486
Educação – 25%	3.083.080.18
Ciência e Tecnologia – 3,25%	316.991.448
TOTAL GERAL	
DESPESAS OBRIGATÓRIAS	19.664.681.861

Assembleia recebe fatia maior

As transferências de recursos do Tesouro Estadual para outros poderes terão aumento significativo no próximo ano, conforme detalhado na proposta orçamentária. Para o Poder Legislativo (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas dos Municípios, o montante saltará de R\$ 514,21 milhões em 2012 para R\$ 681,38 milhões em 2013, um aumento

de 32,51%. Desse total, a maior parte vai para a Assembleia, que terá R\$ 354,44 milhões. Para o Poder Judiciário (Tribunal de Justiça) serão repassados R\$ 991,99 milhões, 16,20% a mais que os R\$ 853,70 orçados para este ano. O Ministério Público (Procuradoria Geral de Justiça) terá R\$ 437,28 milhões, o que representa 54,38% a mais que os R\$ 283,24 milhões repassados este ano.



PAI terá R\$ 5,456 bilhões

O desenvolvimento econômico e social do Estado é uma das prioridades do governo estadual até o fim de 2014. Com essa visão, a Secretaria de Gestão e Planejamento idealizou e lançou o Plano de Ação Integrada para o Desenvolvimento (PAI), que reúne 40 programas e dezenas de ações que vão assegurar benefícios para todas as regiões do Estado. Trata-se de um esforço concentrado a ser desenvolvido de forma estratégica e planejada, possibilitando à administração pública oferecer respostas rápidas às demandas da sociedade, com resultados palpáveis e satisfatórios.

Para fazer frente aos programas que receberão o selo de prioridade do PAI, a proposta orçamentária prevê um montante de R\$ 5,45 bilhões, recursos que estão garantidos conforme as previsões de receitas diretamente arrecadadas por autarquias, fundação e fundos especiais, tanto pelo incremento de

receitas próprias como pela captação de outros recursos por meio do Acordo de Resultados firmados com todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.

As principais fontes de recursos elencadas na proposta orçamentária especificamente para o PAI são as receitas ordinárias que somam R\$ 1,376 bilhão; as operações de crédito, totalizando R\$ 1,309 bilhão (aí incluído R\$ 1,5 bilhão do acordo assinado com o BNDES); convênios, ajustes e acordos, que deverão somar R\$ 1,35 bilhão e recursos decorrentes de alienação de ativos da administração direta, cuja projeção é de R\$ 414,78 milhões, oriundos da venda de ativos da administração direta e indireta e da alienação de ativos de empresas em liquidação.

O plano está subdividido em sete áreas distintas, quais sejam PAI Social, PAI Economia, PAI Infraestrutura, PAI Gestão, PAI Desenvolvimento Regional, PAI Institucional e PAI Comunicação, que receberão prioridade absoluta na liberação de recursos do governo. Do total de recursos destinados ao PAI, a área de infraestrutura terá o maior aporte, em torno de R\$ 2,8 bilhões; o segundo segmento com maior volume de verbas é a área social, que terá no próximo ano R\$ 1,67 bilhão, dos quais R\$ 1,16 bilhão para educação, saúde e segurança pública e R\$ 510,97 milhões para a rede de proteção social (programas sociais). Confira na tabela abaixo a distribuição dos recursos do PAI em todos os segmentos.

Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento – PAI

Recursos do PAI por Área

Área	Orçamento	%
Social	1.671.464.000	30,63
(Rede de Proteção	510.977.000	9,37
(Educação/Saúde/Segurança Pública)	1.160.487.000	21,27
Economia	249.887.000	4,58
Infraestrutura	2.800.637.000	51,33
Desenvolvimento Regional	379.131.000	6,95
Gestão	214.280.000	3,93
Institucional	94.576.000	1,73
Comunicação	46.118.000	0,85
Total	5.456.093.000	100,00



Saúde pública: Tesouro Estadual reservou R\$ 1,479 bilhão para o setor

SEGPLAN

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

1º



MERITOCRACIA

A nova cara da gestão pública

Profissionalização e modernização da gestão pública. Se é fácil conceituar esse status, que tem como premissa básica oferecer um serviço público de qualidade à população, a prática desse exercício se mostra um verdadeiro desafio. Mas é nisso que o governo está apostando para transformar Goiás em um dos maiores polos de desenvolvimento econômico e social do País, ao introduzir políticas inovadoras na forma de administrar o Estado. Um exemplo

claro dessa intenção é a adoção do sistema de seleção de gerentes por mérito, processo ainda em andamento, mas que já mostra resultados, a despeito de diversas dificuldades para sua execução e da resistência inicial, ao ferir o 'privilégio' da indicação dos cargos feita por políticos.

Espelhando-se em administrações que introduziram a meritocracia com êxito, como o Estado de Minas Gerais, e na comprovação de que essa é a ferramenta de gestão com melhor

resposta nas grandes empresas globalizadas, o governo de Goiás decidiu investir na profissionalização dos seus gerentes. Os candidatos a esses postos são definidos por seus próprios méritos, com base no conjunto de conhecimentos, habilidades e experiência.

Não é difícil entender a preocupação e o propósito do governo com a renovação estrutural. A simples conferência dos números da receita estadual é clara: a folha de pagamento absorve quase 70% da receita

Encontro Geral dos Gerentes

Apoio:



Patrocínio:



Mais de 800 gerentes meritocráticos estiveram presentes no encontro

em Goiás

do Estado; 20% vão para o pagamento da dívida; 6% a 7% para o custeio da máquina, restando muito pouco para investimentos. A dedução a partir desse quadro também é inequívoca: o servidor público é 'caro' para a sociedade, portanto, "tem de ser eficiente para fazer a eficácia da máquina administrativa".

Aí residem os desafios. Além da competência para liderar equipes, levar os servidores ao comprometimento, os gerentes também se veem

compelidos a gerar bons projetos que encontrem acolhida junto ao governo federal, aos municípios, a organismos internacionais e mesmo na iniciativa privada. Investir na gestão profissionalizada foi um dos caminhos escolhidos para a consecução dos objetivos propostos. Esses propósitos, segundo Vecci, devem contemplar não somente este governo, mas se sedimentarem como política de Estado.

A expectativa do governo, portanto, é grande em relação a esses

profissionais. O recado foi dado por Giuseppe Vecci, representando o governador Marconi Perillo, na abertura do 1º Encontro Geral dos Gerentes, realizado no dia 29 de outubro, no Oliveira's Place. O secretário ratificou a necessidade premente de aumento da produtividade, fazendo mais com menos custos, ou melhor, gastando menos com o Estado e mais com o cidadão. "Há muito que fazer e não podemos perder tempo", sentenciou.

A marca da valorização profissional

O 1º Encontro Geral de Gerentes faz parte de uma série de capacitações que serão promovidas pelo governo do Estado, voltadas para a melhoria da gestão e dos processos administrativos e para o aumento da produtividade, necessários ao papel dos gerentes de transformar o perfil da administração pública.

Na palestra introdutória do encontro sobre A Gestão Pública em Goiás 2011/2015, Giuseppe Vecci pediu empenho dos gerentes para que os projetos do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento –

“

A tarefa dos gerentes não pode estar em desalinho com as metas do governo”

PAI possam deslanchar. É onde estão concentradas as 40 ações prioritárias do governo, selecionadas com o referendo da sociedade por meio de audiências públicas. Uma tarefa que exige muita responsabilidade e comprometimento, inclusive no desenvolvimento de bons projetos e na captação de recursos fora do Tesouro Estadual.

O secretário anunciou que o governo oferecerá, na contrapartida, todo o apoio necessário como capacitação, cursos de pós-graduação, seminários e visitas técnicas no Brasil



Durante o encontro de gerentes foram oferecidas atividades motivacionais aos participantes

e no exterior. Um dos cursos planejados é o de Políticas Orçamentárias e Gestão Pública por Resultados - que será realizado em Santiago do Chile, ministrado pelo Instituto Latino Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Outra visita prevista será na França, na escola de Negócios de Fontainebleau. São iniciativas que o governo está tomando para a profissionalização contínua dos servidores públicos do Estado.



Competência, gestão de resultados e liderança

Durante o encontro de gerentes foram ministradas duas palestras. A psicóloga Magda de Paula falou sobre Habilidades e Competências Gerenciais, com destaque para a importância do planejamento, da reflexão, da autoavaliação, a tomada de decisão e liderança.

O cientista político e diretor presidente do Centro de Liderança Pública, Luiz Felipe D'Ávila enfocou o tema Liderança e Gestão de Resultados. Sua orientação é no sentido de que a liderança precisa ser exercitada, focada em meta coletiva, na valorização da equipe, em cuja montagem

deve ser considerada a pluralidade de visão, de habilidades e competências. Os principais ganhos são a continuidade das ações e a previsibilidade, que confere maior segurança aos processos. Ele também alertou para o fato de que a tarefa dos gerentes "não pode estar em desalinho com as metas do governo".

Os gerentes puderam ainda participar, no período da tarde, de oficinas de estudos sobre os temas: Gestão de Planejamento, Orçamento e Finanças; Tecnologia e Inovação na Gestão Pública; Análise e Melhoria de Processos; Licitações, Contratos e Convênios; Gestão dos Programas do PAI e Gestão de Pessoas e Qualidade no Atendimento.

O resgate do papel do Estado

Giuseppe Vecci avalia que a implantação do sistema de Meritocracia por si já provoca grande impacto na gestão pública estadual. "Destacamos que menos de 1% dos 790 gerentes empossados por mérito não mostrou a competência esperada, portanto, a grande maioria correspondeu ao perfil desejado."

E os primeiros ganhos já podem ser verificados por meio da orientação dos novos auxiliares para a busca de resultados, com maior envolvimento de suas equipes. "Já notamos diferença no trabalho de articulação dos órgãos com outros poderes e com a sociedade, o que é muito importante para o nosso objetivo de atuação em projetos estruturantes, de efeito multiplicador", revela o secretário.

Gerentes selecionados por intermédio da Meritocracia (*veja box*), que já estão no exercício da função, também dão testemunho da legitimidade do processo. Reconhecem a existência de dificuldades, mas demonstram disposição para buscar ideias e apresentar soluções compatíveis com a expectativa da população.

A tarefa de resgate do papel do Estado junto ao cidadão é confiada ao servidor público, mas o governo aposta na competência dos gestores para atingir os resultados, lançando mão da criatividade, competência, iniciativa e proatividade. São habilidades capazes de influenciar na qualidade e na eficiência dos serviços oferecidos à população.

Meritocracia: quinto processo seletivo

Ao fazer um balanço sobre o processo de Seleção de Gerentes por Capacitação e Mérito, o secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecci, citou os dados levantados pela Coordenação da Escola de Governo Henrique Santillo: 790 das cerca de 800 gerências dos 39 órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo já são ocupadas por meritocratas, selecionados em quatro processos, somando 7.937 inscrições. O quinto processo seletivo já está sendo anunciado pela Segplan.

A meritocracia visa ao preenchimento de 100% das gerências da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo. Os processos incluem avaliação curricular, prova objetiva e entrevista. O primeiro e segundo processos abrangem 40% do quantitativo dos cargos em comissão de gerentes já definidos pela estrutura complementar, e apenas servidores efetivos e empregados públicos em atividade do Poder Executivo do Estado de Goiás participaram. Nas demais etapas, os comissionados também puderam concorrer.

O primeiro processo ofereceu 16 vagas gerenciais na Secretaria de



A totalidade das gerências do governo já é ocupada pela meritocracia”

Gestão e Planejamento - Segplan e 75 cargos técnicos de Projetos Estruturantes, com 1.489 candidatos inscritos, utilizando-se como método de seleção, a análise curricular e entrevista psicológica; o segundo foi destinado ao preenchimento de 226 vagas em diversos órgãos, com 2.796 inscritos, também com seleção por análise curricular, informações técnicas, prova objetiva de conhecimentos gerenciais e entrevista profissional; o terceiro processo teve como objetivo a complementação dos 60% restantes das vagas, ou seja, 551 gerências, com 3.092 candidatos ins-

critos utilizando-se o modelo de seleção do processo anterior.

O quarto processo, na fase de segunda avaliação para validação dos aprovados, ofereceu 37 cargos gerenciais, que por desistência ou inaptidão de candidatos avaliados no processo anterior, encontravam-se vagos. Foram inscritos 560 concorrentes e seguiu o mesmo modelo do segundo e do terceiro processos.

Os gerentes selecionados em todas as etapas foram submetidos, no prazo de 60 dias, a duas avaliações de desempenho pelos respectivos superintendentes, com objetivos de confirmação do resultado seletivo e indicação de necessidades de capacitação e desenvolvimento dos mesmos.

O que ressalta o aspecto democrático da Meritocracia, é que os secretários, presidentes, chefes de gabinete, superintendentes e diretores puderam participar das entrevistas, legitimando a demanda dos órgãos na agregação de novos talentos aos seus quadros. É também uma forma de conferir oportunidade a servidores subutilizados, que seriam melhor aproveitados em serviços que correspondem às áreas de formação.

RESUMO DOS PROCESSOS SELETIVOS - MERITOCRACIA

	1º Processo (piloto)	2º Processo (40%)	3º Processo (60%)	4º Processo (remanescente)	Total
Diário Oficial	Edital DOE nº 21033 de 1º fevereiro de 2011	Edital DOE nº 21070 de 28 de março de 2011	Edital nº 21177 de 2 setembro de 2011	Edital DOE nº 21316 de 29 de março de 2012	-
Total de vagas para gerentes	16	226	551	37	793
Total de gerentes selecionados	15	223	531	21	790
Quantidade de Inscritos	1.489	2.796	3.092	560	7.937
Método de seleção	<ul style="list-style-type: none"> Análise curricular Entrevista psicológica 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Curricular Informação Técnica Prova objetiva de conhecimentos gerenciais Comprovação da documentação Entrevista Técnica 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Curricular Prova objetiva de conhecimentos gerenciais 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Curricular Prova objetiva de conhecimentos gerenciais 	

Obs: No projeto piloto (1º processo), foram selecionados 75 técnicos para projetos estruturantes

COM A PALAVRA, OS GERENTES



Antônio do Amaral Leal

Gerente de Sanidade Animal da Agência Goiana de Defesa Agropecuária - Agrodefesa

“Com o processo de Meritocracia tive a oportunidade de pleitear o cargo de gerente e aproveitar minha experiência profissional na área em que atuo, neste caso, defesa sanitária animal. O cargo me permitiu uma visão mais global de todo o processo, garantindo maior liberdade para inovar e possibilitar o desenvolvimento não só na área técnica, em sanidade animal, mas também na esfera administrativa, pelo melhor entendimento da máquina pública. Acredito que o governo de Goiás, com as mudanças implementadas pelo processo meritocrático no serviço público estadual, tem garantido melhorias na gestão e na prestação de serviços públicos à comunidade.”



Cíntia Maria Gondim Villac

Gerente de Gestão, Planejamento e Finanças da Agência Goiana de Desenvolvimento Regional - AGDR

“A gestão pública no Brasil encontra-se hoje em um processo acelerado de mudança, focado em uma maior valorização da eficiência, eficácia e efetividade no tratamento dos assuntos de interesse público. Dessa forma, torna-se necessária a busca de estratégias de ações voltadas à melhoria de diversos aspectos do serviço público brasileiro, considerados deficientes.

Uma das estratégias encontradas pelo governo goiano foi a promoção de uma mudança da sua cultura organizacional, com a implantação do sistema de mérito para a seleção de seus gerentes. Após pouco mais de um ano de sua aplicação, a meritocracia mostrou-se válida, pois ampliou a motivação funcional cotidiana, proporcionou melhor aproveitamento do potencial humano e conseqüente otimização do processo de gerenciamento do capital hu-

mano, principal ativo de uma organização. Com a formação de um grupo técnico competente e motivado, a gestão pública se torna mais profissional e produtiva.”



Erika Soares Tannus

Gerente das Ações de Qualificação da Secretaria de Cidadania e Trabalho

“Acredito que esse processo veio profissionalizar a gestão intermediária dos órgãos, onde estão os gerentes, por estar sedimentado na capacidade, no mérito e não mais por indicação. Isso valoriza a função, dá mais gás ao serviço público. O gerente que foi aprovado por mérito chega para mostrar o serviço, sabe que é avaliado e tem de mostrar os resultados. Entendo que a mudança do processo foi positiva para a Secretaria de Cidadania e Trabalho, onde fui muito bem recebida. Todas as demandas que elencamos em conjunto foram ou estão sendo executadas ou levadas para o governo federal.”



Luiselena Luna Esmeraldo

Gerente de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Saúde

“A meritocracia foi uma inovação muito importante que trouxe mais credibilidade para o serviço público, o que já é uma melhoria imediata e que certamente a longo prazo trará benefícios imensos. É um processo que também propõe muitos desafios. Na Saúde os maiores deles são a burocracia e a falta de estrutura/condições de trabalho adequados, o conhecimento de todo o quadro organizacional e as responsabilidades de cada área. Construir esse relacionamento entre as diversas gerências foi fundamental para me ajudar a desempenhar minhas atribuições, embora tenha faltado um pouco de apoio da estrutura da secretaria nesse processo.”



Ney Fernandes Pinheiro

Gerente de Governo Eletrônico da Secretaria de Gestão e Planejamento - Segplan

“A meritocracia vem se revelando uma prática muito positiva, permitindo iniciar no Estado o processo de seleção com base na capacidade das pessoas, no reconhecimento pelo mérito, rompendo a ‘cultura’ arraigada da indicação por influência política. Talvez por isso tenha encontrado muitas resistências no início, principalmente de cunho político. A meritocracia permitiu uma ‘oxigenação’ na gestão do serviço público estadual, para cumprir a meta de profissionalização e de melhor atendimento ao cidadão. É importante ressaltar que o processo não descarta o estágio probatório e que os novos gerentes precisam referendar as qualidades reconhecidas.



Rogério de Carvalho Ramos

Gerente de Agronegócio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação/ Superintendência de Política Agrícola e Agronegócios

“A seleção de gerentes por mérito no setor público estadual é uma forma de dotar a administração pública de profissionais capacitados, com desempenho avaliado periodicamente e que apresentem competência para a execução das diversas atividades, ações e projetos que visam à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do Estado de Goiás. A sociedade é, com certeza, a grande beneficiada por todo o processo meritocrático. É importante que as melhorias obtidas na prestação dos serviços públicos, alcançadas a partir da meritocracia, sejam divulgadas para todos os cidadãos que, de posse dessas informações, poderão requisitar dos governantes que a prática seja incorporada em todos os âmbitos da administração pública.”

FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE PLANEJAMENTO

Um novo pacto, urgente!

A divisão atual de direitos, deveres e recursos financeiros entre União, Estados e municípios pode inviabilizar as administrações regionais

A diminuição das disparidades regionais, para se alcançar um crescimento sustentável dos Estados, só será possível com a criação de um novo pacto federativo no Brasil. A tese foi defendida durante o 51º Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento, que contou com a participação de representantes de 23 governos, entre os dias 18 e 19

de outubro, em Goiânia. A avaliação dos conferencistas é de que a continuação do atual sistema poderá inviabilizar as administrações estaduais e deixar o País vulnerável aos efeitos de crises econômicas internacionais.

A discussão sobre esse tema pelo encontro ocorreu no momento em que o Senado Federal dá início à avaliação de uma proposta de pacto fe-

derativo mais solidário, como a adoção de novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), de concessão de benefícios ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de partilha dos royalties do petróleo e de mudança do indexador da dívida pública. Dessa forma, a expectativa dos secretários é de que as discussões sobre o novo pacto, que regula-



Governador Marconi Perillo e autoridades presentes no 51º Fórum Nacional de Secretários de Estado do Planejamento, realizado na cidade de Goiânia

menta a relação fiscal entre a União e os Estados, sejam aceleradas.

O governador Marconi Perillo, que fez a palestra de abertura do encontro, foi enfático ao abordar a questão. Ele afirmou que hoje a União fica com 72% do bolo fiscal e os 28% restantes são destinados a Estados e municípios. “Ou se muda esta realidade, ou os Estados vão quebrar”, previu Marconi, ao exemplificar que Goiás perdeu, nos últimos dois anos, R\$ 400 milhões na cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Segundo ele, as renúncias fiscais da União repercutem nos Estados, com perda de receita. E citou, como exemplo, a redução da tarifa de energia elétrica, que embora seja algo bom para a população, traz em seu bojo perdas na arrecadação de impostos.



“

A necessidade é de que haja mobilização. A situação dos municípios é de penúria”

O governador descreveu ainda o comprometimento das receitas dos Estados para pagamento de suas dívidas junto à União. No caso de Goiás, o Estado destina 20% de sua receita tributária líquida para pagamento dos encargos. Outro complicador são as vinculações constitucionais, cada vez mais crescentes. “No passado, a União bancava 60% dos gastos do SUS e os Estados 40%. Hoje, ocorre o contrário”, lembrou. “A necessidade é de que haja mobilização. A situação dos municípios é de penúria. Precisamos de um novo pacto federativo”, afirmou.

O secretário de Gestão e Planejamento de Goiás, Giuseppe Vecci, destacou que a dívida dos Estados com o governo federal é um tema recorrente e que a destinação de parte dos recursos arrecadados pelos Estados para pagar o débito engessa as administrações. “Cada dia mais o governo federal concentra recursos na União”, afirmou. O presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), Gustavo Nogueira ressaltou que o governo federal vem sendo hábil em tentar negociar, mas ainda não conseguiu apresentar solução eficaz. “Uma das últimas medidas foi um pacote de R\$ 20 milhões de crédito para os Estados. É uma medi-



Gustavo Nogueira, presidente do Conseplan: falta solução eficaz para a excessiva concentração de recursos na União

Entenda o Pacto Federativo

- O modelo de Estado Federal Brasileiro é semelhante ao modelo federalista norte-americano;
- Tanto lá quanto aqui, existe uma Constituição Federal que mantém as federações (Estados) à União;
- O Pacto Federativo é um acordo firmado entre a União e os Estados federados, que estabelece funções, direitos e deveres das duas partes;
- O pacto federativo brasileiro centraliza na União a distribuição de recursos arrecadados. Esse dispositivo gera guerras fiscais entre os Estados;
- Propõe-se uma reforma no pacto federativo, dando prioridade aos municípios, para que esses possam administrar uma maior fatia do que ali é produzido.

da importante. Mas eleva o endividamento e não resolve o problema que temos”, disse.

Municípios, a ponta mais frágil da Federação

O subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noleto, afirmou que os municípios são os mais atingidos. “Quando nós, União e Estados, não chegamos com o mínimo necessário, a bomba fica para alguém. Os municípios brasileiros estão arcanando, em média, com 15% a 20% a mais do que há quatro anos com as atribuições da saúde”, exemplificou.

“O papel coordenador dos Estados pode ser muito fortalecido nessa discussão sobre pacto federativo”, ponderou.

Noleto, entretanto, reconheceu as assimetrias entre os Estados. A Região Sudeste, por exemplo, concentra 53,7% do PIB, enquanto todo o Nordeste responde por apenas 5,1%. Cinco municípios concentravam 25% do PIB nacional em 2007 e 72% têm menos de 20 mil habitantes e abrigam 182% da população brasileira. Em 46% dos municípios, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) compõe mais de 44% das receitas municipais. “Os municípios são o ente mais frágil.”



Noleto: “O papel coordenador dos Estados pode ser muito fortalecido nessa discussão sobre pacto federativo”

Disparidades e concentração indevida

O economista Michal Gartenkraut disse no fórum que existe uma lacuna na Constituição com relação a este assunto e que precisa ser complementada. “Estados enfraquecidos significa Federação enfraquecida. O novo pacto é pré-condição para as reformas tributária e fiscal. As dispa-

ridades regionais são sinônimo de concentração indevida”, avaliou o especialista. O economista se mostrou preocupado com o atraso no cronograma de criação do novo pacto federativo, mas também com esperança por ver que o tema tem prioridade na agenda nacional.

Gartenkraut lembrou que a Constituição delegou para leis complementares detalhes e regulamentação que dizem respeito às questões federativas. “Assegura a Constituição que lei complementar regulamentará benefícios e isenções fiscais concedidos com base no ICMS. Até hoje, nenhuma lei complementar tratou desse assunto”, exemplificou. Diante desse quadro, alguns Estados tomaram a iniciativa de conceder incentivos e isso gerou um clima que persiste e que clama por harmonização. “Minha tese é de que por esse motivo foram frustradas todas as tentativas de reforma tributária. Se não resolvermos essas questões federativas de forma perene, não conseguiremos reformar o sistema tributário”, afirmou, lembrando que o Código Tributário Brasileiro é de 1967.



Michal Gartenkraut que falou sobre o pacto federativo, durante o 51º Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento

O papel central do investimento público

Mesmo sem ter ainda um pacto federativo que oxigene as contas dos Estados, os governos estaduais devem realizar investimentos em infraestrutura. Isso porque o investimento público desempenhará papel central no crescimento da economia nos próximos anos, segundo a economista e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Vanessa Petrilli Corrêa. Para ela, a economia mundial está desacelerando, em consequência da crise na Europa e nos Estados Unidos, e há uma retração do investimento privado. Dessa forma, cabe aos agentes públicos serem protagonistas do crescimento econômico, com aportes de recursos.

Nos últimos cinco anos, entretanto, com o agravamento da crise econômica mundial, o papel do Estado na coordenação ao financiamento dos investimentos privados completados por investimentos públicos tem sido preponderante para a economia crescer, juntamente com o fortalecimento do mercado interno, defendeu Vanessa. Em sua opinião, os governos têm sido responsáveis pelo crescimento das economias regional e nacional. “Os investimentos públicos federal e estadual estão trazendo o avanço positivo de indicadores com impacto nas políticas regionais, com emprego, distribuição de renda do País, crédito e consumo”, destacou.

Neste cenário, o papel dos agentes financeiros públicos tem destaque. O vice-presidente de governo da Caixa Econômica Federal, José Urbano Duarte, ressaltou o papel da instituição nesse processo. São R\$ 20 bilhões em linhas de crédito voltadas para a melhoria de infraestrutura dos Estados. Os financiamentos são destinados à universalização dos serviços de saneamento, expansão e modernização do setor elétrico, diversificação da matriz energé-

“

Os governos têm sido responsáveis pelo crescimento das economias regional e nacional”

tica nacional, promoção de energias renováveis e dos biocombustíveis, aumento da eficiência logística, melhoria dos sistemas urbanos de transporte e apoio à recuperação de áreas degradadas.

Apesar do aporte, a carência de recursos para essa modalidade no País, entretanto, é bem maior que a do volume emprestado. Conforme levantamento da própria instituição, o Brasil precisaria de R\$ 170 bilhões ao ano para sanar os gargalos em sua infraestrutura. “Devemos emprestar R\$ 20 bilhões este ano. O volume de recursos pode parecer pequeno diante da necessidade, mas é bem maior do que emprestavamos antes. Os recursos do governo federal para essa área estão bem maiores do que há dez anos. Estamos focados em melhorar a infraestrutura do País”, ressaltou.



Vanessa Petrilli: cabe aos agentes públicos serem protagonistas do crescimento

GOIÁS

Acima da meta

Notas do sistema estadual de ensino no Ideb foram as que mais cresceram entre 2009 e 2011, superando, na maioria dos casos, o desempenho esperado

Goiás foi o Estado brasileiro que teve o maior crescimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2011, realizado pelo Ministério da Educação (MEC). O Estado avançou 16% em relação ao seu desempenho no ano de 2009. Mais de 80% das escolas da rede estadual goiana apresentaram crescimento nas notas e 78% delas superaram as metas fixadas pelo MEC. Mais que isso: todas as metas traçadas foram atingidas ou superadas. Nos anos iniciais (1º ao 5º ano do ensino fundamental), as escolas estaduais obtiveram nota 5,3, superando a projeção para 2011 (4,7) e para 2013 (5,0), alcançando o que estava previsto apenas

para 2014. Nos anos finais, os alunos do 6º ao 9º ano obtiveram nota 4,0, ultrapassando a meta, de 3,7.

No ensino médio, que é o nível sob responsabilidade exclusiva do governo estadual, as escolas superaram, de uma só vez, as projeções para 2011 (3,2) e 2013 (3,4), alcançando nota 3,6. As escolas estaduais goianas também superaram as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o ensino brasileiro, que eram de 4,7 para os anos iniciais e de 3,8 para os anos finais do ensino fundamental e de 3,3 para o ensino médio. Para o secretário estadual da Educação, Thiago Peixoto, o resultado do Ideb é uma prova inequívoca de que as primeiras ações do Pacto pela Educação – a reforma educacional que está sendo realizada pelo governo de Goiás – já surtiram efeitos significativos.

Esse desempenho, fruto do esforço dos profissionais da Educação e de ações pontuais para atender situações emergenciais, melhorou a projeção de Goiás em relação a outros Estados. Nos anos iniciais do ensino fundamental, Goiás saltou da 8ª posição, em 2009, para a 5ª, em 2011. Nos anos finais do ensino fundamental, o crescimento foi ainda maior: do 15º para o 6º lugar. Mas o salto mais significativo foi no ensino médio: da 16ª posição para a 5ª colocação. “Os números revelaram uma educação em crescimento, colocando Goiás em posição de destaque no cenário brasileiro”, ressalta Thiago Peixoto. “Esses indicadores não deixam dúvidas de que o trabalho feito pelo governo de Goiás para elevar a qualidade da educação na rede pública começa a mudar a vida dos nossos 600 mil estudantes.”

Goiás no Ideb

(Notas das escolas da rede estadual em 2011)



Anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)

Nota obtida	5,3
Projeção para 2011	4,7
Projeção para 2013	5,0
Projeção para 2015	5,3

Anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)

Nota obtida	4,0
Projeção para 2011	3,7

Ensino médio

Nota obtida	3,6
Projeção para 2011	3,2
Projeção para 2013	3,4

Suporte às mais vulneráveis

De acordo com Thiago Peixoto, mesmo com resultados tão favoráveis, a Secretaria Estadual da Educação continua executando ações de apoio pedagógico às escolas e mantém no mesmo ritmo o seu sistema de acompanhamento e avaliação diagnóstica em todas as escolas. Além disso, foi instituído o Programa de Acompanhamento e Suporte Pedagógico (Pasp) para uma intervenção mais pontual nas escolas consideradas mais “vulneráveis” e que não alcançaram o rendimento esperado na Prova Goiás, indicador criado pela SEE, obtido por meio de uma prova, que serve para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação em Goiás (Idego). Além de contar com as tutorias pedagógicas, as es-



Melhoramos? Sim, e isso é perceptível. Mas precisamos e queremos melhorar muito mais”

colas terão assessores que estão sendo capacitados para atuar diretamente junto aos professores, observando as necessidades de cada um e oferecendo o material adequado a cada situação.



Secretário Thiago Peixoto: desempenho é resultado do trabalho de todos os professores e servidores da Secretaria da Educação

Com a Escola de Formação da Secretaria, os cursos para os professores são definidos a partir das necessidades das escolas e dos resultados das avaliações, com foco nos conteúdos a serem ministrados dentro do currículo que foi bimestralizado. O processo de unificação curricular está em curso e será concluído em dezembro, o que, para o secretário Thiago Peixoto, fortalecerá o trabalho de planejamento e acompanhamento do trabalho pedagógico das escolas em rede.

Especificamente em relação ao ensino médio, Thiago Peixoto informa que a SEE vem desenvolvendo trabalho muito sério para inserir o aluno do ensino médio da rede estadual nos processos de seleção para as universidades brasileiras. “Esse é um trabalho de redução das desigualdades educacionais para dar aos estudantes da rede pública mais oportunidades de acesso ao ensino superior por meio de programas federais, como o Enem e o ProUni”, define o secretário. “Queremos ver nossos jovens transitando com naturalidade e tranquilidade nessa seara”, acrescenta.



Maratona e premiação: redução de desigualdades e maiores oportunidades aos alunos do sistema público

Para que esse acesso seja cada vez maior, foi criada, no ano passado, a Maratona Enem, com plataforma virtual de exercícios e simulados. Mais recentemente, por meio de parceria com a PUC-GO, estão sendo produzidos textos nos moldes das redações do Enem, com correção por professores da PUC. Cerca de 10 mil estudantes participaram da Maratona Enem neste ano, mas a intenção é de aumentar ainda mais esse número. “Estamos em um cenário bastante desafiador. Melhoramos? Sim, e isso é perceptível. Mas precisamos e queremos melhorar muito mais. Queremos que todos os nossos 600 mil alunos deixem a sala de aula realmente tendo aprendido a ler e a escrever”, diz o secretário. “Todos esses ótimos resultados que tivemos recentemente não podem nos deixar acomodados. Pelo contrário, têm de nos impulsionar.”

Pacto pela Educação

A reforma educacional que está em curso em Goiás, mais conhecida como Pacto pela Educação, tem o objetivo de promover avanços e proporcionar o grande salto de qualidade na educação da rede pública. O programa é baseado em cinco pilares e composto de 25 ações de impacto, entre elas se destacam a valorização do plano de carreira do docente, a Escola de Formação para Professores, a correção da distorção idade-série, a reeducação da evasão e da reprovação, o currículo de referência, o novo ensino médio, bônus por desempenho de servidores, a poupança para alunos e a excelência em infraestrutura.

De acordo com Thiago Peixoto, praticamente 90% das medidas e ações previstas no pacto estão sendo executadas, consolidando a reforma educacional de Goiás. “As poucas ações que faltam já estão prontas para serem lançadas em breve.” Ele revela que a Secretaria Estadual de Educação (SEE) ampliou as parcerias com instituições de ensino e pesquisa e com empresas especializadas em educação. “Estamos buscando o melhor para os nossos estudantes da rede pública. Queremos o melhor para Goiás e vamos avançar ainda mais. Não precisaremos aguardar o próximo Ideb para constatarmos que nossas escolas estão cada dia melhores.”

Referência entre as melhores

Os resultados do Ideb também permitem avaliar cortes interessantes. Considerando apenas as escolas que oferecem a segunda fase do ensino fundamental, a melhoria no processo de ensino e de aprendizagem foi de 81,1%. Desse total, 78% alcançaram ou ultrapassaram a projeção feita para 2011. Nessa fase do ensino, a rede pública estadual teve a sua média elevada de 3,6 para 4,0.

Nas escolas que ainda oferecem turmas na primeira fase do ensino fundamental, de responsabilidade prioritariamente dos municípios, o desempenho dos alunos em 2011 melhorou em 81,3% das escolas em relação a 2009. Em 73% delas, esse desempenho alcançou ou superou as projeções do Ministério da Educação para 2011. Em 2009, 13 es-

colas haviam alcançado a nota 6,0. Em 2011, o número de escolas com nota igual ou superior a 6,0 foi de 43. Nessas unidades, o processo de ensino torna-se referência e têm suas experiências disseminadas entre as demais escolas da rede.

Thiago Peixoto credits o bom desempenho de Goiás no Ideb ao trabalho sério e dedicado dos professores e dos servidores da Educação. Ele lembra que o governo estadual é o responsável por definir a política educacional, estabelecer diretrizes, propor projetos, instituir programas educacionais e oferecer ferramentas para que o trabalho se desenvolvesse, mas destaca que é o professor, na sua prática pedagógica, no seu compromisso com o aprendizado dos alunos, que faz tudo acontecer. “Nós temos hoje um quadro de profissio-

nais que é motivo de orgulho para o povo goiano e para o País. O professor é o verdadeiro agente de todas as mudanças positivas que temos vivido.”

O resultado também reflete a eficácia das medidas adotadas desde o início da atual gestão na Educação, antes mesmo de formatado o Pacto pela Educação. Uma das primeiras ações foi a convocação de professores experientes para a sala de aula e o fortalecimento do trabalho pedagógico nas escolas. Houve aprimoramento da gestão escolar e planejamento pedagógico. Também foi instituído o sistema de avaliação diagnóstica para identificar as unidades que necessitavam de melhorias e os professores foram preparados para o uso pedagógico dos resultados obtidos.

Gestão pública eficiente e com resultados

Um conjunto de ações, financiadas pelo setor privado, deverá modernizar o Estado e transformá-lo em polo de geração de desenvolvimento econômico e social



Goiás já começou a colher os primeiros frutos da parceria firmada com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), que está implantando um conjunto de ações para tornar a gestão pública estadual mais eficiente e produtiva. Baseado em seis frentes de projetos (Gestão e Planejamento, Fazenda, Segurança Pública, Saúde, Educação e Meio

Ambiente) e custeados pelas empresas privadas, o conjunto de iniciativas vai transformar o Estado de Goiás num importante polo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Os projetos são implantados por consultorias que auxiliam o poder público a definir as principais necessidades de cada área e as ações a serem desenvolvidas.

Apesar de nem todas as consultorias terem sido concluídas, os resultados já começaram a aparecer. No caso específico da frente Educação, os projetos já finalizados instituíram reforma educacional, através de uma reforma pedagógica, otimização da gestão e redução de despesas. Os pilares estratégicos foram valorizar e fortalecer o profissional de educação, adotar práticas de ensino de alto impacto na aprendizagem, reduzir a desigualdade educacional, estruturar o sistema de reconhecimento e remuneração por mérito e realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino.

Um dos primeiros frutos do trabalho foi o excelente desempenho de Goiás no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2011. O Estado ficou em quinto lugar no ranking dos primeiros anos do ensino fundamental e no ensino médio. Nestas últimas séries, consideradas as mais críticas, Goiás viu seu desempenho saltar da 16ª para a 5ª posição. “A parceria desenhou o chamado pacto pela educação, com uma reforma educacional, cujos resultados se refletiram no Ideb”, lembra Maria Christina Reis, chefe do Gabinete Adjunto de Gestão da Segplan e responsável pela coordenação e monitoramento do MBC Goiás.

Somente com a otimização dos gastos, as oportunidades de economia previstas são de quase R\$ 150 milhões anuais, através de redução de temporários, reordenamento de rede e redistribuição de funções administrativas. Segundo Christina Reis, a expectativa é obter resultados ainda melhores nos próximos anos. Ela lembra que cada um dos pilares conta com várias ações, como a educação em tempo integral, um novo ensino médio, investimentos em TI, correção da distorção idade-série, redução da evasão e reprovação, bô-



Governador: projeto ataca várias frentes simultaneamente, para apressar a modernização da máquina estatal



Cleomar Nascimento

Christina Reis: otimização de gastos deverá permitir ganhos anuais de R\$ 150 milhões

nus por desempenho dos servidores e Prêmio Escola.

No caso da frente Gestão e Planejamento, os objetivos são alcançar um modelo de gestão pública por resultados, monitoramento e avaliação de resultados e uma sistemática de avaliação de desempenho individual do servidor público e remuneração por resultados. O projeto está 60% concluído e já consegue estruturar um modelo de gestão para resultados na Segplan. A gerente de Articulação de Gestão e Cooperação Técnica da Segplan, Roberta Rodrigues Costa, explica que as consultorias recebidas pelo órgão estão auxiliando nos contratos de gestão

“

Modelo de gestão com foco em resultado abre espaço para redução de custos”

para todos os órgãos públicos estaduais, resultando numa redução de custos e até na captação de novos recursos para investimento em projetos prioritários estabelecidos no Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI).

Outra frente de grande relevância na parceria é a de Segurança Pública e Justiça, que visa prover essa secretaria de uma metodologia para análise, planejamento e desenvolvimento de operações policiais coordenadas, por meio da concepção e modelagem do Observatório de Segurança Pública, além da elaboração de diagnóstico e plano de ações do sistema de gestão prisional, com ações de curto e médio prazo. De acordo com Christina Reis, o observatório já está em fase de conclusão. “É um planejamento de longo prazo que aglutina todos os órgãos envolvidos na segurança pública”, destaca.

Até o momento, já foram feitos a entrega e a validação do diagnóstico do Sistema Prisional, treinamentos, elaboração de planos de ações, concepção e modelagem do observatório e a realização de visitas técnicas. Entre as medidas já sentidas pela sociedade, está a humanização na retirada de senhas pelos familiares dos reeducandos com a utilização da estrutura do Vapt Vupt.

Frentes e projetos desenvolvidos

FRENTES	PROJETOS
1) Gestão e Planejamento	1) Contratualização de resultados; 2) Monitoramento e avaliação de Resultados; 3) Sistemática de avaliação de desempenho individual do servidor público e remuneração por resultados.
2) Fazenda	1) Controle e Aumento das receitas.
3) Segurança Pública	1) Modelo de ação estratégica da segurança pública; Planejamento Estratégico 2) Observatório da Segurança Pública; 3) Melhoria da gestão do sistema prisional.
4) Saúde	1) Capacitação institucional para gestão de políticas públicas – regulação entre setor público / Organizações Sociais no Gerenciamento de Unidades Hospitalares; 2) Fortalecimento das Ações de Atenção a Saúde; 3) Sistema integrado de informações em saúde
5) Educação	1) Reforma educacional - Pacto pela Educação.
6) Meio Ambiente	1) Modelo de ação e capacitação da gestão ambiental; 2) Gestão para recuperação de recursos hídricos e nascentes de rios.

Saúde desenvolve sistema de monitoramento

A frente da Saúde visa contribuir para o fortalecimento do sistema de atenção à saúde no Estado, assessorando a implementação do Modelo de Gestão da relação entre a Secretaria de Saúde e as Organizações Sociais no gerenciamento de suas unidades, e apoiar a estruturação de um Sistema Integrado de Informações em Saúde. Entre as atividades já realizadas, estão análise da Estrutura Organizacional da Secretaria de Saúde do Estado, mapeamento do processo de contratualização das organizações sociais, elaboração de um plano de ação para o fortalecimento da atenção básica e a apresentação e aprovação do Plano Estadual de Informação e Informática em Saúde.

A consultoria auxiliou na criação de uma metodologia de monitoramento e avaliação do processo de gestão de hospitais pelas organizações sociais. Agora a saúde tem ferramentas, metodologias e subsídios para avaliar se essa transferência de

“

A grande meta do projeto é incrementar a arrecadação”

gestão foi benéfica ou não para o sistema.

A frente Futuro Melhor para Goiás (Sefaz) visa criar condições financeiras e técnicas para o alcance das metas de incremento da receita estadual, tendo como foco a atuação no ICMS e IPVA, que representam perto de 69% das receitas totais do Estado. A grande meta do projeto é atingir uma arrecadação de R\$ 11,35 bilhões em 2012, um incremento de 15,2%, o que significará aumento real de R\$ 600 milhões. Entre os principais resultados

já obtidos, estão o acompanhamento da ação de autuação de contribuintes inadimplentes, a criação de sistemáticas de priorização e ponderação dos processos para a cobrança do crédito tributário, a realização de reuniões para o tratamento de desvio e visitas in loco às delegacias regionais de fiscalização.

Já a frente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos visa prover de subsídios para o planejamento e reorganização estratégica, através do estabelecimento de ações nas áreas de gestão ambiental e de recursos hídricos. Os principais projetos são: Modelo de Ação e Capacitação da Gestão Ambiental e Gestão para Recuperação de Recursos Hídricos e Nascentes de Rios.

Entre as atividades realizadas, estão a elaboração do planejamento estratégico, o mapeamento de processos, a construção do modelo futuro de gestão e o mapeamento da estrutura, quadro atual dos profissionais da Semarh, seus respectivos papéis e responsabilidades. O projeto está 60% concluído.



Autoridades, gestores e técnicos assistem a apresentação do novo modelo de gestão pública implantado pelo governo do Estado

Maior Projeto do MBC no País

O andamento dos projetos passa por reuniões de avaliações mensais e trimestrais. Na média geral, já foi possível avançar 90% do que foi preconizado nos projetos elencados. O principal legado que o MBC Goiás deve deixar para o Estado é uma mudança de cultura dentro da gestão pública estadual, como afirmou o presidente do MBC, Erick Camarano. Segundo ele, o projeto costuma focar uma ou duas frentes nos Estados, como receita e despesa pública. Mas, em Goiás, por determinação do governador Marconi Perillo, o projeto começou em várias frentes simultaneamente.

O consultor Eduardo Tavares, que atua na consultoria junto à Segplan, informa que atualmente esse é o maior projeto do MBC em execução no País, focado no aumento da eficiência de gestão do Estado. Ele lembra que o aparelho dos Estados sempre opera com alto nível de desorganização, que pode ser aprimorado com um completo diagnóstico das deficiências a serem corrigidas e iniciativas corretas de gestão. “Geralmente, os poucos recursos que se tem são mal gastos”, destaca.

Ele explica que na frente de Meio Ambiente, por exemplo, foi feito um amplo planejamento estratégico.



Pedro Bittar: setor surpreendeu-se com resultados já alcançados pelo movimento



Uma das inovações será a criação de um registro único de saúde no Estado”

Já na área da saúde, estão ocorrendo várias intervenções com melhores políticas públicas de atenção básica, além da capacitação do Estado para aprimorar a cooperação com as organizações sociais. Uma das inovações será a criação de um registro único de saúde no Estado. “Esse projeto foi único no País e tão bem sucedido que o próprio Ministério da Saúde irá financiar parte dele”, conta o consultor. Na segurança pública, Eduardo destaca a consultoria que deu origem ao Observatório de Segurança Pública e que deve revolucionar a área.

O presidente do Movimento Goiás Competitivo (MBC), Pedro Bittar, diz que o setor empresarial surpreendeu-se com os resultados apresentados pelo MBC Goiás, principalmente na área da educação, mesmo com o pouco tempo de implantação das consultorias. Para ele, em áreas mais críticas como saúde e segurança pública, é muito difícil atingir 100% de satisfação, mas é possível alcançar níveis bem melhores.

Para Pedro Bittar, o mais importante é que todas as frentes foram muito bem recebidas por todos os secretários e servidores públicos em geral. Afinal, todos serão beneficiados direta e indiretamente. Ele citou como exemplo o novo secretário de Segurança Pública, Joaquim Mes-



Erick Camarano: projeto tão bem sucedido que o Ministério da Saúde decidiu financiá-lo

quita, que já trabalhou nesta área de gestão quando atuava na Polícia Federal e se mostrou muito receptivo aos projetos em andamento.

Já o projeto da Saúde conseguiu chamar a atenção até do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que esteve recentemente em Goiânia. “Ele viu o sistema que estamos implantando e que deve se tornar referência nacional”, ressaltou Bittar. Ele acredita que ainda é possível avançar muito na área de educação, apesar dos bons resultados apresentados e do fato de o setor público enfrentar dificuldades que não existem na iniciativa privada, como a estabilidade no emprego. “Podemos chegar aos níveis do passado, por exemplo, quando as escolas públicas eram melhores que as particulares”, acredita.

Apesar das últimas trocas na gestão da Semarh, Bittar lembra que o atual secretário Leonardo Vilela também se colocou à disposição para garantir os avanços necessários nos projetos implantados pelas consultorias. “Existe uma vontade generalizada de fazer os projetos darem certo. Hoje, nenhuma empresa sobrevive sem boa gestão, o que já é uma exigência também para os Estados se manterem”, alerta.

MISSÃO INTERNACIONAL

Negócios na Ásia e Oceania

Missão goiana chefiada pelo vice-governador José Eliton Júnior visitou a Austrália, a Nova Zelândia e a China, com o objetivo de ampliar as relações comerciais com aqueles países e atrair investimentos para Goiás. Durante 18 dias de dezembro vários encontros foram realizados com representantes governamentais e empresariais nas cidades de Sydney (Austrália), Wellington (Nova Zelândia) e Pequim (China). Nos dois primeiros países foram estreitados os laços com Goiás nos setores comercial, de tecnologia, educacional e de agropecuária. Já em Pequim foram frutíferos os contatos em termos de atração de investimentos em energia elétrica e indústria automobilística.

Em Pequim, abriu-se a oportunidade de investimentos expressivos na economia goiana. O Banco de Desenvolvimento da China (CDB) antecipou a intenção de liberar financiamentos para projetos desenvolvidos pelo Estado de Goiás nas áreas de infraestrutura e energia. O CDB é a maior instituição financeira de desenvolvimento do mundo e quer despejar US\$10 bilhões só na América Latina. O vice-diretor do CDB, Song Lei, garantiu que “há um grande interesse da nossa parte em colaborar com o desenvolvimento de Goiás, que tem projetos em áreas diversas”.

Em Sydney, na Austrália, foram discutidos acordos nos setores de mineração, agropecuária (principalmente tecnologia em produção de



Vice-governador José Eliton e Song Lei: planos para financiar investimentos em Goiás

leite) e investimentos na geração e transmissão de energia. Em Wellington, na Nova Zelândia, avançaram as conversações para a assinatura de acordos comerciais visando a expansão e desenvolvimento tecnológico da bacia leiteira do Estado.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Livre acesso à informação

A Controladoria Geral do Estado alcançou excelente desempenho na implementação da Lei 12.527 de maio de 2012, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), na avaliação do secretário José Carlos Siqueira. Num esforço das equipes técnicas da CGE, demais órgãos e área de tecnologia da informação todos os portais do governo estadual apresentam um link específico contendo as informações requeridas pela LAI à disposição do cidadão. Paralelamente, a controladoria criou um sistema de acolhimento de requerimentos com base na LAI, por meio da Ouvidoria Geral do Estado, que tem funcionado na recepção

dos pedidos e encaminhamento aos órgãos demandados.

De janeiro a novembro, foram cadastrados 7.286 atendimentos, o que representa média mensal de 662 atendimentos, três vezes maior que a média de 2011, que ficou em 220 manifestações por mês.

Também em novembro foram registrados 31 requerimentos de informações com base na LAI, dos quais 22 já finalizados e outros nove em andamento, com rigorosa observância dos prazos fixados na lei para oferta de respostas. O prazo médio gasto na apresentação das respostas no mês passado caiu para dez dias, frente a uma média de 16 dias considerando



Secretário José Carlos Siqueira: sistema permite cumprimento rigoroso dos prazos

todo o período de vigência da LAI. Desde 16 de maio, quando a lei entrou em vigor, já foram apresentados 357 requerimentos de informações, dos quais 343 já foram finalizados.

AEROPORTO DE CARGAS DE ANÁPOLIS

Investindo na competitividade

Setor público destina R\$ 140 milhões para conclusão do novo aeroporto até março de 2014

No momento em que as principais economias mundiais retraem os investimentos públicos, gerando um clima de incerteza entre o empresariado, em Goiás o cenário é outro. A retomada pelo governo estadual das obras do Aeroporto de Cargas de Anápolis, em agosto deste ano, mostra que no Estado os voos econômicos seguem uma rota diferente. O projeto logístico, que será concluído em

março de 2014 e estará integrado à futura Plataforma Logística Multimodal, tem investimento direto dos cofres públicos e é avaliado pelo setor produtivo como um passo importante para o fortalecimento da competitividade e para a atração de novos investimentos.

As obras do aeroporto estão a todo vapor. Nesta fase inicial, o governo estadual investe R\$ 30 milhões de recursos já assegurados

no orçamento, segundo o secretário de Gestão e Planejamento do Estado, Giuseppe Vecchi. O dinheiro é oriundo do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI). “Estamos investindo na criação de uma infraestrutura que irá atrair muitas e grandes empresas para o Estado”, diz. Até a sua conclusão, R\$ 140 milhões serão destinados para dar vida ao primeiro aeroporto projetado para o transporte de cargas do Cen-

OS GRANDES NÚMEROS DO PROJETO

3,3 mil metros de pista

45 metros de largura

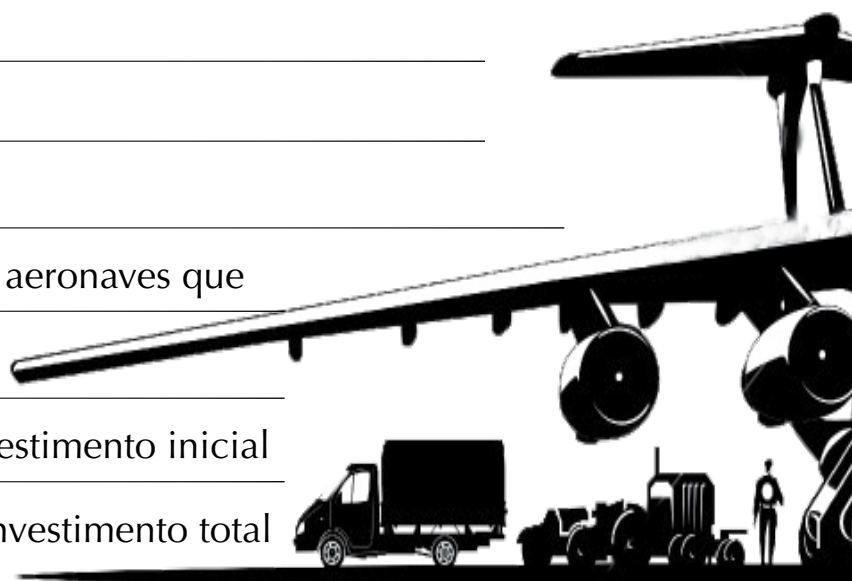
130 alqueires de área

400 toneladas é o peso das aeronaves que

o aeroporto poderá receber

R\$ 30 milhões de investimento inicial

R\$ 140 milhões de investimento total



tro-Oeste. “É um projeto fundamental para que a economia de Goiás continue avançando acima da média nacional”, justifica.

O impacto do Aeroporto de Cargas no crescimento da economia goiana está sustentado no aumento de capacidade de movimentação de mercadorias – o que significa avanço da competitividade. As empresas poderão reduzir seus custos e aumentar a rapidez para receber e entregar seus produtos. Hoje, cargas internacionais que abastecem a indústria goiana vindas da Ásia vão para o Aeroporto de Miami, nos Estados Unidos, e de lá são remetidas para o Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos (SP), Viracopos, em Campinas (SP), ou do Galeão, no Rio de Janeiro (RJ). Pela planilha de voo, a carga passa sobre Goiás para ser descarregada no Sudeste brasileiro.

Em terra firme, essas cargas são direcionadas para o Estado por caminhão, acompanhadas por equipes de segurança especializada. Se considerado o tempo para carga, descarga, transporte e desembarço, são necessários pelo menos quatro dias para uma empresa retirar a sua mercadoria desde a chegada ao Brasil. Com o aeroporto, peças, máquinas e com-



Terminal vai encurtar percurso e reduzir custos, incentivando novos investimentos”

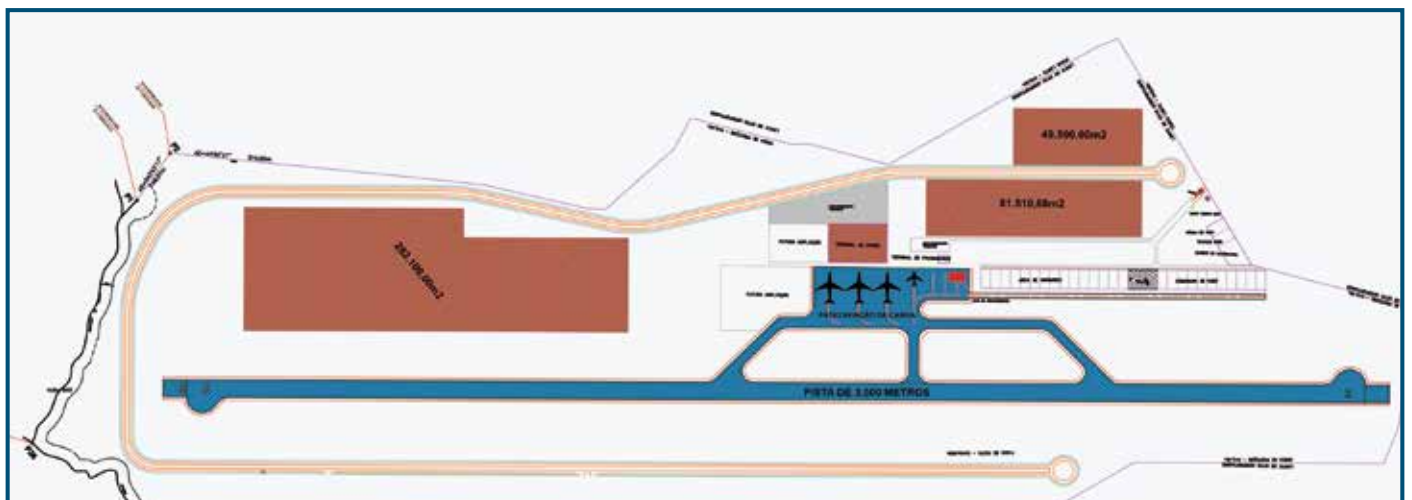
ponentes eletroeletrônicos chegarão às indústrias na metade do tempo. Sem necessidade do transporte terrestre e de voar até um aeroporto do Sudeste, a viagem será encurtada em 24 horas. Ao descer em solo goiano, o desembarço aduaneiro no Porto Seco diminuirá 24 horas.

Assim, uma carga vinda de fora chegará até a linha de produção com economia de dois dias. O custo do traslado também será reduzido. O transporte dentro do território nacional representa até 10% do valor final do produto, segundo estimativa da Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás. Na prática, não haverá mais necessidade de se contratar caminhões e equipes de segurança, o que impli-

caria em diminuição real do custo de produção.

“O Aeroporto de Cargas de Anápolis encurtaria o percurso e diminuiria o custo das empresas. Isso significa que daremos às indústrias que aqui estão ou que venham a se instalar um incentivo para serem competitivas”, afirma o secretário da Indústria e Comércio, Alexandre Baldy.

Mas não é só na garantia de agilidade no recebimento de matéria-prima que a obra vai causar impactos. A saída do produto final para outros Estados e países também será facilitada. Boa parte da movimentação interna da produção goiana é feita pelos aeroportos de Brasília e Goiânia, que enfrentam hoje situação de saturação pela alta demanda. Dessa forma, uma empresa instalada no Distrito Agroindustrial de Anápolis, por exemplo, poderá destinar sua mercadoria por via aérea diretamente da cidade, sem gastos adicionais com o transporte até uma das capitais. Outra vantagem é colocar o município em contato direto com o mercado consumidor dos Estados Unidos, Europa, Oriente Médio e China. “O modal aéreo é um potencializador das exportações”, afirma o secretário da Indústria e Comércio, Alexandre Baldy.



Planta baixa da pista do Aeroporto de Cargas de Anápolis

Ritmo intenso, num “trabalho minucioso”

Máquinas e homens estão concentrados na construção da pista do aeroporto. Em três meses de trabalho, 16% da via, que terá 3,3 mil metros de extensão e 45 metros de largura, já estão concluídos. Para chegar a esse número, 66 máquinas, 156 caminhões e 10 veículos de apoio trabalham no local, diariamente, até as 22 horas. O trabalho noturno se tornou possível com a instalação de 14 refletores, para que 95 funcionários especializados e 29 serventes possam trabalhar. Entre os serviços executados estão o desmatamento, a limpeza e a escavação de uma área de 130 alqueires – desapropriada pelo governo do Estado e outra parte cedida pela União –, vizinha ao Porto Seco de Anápolis e à futura Plataforma Multimodal.

O coordenador do empreendimento público, João Bosco Adorno, afirma que a obra está sendo tocada na capacidade máxima para cumprir o calendário pré-fixado. Neste fim de ano, as atenções estão voltadas para a retirada de terra, a fim de que a futura pista de pouso e decolagem fique plana, e na contenção da terra remanescente, para que as chuvas não destruam o que já foi feito. A planificação é feita na pista e na zona de escape – uma área de proteção de 150 metros do eixo principal da pista, necessária para dar segurança às aeronaves que serão taxiadas no futuro aeroporto.

João Bosco comenta que o trabalho é minucioso. A cada 20 centímetros de terra compactada a equipe técnica de engenharia faz uma medição em laboratório para confirmar o nível de compactação. Essa metodologia será seguida até que toda a nivelção seja concluída. Sua execução decorre da necessidade de se ter uma pista capaz de suportar aviões pesados, com capacidade de trans-



O modal aéreo é um potencializador das exportações”

portar 400 toneladas de carga. “Estamos trabalhando para dar celeridade à obra, mas sem deixar de lado os detalhes que serão importantes para oferecer qualidade e segurança final ao aeroporto de cargas”, comenta o responsável, que acrescenta que a pista é construída em sentido paralelo à da Base Aérea de Anápolis, para evitar problemas no tráfego aéreo.

A próxima etapa, informa, será a impermeabilização, que vai oferecer à pista resistência à água da chuva e à pressão exercida pelo peso das aeronaves. O cumprimento desse processo também carece de atenção redobrada para atender as normas exigidas pela Organização da Aviação

Civil Internacional (Icao, por sua sigla em inglês). Segundo o coordenador, a execução dessa etapa evitará a formação de desnivelamentos e sulcos após a entrada em operação. Serão realizadas ainda a pavimentação e a concretagem da parte destinada ao taxiamento. João Bosco explica que em outubro de 2013 este trabalho será finalizado pela equipe técnica. “A partir daí iniciaremos os trabalhos complementares para o aeroporto entrar em operação”, prevê.

A construção da torre de comando e a sinalização da pista, que vão tornar o aeroporto operacional, estão entre os serviços finais a serem cumpridos. Após essa etapa, as empresas darão início à edificação de armazéns para cargas. Um estudo, ainda em execução por empresa contratada pelo governo, vai avaliar o potencial de armazenagem logística no local. “As empresas precisarão de locais para estocar suas mercadorias para que possam ser enviadas a outros Estados e países. Estamos levantando a demanda que teremos com o aeroporto de cargas para dispor de toda a estrutura necessária”, explica o responsável pela obra.

Cronograma da obra do Aeroporto de Cargas

Hoje

Terraplanagem em fase de execução
Previsão de término: julho de 2013

Maio de 2013

Terá início a impermeabilização da pista e a concretagem da parte de taxiamento dos aviões
Previsão de término em setembro de 2013

Junto à impermeabilização, terá início a pavimentação asfáltica da pista
Previsão de término em outubro de 2013

Outubro de 2013

Sinalização da pista
Término em novembro

Outubro de 2013 a fevereiro de 2014

Execução de projetos paralelos, como iluminação e torre de comando

Fevereiro de 2014

Entrega da obra

O novo corredor de desenvolvimento

A obra do aeroporto de cargas está interligada ao Projeto da Plataforma Logística Multimodal de Goiás, uma central de inteligência que combinará os transportes rodoviário, ferroviário e aéreo. A execução da plataforma será licitada no início de 2013. Os esforços neste momento estão voltados para a atualização de seu projeto original, elaborado há cerca de dez anos. O estudo inclui uma avaliação minuciosa dos negócios que poderão ser despertados e o potencial de crescimento dos já existentes com sua entrada em operação. Depois de reformulado por uma consultoria, será aberta a concorrência pública para a concessão da plataforma.

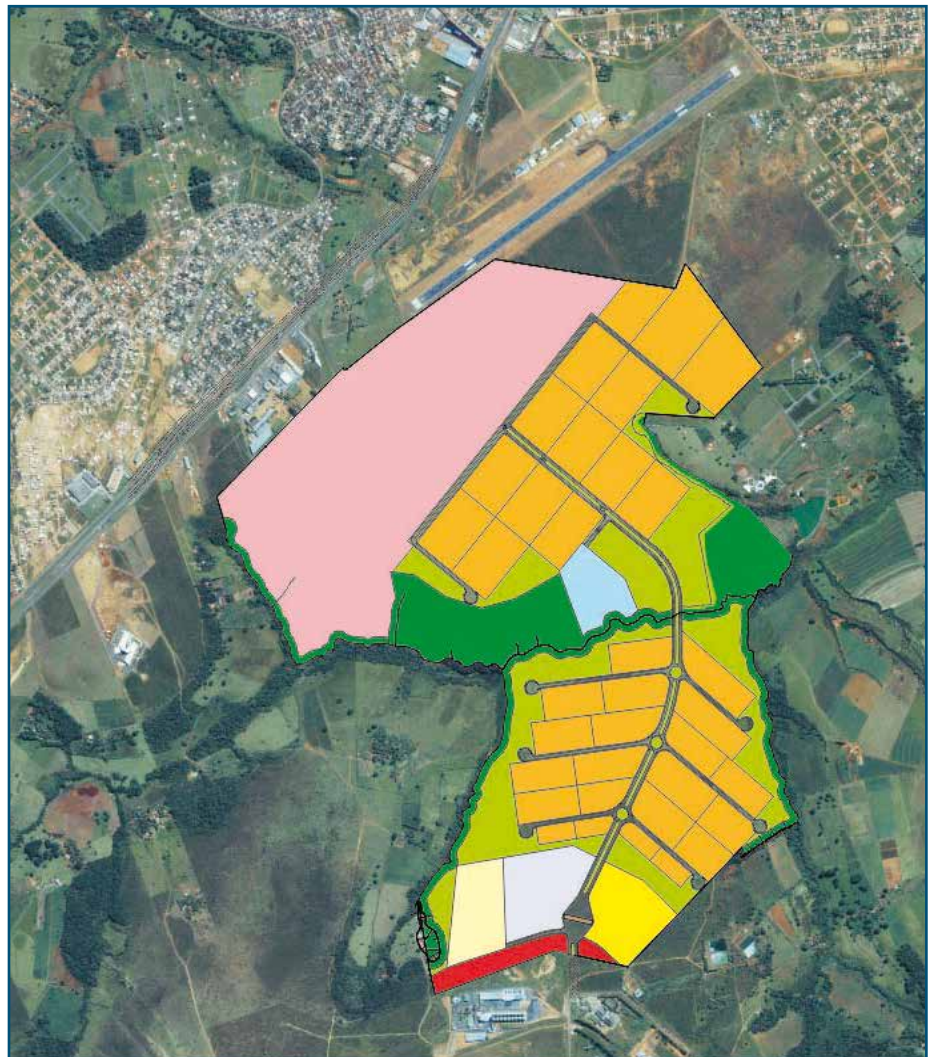
O secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecci, antecipa que o novo projeto da plataforma prevê a criação de um corredor de desenvolvimento ao longo da BR-060, entre Goiânia e Anápolis, onde serão criados lotes para abrigar investimentos comerciais e industriais, especialmente na área de tecnologia da informação. A reformulação do projeto busca que a plataforma tenha abrangência nacional e internacional e que haja total integração com o Porto Seco. A ideia é que os três modais de transporte – rodoviário (por meio das rodovias federais e estaduais que passam por Anápolis), ferroviário (Norte-Sul e Transatlântica) e aeroviário (Aeroporto de Cargas de Anápolis) – tenham integração entre si e com o Porto Seco.

A plataforma logística prevê a construção de uma estrutura semelhante à de uma cidade. Num mesmo local deverão funcionar ainda um centro de transporte terrestre, um setor para a indústria de transformação, um polo de serviços e administração, um terminal de frete aéreo e um terminal ferroviário. Haverá ar-



Melhores alternativas para compensar o fim dos incentivos e atrair investimentos”

mazéns logísticos, ruas, avenidas. “Nesse projeto, o papel do Estado é de catalisador da iniciativa privada para fomentar o desenvolvimento regional.” O projeto será implantado em uma área de 600 hectares, ao Sul de Anápolis, entre a BR-060 e o Daia. “Estamos dando a Goiás condições de crescer com base na infraestrutura”, afirmou.



PLATAFORMA MULTIMODAL DE GOIÁS

LEGENDA

■ ÁREA DO AEROPORTO	■ POLO DE SERVIÇOS
■ FRETE FERROVIÁRIO	■ HOTEL E CENTRO DE EVENTOS
■ FRETE RODOVIÁRIO	■ EQUIPAMENTO URBANO
■ ADMINISTRAÇÃO	■ ÁREA VERDE
■ PORTARIA	■ ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE

A retomada da obra pelo governo estadual ocorre num momento em que a suspensão dos atuais incentivos fiscais ronda os Estados brasileiros que usam políticas semelhantes para atrair empresas. Vecci explica que o governo trabalha com foco em projetos e com outras políticas de atração de investimentos, para dar competitividade a Goiás frente aos demais Estados. “O aeroporto de cargas e a Plataforma Multimodal se inserem neste esforço do governo estadual”, acrescentou o secretário garantindo que depois de pronto, o aeroporto terá um efeito multiplicador capaz de gerar riqueza e desenvolvimento econômico.



Estamos dando a Goiás condições de crescer com base na infraestrutura”

Os incentivos fiscais, concedidos por Estados como Goiás, Santa Catarina e Espírito Santo, para a atração de indústrias, são questionados em diversas frentes. No início deste ano,

o Senado Federal aprovou a unificação da alíquota do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de produtos em 4% para todos os Estados. Com a medida, que entra em vigor em 2013, os incentivos sobre bens importados perdem efeitos. Dessa forma, as vantagens de se realizar o desembaraço aduaneiro num Estado diferente daquele em que se chega caem. A medida foi aprovada sob a alegação de dar fim à “guerra dos portos”. Numa outra frente, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar uma súmula vinculante que pode acabar com esses incentivos, a partir do próximo ano, para pôr fim à “guerra fiscal entre os Estados”.

Setor farmacêutico avalia impactos

Para o setor farmacêutico, a avaliação é de que a obra vai melhorar a importação de insumos e a distribuição de mercadorias a partir de Anápolis. O vice-presidente do Sindicato da Indústria Farmacêutica de Goiás, Heribaldo Egídio, estima que o aeroporto será decisivo para a redução do custo logístico. Ele diz acreditar que haverá adesão ao modal pelas indústrias farmacêuticas. “Boa parte da matéria prima vem dos Estados Unidos, Índia e China. O desembaraço próprio no aeroporto de cargas de Anápolis é de suma importância. É bem possível que o setor utilize esse potencial”, afirma. “O modal completo vai facilitar a distribuição e tirar o equívoco do modal rodoviário, focado no Brasil”, afirma Heribaldo.

O gerente de Logística do Laboratório Teuto, Pedro Paulo Moreira de Carvalho, também estima que a entrada do aeroporto beneficie a distribuição das empresas instaladas no Distrito Agroindustrial de

Anápolis (Daia). Segundo ele, a matriz logística brasileira é concentrada no modal rodoviário – 62% das mercadorias transitam no País por rodovias. O custo nem sempre é baixo e o tempo que se gasta num País com dimensões continentais é alto. A tendência é de avanços na competitividade. “Nossa posição de importação é ruim porque estamos longe dos portos. Mas para distribuição é privilegiado. Com o aeroporto de cargas poderemos ganhar mais tempo nesse trabalho e nos tornar melhores na distribuição”, ressalta.

Para representantes da Hypermarcas (ex-Neo Química) a importância do aeroporto está no fato de a obra fechar a ideia original da plataforma logística, que é oferecer o transporte de cargas nas três modalidades (rodoviário, ferroviário e aéreo), por meio de uma base integrada. Isso aumentará as opções de escoamento da produção. Em nota, o grupo afirma que a obra do



Pedro Paulo, do Teuto: “Aeroporto de cargas agilizará distribuição de nossos produtos”

aeroporto vai impactar diretamente na realidade de Anápolis e do setor produtivo ali instalado. “Anápolis é um polo de desenvolvimento regional em ascensão e o novo aeroporto deve tornar a cidade e o Estado de Goiás ainda mais atrativos para a indústria, que contará com mais um modal logístico”, frisa.

Preços do frete rodoviário devem baixar

Os impactos do aeroporto de cargas na economia goiana vão abranger até setores que não vão utilizar os serviços desse modal diretamente. O presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool de Goiás (Sifaeg), André Rocha, afirma que o terminal aéreo de cargas vai reduzir os gastos das indústrias sucroenergéticas instaladas em Goiás com transporte. Segundo ele, o dinheiro investido no escoamento da produção de álcool e açúcar pelas rodovias cairá porque indústrias de outros ramos devem trocar as rodovias pelas aeronaves, pressionando os valores de frete para baixo. “Se o setor farmacêutico, por exemplo, utilizar o aéreo para distribuição de sua produção, vai sobrar caminhões para o transporte. Isso implicará, pela lei da oferta e da procura, em preços menores para que possamos transportar nossa carga”, analisa.

André ainda descreve que menos caminhões nas rodovias significará menos gastos do poder público com a manutenção e a recuperação de estradas. O frete hoje chega a 20% do custo final do produto. O presidente do Sifaeg comenta que o Estatuto do Motorista - lei que prevê regras trabalhistas e de trânsito para quem trabalha com o trans-

porte de mercadorias pelas estradas brasileiras, como limite de oito horas de jornada e descanso -, embora seja um avanço, encarece o custo do transporte. “Neste sentido, o Aeroporto de Cargas de Anápolis se colocará como uma opção ao modal rodoviário”, alega. “Podemos ainda importar máquinas com custo menor. Sem dúvida o aeroporto vai agregar competitividade a toda economia goiana”, descreve.

O presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, destaca que a agricultura, apesar de utilizar o modal rodoviário e marítimo para exportar commodities, como soja e milho, terá no aeroporto de cargas uma oportunidade ímpar de se expandir em Goiás. O fomento e desenvolvimento de cadeias produtivas em ascensão, como a de frutas e flores, poderá ser alavancado em Goiás. O crescimento desses setores hoje é limitado pela característica perecível de sua produção. Com o aeroporto, pode-se chegar à Europa em 12 horas. “Isso contribuiria para a diversificação da pauta de exportação do Estado”, enfatiza.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Anápolis, Mozart Soares Filho, por sua vez, concorda que a obra trará crescimento para a



Wilson de Oliveira: aeroporto de cargas será fundamental para alavancar a produtividade

cidade e influenciará diretamente na arrecadação do município. Para ele, o cenário que o terminal aeroviário proporciona é de uma cidade capaz de atrair investimentos mais arrojados nos próximos anos.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Wilson de Oliveira, observa que a entidade sempre defendeu políticas e ações que promovam a competitividade da indústria goiana nos mercados interno e externo “e a logística”, diz ele, “é um dos componentes que tornam as empresas mais competitivas. O aeroporto de cargas, nesse sentido, é fundamental para Goiás e, especialmente, para Anápolis”.

Primeiro selo de prioridade do PAI

O projeto do aeroporto de cargas, que teve suas obras vistoriadas em outubro pelo governador Marconi Perillo, foi o primeiro a receber o selo do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI). “Trata-se da maior obra pública já realizada no município”, frisou o governador, citando ainda a localização estratégica do aeroporto. Segundo o governador, a obra

vai complementar o eixo logístico do município, transformando-o no maior polo de distribuição de mercadorias de Goiás e do Brasil. Diante de sua importância, foi a primeira a receber o selo do PAI.

O governador assegurou que, superados os entraves burocráticos no Tribunal de Contas do Estado, envolvendo o contrato da empresa com o Estado, a obra,

retomada no início do segundo semestre deste ano, não sofrerá atraso no cronograma. Na visita, percorreu os canteiros, cumprimentou os trabalhadores e se inteirou dos dados técnicos, ouvindo os engenheiros responsáveis pelo projeto. O secretário de Planejamento e Gestão, Giuseppe Vecchi, acompanhou o governador na visita ao canteiro.

A RIQUEZA DE GOIÁS

Um PIB acima de R\$ 112 bilhões

Fatores positivos como diversificação das atividades produtivas, riquezas naturais, empreendedorismo e atuação integrada da iniciativa privada com o poder público favorecem o crescimento econômico no Estado



Diversificação das atividades produtivas, ousadia e visão empreendedora dos agentes econômicos, potenciais naturais favoráveis, localização geográfica estratégica e políticas públicas capazes de apoiar, fomentar e dinamizar as atividades produtivas são ingredientes determinantes para garantir o desenvolvimento econômico de Goiás, Estado que apresenta crescimento superior à média nacional. Um dos principais indicadores que evidenciam essa realidade é o Produto Interno Bruto (PIB) que, ao longo dos últimos anos, vem registrando índices mais robustos que os apurados no País. As projeções indicam que Goiás fechará 2012 com PIB de R\$ 112,32 bilhões.

Nos últimos cinco anos, o crescimento do PIB goiano tem sido maior que o brasileiro. Conforme dados da Secretaria do Planejamento em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e mais recentemente do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) da Secretaria de Gestão e Planejamento (IMB/Segplan), Goiás tem conseguido superar gargalos, mantendo em maior ou menor grau, o seu crescimento. Ressalte-se que, mesmo na



Nos últimos cinco anos, o crescimento do PIB goiano tem sido maior que o brasileiro”

economia globalizada, as dificuldades enfrentadas pelos diversos blocos econômicos mundiais não têm afetado de forma drástica a economia regional.

Essa espécie de ‘vacina’ vivida por Goiás é resultante principalmente do perfil econômico do Estado, cuja produção industrial e prestação de serviços voltam-se mais fortemente para o mercado local e nacional, mesmo com avanço considerável das exportações nos últimos anos. Os setores mais dinâmicos da economia goiana, como a indústria de transformação, a construção ci-



vil e a produção agropecuária, incluindo-se neste segmento o etanol, geram produtos e riquezas destinados a um consumidor interno que vem a cada dia melhorando sua renda e, conseqüentemente, seu poder aquisitivo. Este novo cenário mantém o vigor das atividades econômicas, com reflexos positivos no PIB goiano.

Sempre acima da média brasileira

Conforme dados da Secretaria de Gestão e Planejamento, em parceria com o IBGE, e agora do IMB/Segplan, que passou a elaborar o cálculo trimestral do PIB goiano, em 2008 Goiás registrou crescimento de 8% em seu PIB, enquanto o Brasil apenas 5,2%. Em 2009, ano em que os Estados Unidos e a Europa sofreram fortemente os impactos da crise, o PIB brasileiro teve decréscimo de -0,3%. No mesmo ano, Goiás ainda contabilizou resultado positivo de 0,9%, explica a Superintendente do IMB, Líllian Maria da Silva Prado.

Em 2010, já em processo de retomada da economia, Goiás cresceu 8,8%, enquanto o Brasil alcançou 7,5%. Em 2011, de acordo com

Desafios para sustentar avanço da economia

- Reforçar a política de atração de investimentos, ampliando e diversificando o parque fabril goiano;
- Realizar o Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado para assegurar maior sustentabilidade ao setor agropecuário goiano;
- Aumentar os investimentos em pesquisas e na formação do capital humano em resposta aos novos desafios do segmento do agronegócio;
- Apoiar a pecuária goiana no sentido de utilizar novas tecnologias capazes de melhorar o desempenho dos rebanhos;
- Ampliar os investimentos em infraestrutura, especialmente na logística de transporte e na oferta de energia elétrica;
- Manter em crescimento o volume e o valor das exportações.

Indústria de mineração: recursos minerais atraem investimentos para exploração de níquel, cobre, ouro e outros metais



a metodologia de cálculo trimestral do IMB/Segplan, o PIB goiano registrou avanço de 4,1% enquanto o brasileiro cresceu 2,7%. Finalmente, em 2012 os indicadores apontam para uma elevação de 3% em Goiás contra a de 1,56% na taxa nacional, conforme projeções apresentadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central.

Em valores nominais, o Produto Interno Bruto de Goiás saltou de R\$ 75,27 bilhões no fim de 2008 para algo em torno de R\$ 112,32 bilhões em 2012, conforme projeções do IMB/Segplan. Nesse intervalo de quatro anos, o crescimento nominal foi de 49,23%, enquanto o incremento real foi de 16,3%. A renda per capita no período também apresentou avanços. Em 2008, cada cidadão goiano teve renda anual de



Lillian Prado: "PIB goiano contraria tendência de queda nacional e sobe 0,9%"

R\$ 12.878,00 em moeda corrente do ano. Já em 2012, consolidando-se os valores projetados, a renda per capita da população goiana chegará a R\$ 18.250,00. Para continuar crescendo em ritmo maior que a economia nacional, Goiás tem alguns desafios que precisam ser vencidos.

Os setores mais dinâmicos

A composição do produto interno de Goiás está assentada em três grandes atividades econômicas, que se caracterizam como segmentos dinâmicos: agropecuária, indústria e serviços. Principalmente em 2012, quando a agricultura e a pecuária apresentaram excepcional desempenho, após um ano com desenvolvimento moderado (2011), devido ao crescimento das áreas plantadas das principais culturas e aumento significativo da produtividade e dos valores dos produtos.

Comprovando esse avanço, os números do segundo trimestre deste ano apontaram crescimento de 15,6% da agropecuária, suportados principalmente pelo incremento das lavouras temporárias e pela pecuária. Em 2012, a safra goiana de grãos aumentou 7,8%, conforme o IBGE, com expansão significativa do milho (45,7%), do feijão



Os números mostram que a boa fase do comércio varejista advém especialmente do estímulo governamental à economia"

(9,1%) e da soja, principal cultura, que avançou 8%. Quanto ao milho, além da ampliação da área plantada, também a produtividade regis-

trou elevação de 10,9%. Dados do IMB/Segplan mostraram que já em 2011 a agropecuária apresentou desempenho positivo, com crescimento de 6,3%, diante de um incremento de 3,9% no Brasil.

O segmento industrial, em todas as suas modalidades, exibiu crescimento de 3,6% no segundo trimestre de 2012, índice que deverá se manter ao longo do ano com pequenas variações para mais ou para menos. Os destaques desse aumento foram observados na indústria de transformação, que contabilizou avanço de 3,4%. Em 2011, o segmento industrial goiano também teve desempenho positivo, com crescimento de 3,7%, enquanto no Brasil o índice ficou em 1,6%.

O setor de serviços vem apresentando resultados importantes na formação do PIB de Goiás. Ao longo de 2011, o crescimento foi de

3,7%, enquanto o avanço nacional ficou em 2,7%. Já no segundo trimestre de 2012, conforme dados do IMB/Segplan, os serviços tiveram elevação de 2,5%, crescimento que foi puxado principalmente pela expansão dos transportes e outras atividades como alojamento, alimentação e serviços prestados às empresas e comércio. Ressalte-se que o comércio varejista teve aumento de 10,4% no segundo trimestre de 2012, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A tendência para os dois últimos trimestres deste ano é que o comércio varejista tenha desempenho ainda melhor, em função das vendas de fim de ano, especialmente alimentação. Isso terá influência positiva no desempenho do setor de serviços no PIB de 2012. Os números mostram que a boa fase do comércio varejista advém especialmente do estímulo governamental à economia, por meio do aumento da oferta de crédito e desoneração fiscal, pelo aumento do poder aquisitivo da população que contabilizou melhoria em sua renda e pela maior geração de empregos formais.

Ritmo trimestral

(Variação do PIB no trimestre e no fechamento do ano por setor de atividade, em %)

GOIÁS

Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
1º Trim	1,0	0,5	3,1	2,4
2º Trim	-1,3	5,0	4,4	3,9
3º Trim	16,7	4,2	5,1	7,1
4º Trim	4,1	4,9	2,0	2,5
2011	6,3	3,7	3,7	4,1

BRASIL

Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
1º Trim	3,3	3,8	4,0	4,2
2º Trim	-0,6	2,1	3,7	3,3
3º Trim	6,9	1,0	2,0	2,1
4º Trim	8,4	-0,4	1,4	1,4
2012	3,9	1,6	2,7	2,7

Fonte: IBGE, Segplan-GO/Sepin

As projeções para a economia goiana

(Valor e variação anual do PIB em Goiás e no Brasil)

Ano	PIB (R\$ milhões)		Tx. Cresc. (%)		Part. de Goiás (%)
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	
2008	75.271	3.032.204	8,0	5,2	2,5
2009	85.615	3.239.404	0,9	-0,3	2,6
2010	97.576	3.770.085	8,8	7,5	2,6
2011	103.446	4.143.015	4,1	2,7	2,5
2012	112.328**	4.320.300*	3,0**	1,56*	2,6

Elaboração: Segplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012

* Projeção para o Brasil do Ministério da Fazenda e Banco Central

** Projeção do PIB goiano para 2012 calculada com base na série 2002/2011 e na inflação prevista pelo Banco Central



Dimag, em Aparecida de Goiânia: experiência bem sucedida na atração de empresas

Goiás, exemplo de dinamismo

O desempenho do Produto Interno Bruto de Goiás, que cresce acima da média nacional, dá mostras inequívocas do dinamismo da economia goiana, observa o governador Marconi Perillo, numa demonstração de total confiança no futuro do Estado como uma

das unidades federativas mais desenvolvidas do País. “Há quase 14 anos, o PIB goiano era de R\$ 17,4 bilhões. Em 2010, conforme dados divulgados recentemente pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB), alcançamos quase R\$ 100 bilhões.

E estamos muito próximos de chegar a R\$ 120 bilhões”, destaca o governador.

Conforme revela, essa posição privilegiada tem chamado a atenção, inclusive da presidente Dilma Rousseff que, em recente reunião com prefeitos, citou o Estado de Goiás como exemplo a ser seguido.

De acordo com Marconi Perillo, o governo estadual tem a receita para manter o nível de desenvolvimento atingido por Goiás nos últimos anos.

“Vamos continuar investindo fortemente na expansão e na melhoria da infraestrutura. Assim é que podemos dar a maior sustentação a esse caminho de progresso e prosperidade por onde vem trilhando o Estado de Goiás”, sentenciou.

O governador também reafirma não ter dúvida do contínuo crescimento da economia goiana, com reflexos positivos no PIB. “No ranking do desenvolvimento econômico brasileiro dos próximos anos, Goiás ocupará posições de crescente destaque. Da parte do governo, fazemos o dever de casa ao incentivar e garantir a segurança jurídica e a infraestrutura aos investidores e seus projetos. Dessa maneira, Goiás demonstra-se ao Brasil e ao mundo em um estágio notável de desenvolvimento, alavancando empreendimentos e aprimorando os caminhos que o impulsionam a avançar ainda mais”, finaliza o governador.



Eduardo Ferreira

Marconi Perillo: “Fazemos o dever de casa ao incentivar e garantir a segurança jurídica e a infraestrutura”

Conjuntura positiva sustenta crescimento

Goiás insere-se no contexto nacional como a nona economia do País, com participação de 2,6% no Produto Interno Bruto do Brasil. É o quarto maior produtor de grãos, o segundo maior de etanol, possui o terceiro maior rebanho bovino e ocupa a quarta posição na produção de leite. No segmento industrial, os principais destaques são o polo farmacológico de Anápolis, ocupando hoje a terceira posição no País em

valor de produção e sobressaindo-se como um dos polos dinâmicos de fabricação de medicamentos genéricos. Outro ponto de destaque é a indústria automotiva, com fabricação de produtos com alto valor agregado, representando 7% da produção nacional.

O dinamismo da agropecuária, da indústria e dos serviços reflete positivamente na geração de emprego e renda. Tanto que Goiás

se destaca na geração de empregos formais quando comparado com outros Estados brasileiros. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged), Goiás gerou 80.577 postos formais de trabalho de janeiro a julho de 2012. Esse resultado fez com que o Estado alcançasse o segundo melhor desempenho, em termos relativos, e o quinto lugar em termos

absolutos, dentre as 27 unidades da Federação.

Outro fator positivo da economia goiana está evidenciado nos números referentes às exportações. Em 2012, o valor total dos embarques deverá superar os US\$ 7 bilhões, conforme projeções da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás, com crescimento superior a 25% sobre os US\$ 5,6 bilhões exportados em 2011. Essa previsão baseia-se nos valores exportados até outubro, que atingiram US\$ 6 bilhões. É relevante destacar que desde 2010 as exportações goianas vêm apresentando expressivo crescimento, com elevação de 31,98% naquele ano, 26,81% em 2011 e, neste ano, em torno de 25%. Esses índices mostram que, mesmo com as dificuldades econômicas dos países europeus e dos Estados Unidos, o comércio exterior goiano continua avançando principalmente pelas importações chine-

sas, cuja economia cresce em ritmo acelerado.

Os destaques das exportações goianas são commodities agrícolas (soja e seus derivados, milho, carnes e couros) e minérios, como ferro-níquel, ferro-nióbio e sulfeto de cobre. As importações também avançam, em razão das compras realizadas pelas montadoras de veículos e matérias-primas para fabricação de medicamentos. Além disso, o real valorizado frente ao dólar, conjugado com o crescimento do mercado interno, são fatores que elevam o aumento das importações. Ainda assim, Goiás deverá fechar o ano com superávit superior a US\$ 1,5 bilhão em sua balança comercial, conforme projeções da Secretaria de Indústria e Comércio. Contudo, para continuar crescendo em ritmo maior que a economia nacional, Goiás tem alguns desafios que precisam ser vencidos.



Agroindústria: sólida base agropecuária sustenta incremento da produção de carnes

PIB goiano avança 8,8% em 2010

O Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás, que mede a riqueza do Estado, em valores correntes atingiu em 2010 o montante de R\$ 97,576 bilhões, o que representou incremento de R\$ 11,961 bilhões sobre 2009, de acordo com o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) da Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan), numa parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse é o maior incremento do PIB goiano desde 1995. Naquele ano, o PIB de Goiás cresceu 8,8%, acima da média nacional apurada no período, que foi de 7,5%, e bem su-

perior à variação de 0,93% registrada em 2009. Goiás tomou posição no grupo dos 17 Estados que apresentaram taxa de crescimento do PIB acima da média nacional. Em 2010, a maior taxa foi no Tocantins, com elevação de 14,2%. No Centro-Oeste, apenas Goiás (8,8%) e Mato Grosso do Sul (11%) cresceram acima da média do País (7,5%). O Estado mantém a nona posição entre as maiores economias brasileiras e a participação de 2,6% no total do PIB nacional.

Depois de recuar 2,7% em 2009, a indústria apresentou maior contribuição para o crescimento do PIB goiano no ano se-

guinte, com expansão de 13,7%, puxada pelos setores de transformação, com alta de 13,2%, e da construção civil (mais 14%). Os serviços aumentaram 6,4%, com destaque para a intermediação financeira, seguros e previdência (11,7%) e para o comércio (12,2%). Os baixos preços das commodities foram determinantes para o crescimento relativamente mais baixo da atividade agropecuária, que registrou incremento de 5,4%. Na maior elevação realizada desde 2002, o PIB per capita goiano aumentou 7,4% em 2010, atingindo quase R\$ 16.252, ainda abaixo da média brasileira (R\$ 19.766).

O efeito multiplicador

Ao analisar os dados do PIB de Goiás, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, Pedro Alves de Oliveira, diz que os resultados traduzem a pujança da economia goiana, que já ocupa a nona posição no ranking nacional, caminhando, celeremente, para o oitavo lugar. Segundo ele, a indústria é um dos setores que apresenta dinamismo considerável, possibilitando ao Estado sair de uma participação de 1,55% no PIB industrial brasileiro em 1995 para 2,75% em 2009, inserindo Goiás definitivamente no mapa da produção de bens industriais no Brasil.

O líder empresarial lembra que de 2002 a 2011 a indústria gerou mais de 170 mil novos empregos formais, o que representou crescimento de 113% no período. “A geração de emprego e renda na indústria teve efeito multiplicador enorme, beneficiando os setores de agricultura, comércio e serviços, resultando, ainda, no aumento



A indústria é um dos setores que apresentam dinamismo considerável”

da arrecadação de impostos”, argumenta Pedro Alves. Ele observa que esse dinamismo contribui fortemente para o aumento da arrecadação de impostos que financiam a infraestrutura e os serviços públicos e elevam o PIB per capita, indispensável para a melhoria da qualidade de vida da população.

O dirigente da Fieg aponta diversos fatores que contribuem para o ritmo acelerado do desenvolvimen-



Fábrica da Mitsubishi: investimentos contribuem para diversificar parque industrial do Estado

Produto Interno Bruto

Ranking por Unidade da Federação, a preços correntes - 2010

Unidades da Federação	R\$ milhão	Ran-king
BRASIL	3 770 085	-
São Paulo	1 247 596	1º
Rio de Janeiro	407 123	2º
Minas Gerais	351 381	3º
Rio Grande do Sul	252 483	4º
Paraná	217 290	5º
Bahia	154 340	6º
Santa Catarina	152 482	7º
Distrito Federal	149 906	8º
Goiás	97 576	9º
Pernambuco	95 187	10º
Espírito Santo	82 122	11º
Ceará	77 865	12º
Pará	77 848	13º
Amazonas	59 779	14º
Mato Grosso	59 600	15º
Maranhão	45 256	16º
Mato Grosso do Sul	43 514	17º
Rio Grande do Norte	32 339	18º
Paraíba	31 947	19º
Alagoas	24 575	20º
Sergipe	23 932	21º
Rondônia	23 561	22º
Piauí	22 060	23º
Tocantins	17 240	24º
Acre	8 477	25º
Amapá	8 266	26º
Roraima	6 341	27º

Elaboração: Segplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2012

to da indústria: a política de atração de investimentos adotada pelo governo do Estado, a localização estratégica de Goiás que favorece a logística para o mercado interno, a grande produção de matérias-primas e a parceria entre o governo estadual e as lideranças empresariais, configurada nas ações do Fórum de Entidades Empresariais. Pedro Alves resalta também o papel da Fieg e das suas instituições (Senai, Sesi, IEL e ICQ Brasil) que atuam firmemente no apoio à profissionalização das empresas e de seus trabalhadores.

Contribuição decisiva da agropecuária

“Não há como falar no avanço do PIB goiano sem destacar a importância do segmento agropecuário e sua contribuição decisiva para as seguidas taxas positivas de crescimento da economia goiana”, afirma o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner, lembrando que em 2009, ano em que o PIB nacional ficou negativo, só foi possível a Goiás registrar taxa positiva pelo bom desempenho da agropecuária e do agronegócio como um todo. Naquele ano, o PIB do agronegócio avançou 6,9%, ou seja, permitiu um acréscimo da ordem de 2,14 bilhões no PIB goiano.

O presidente da Faeg frisa também que os produtos agropecuários são os principais itens da pauta de exportações, sendo responsáveis por 75% dos embarques externos de Goiás em 2012. Em 2009, considerando-se o PIB consolidado de Goiás, o PIB dos produtos agropecuários representou 14% do total, ou seja, aproximadamente R\$ 12 bilhões. “É importante salientar que esse valor corresponde ape-



Os produtos agropecuários são os principais itens da pauta de exportações”

nas à produção, excluindo os produtos gerados por serviços e pelas indústrias envolvidas com essa produção. Portanto, o PIB do chamado agronegócio, que incluiu o antes e o depois da porteira, é muito mais expressivo”, enfatiza Schreiner.

Na visão do líder ruralista, a tendência é que o PIB goiano manterá bom ritmo de crescimento, pelo aumento da produção agropecuária e do agronegócio como um todo. Segundo ele, essa previsão otimista se baseia nos cálculos do Valor Bruto da Produção Agropecuária realizados pela Faeg para os anos subsequentes. De 2009 a 2011, o Valor Bruto da Produção Agrícola avançou 41%, saindo de R\$ 17 bilhões para R\$ 24 bilhões. Com aumento da produção e melhoria dos valores recebidos, esses números tendem a se tornar muito mais expressivos nos próximos anos.

Políticas públicas e incentivos fiscais

O economista Álen Rodrigues de Oliveira, presidente do Conselho Regional de Economia, aponta uma série de fatores positivos que sustentam o crescimento do PIB de Goiás acima da média nacional. Ele destaca as políticas públicas adotadas pelo Estado como forma de estimular a produção, dentre elas os

incentivos financeiros, os benefícios fiscais, os investimentos em infraestrutura e outras. Com isso, o setor industrial enxerga nas medidas adotadas pelo Estado, vinculadas a outras vantagens, grandes oportunidades de negócios no território goiano.

Oliveira fala da importância do cálculo do PIB trimestral pelo IMB/Segplan. Ele lembra que antes o indicador era calculado pela Segplan em parceria com o IBGE, com defasagem de dois anos, ou seja, a divulgação dos dados consolidados de determinado ano só era feita dois anos após. “Com o cálculo trimestral, há um grande avanço pela redução desse espaço temporal, proporcionando vantagens como visão mais atualizada da conjuntura econômica, possibilidade de diagnóstico mais próximo da realidade e maior facilidade na tomada de decisões tais como correção ou elaboração de novas políticas públicas e maior atenção às demandas dos setores produtivos e da sociedade.

Para Oliveira, o crescimento do PIB acima da média nacional é uma marca muito positiva para Goiás. “Trata-se de um Estado em desenvolvimento dentro de um país em desenvolvimento”, diz. Ele aponta como principais fatores os grandes aportes de investimentos no setor industrial, a diversificação da produção e a diminuição das desigualdades regionais. “Daqui por diante, o foco deve ser o crescimento da economia, sem se preocupar com números. O resultado do PIB futuro estará vinculado ao comportamento da economia regional, nacional e internacional. Se o Estado for capaz de continuar estimulando o desenvolvimento, reduzir as desigualdades sociais e regionais, fazer novos investimentos em infraestrutura e em políticas de incentivo, os resultados positivos certamente virão”, arremata o presidente do Corecon.



Sílvia Simões

Pedro Alves de Oliveira, da Fieg: geração de emprego e renda na indústria beneficiou agricultura, comércio e serviços

AGROPECUÁRIA

19 milhões de toneladas

Goiás espera colher uma safra histórica no ciclo 2012/2013, impulsionada pela valorização dos preços da soja e pela perspectiva de incremento da safrinha de milho



Divulgação

Fartura, muita fartura. É o que a população deve ver na colheita da próxima safra agrícola 2012/2013 em Goiás, que promete resultados históricos. A chegada do período chuvoso deu início ao de plantio da safra goiana e a expectati-

va da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), em sua primeira previsão, é que o Estado colha quase 20 milhões de toneladas de grãos, um incremento de 6% sobre a safra 2011/2012, quando foram colhidos 18,6 milhões de toneladas.

O bom resultado será puxado, principalmente, pelo desempenho das lavouras de soja, que atraíram os produtores por causa dos bons preços no mercado internacional. Os agricultores devem colher 9,1 milhões de toneladas da oleaginosa, um vo-



Algodão: produção em baixa tende a continuar pressionando preços da fibra

Colheita em dobro

(Produção, produtividade e área plantada em Goiás nas últimas 12 safras)

Ano Safra	Produção (mil t)	Produtividade (kg/ha)	Área plantada (mil ha)
2000/01	9.132,3	3.108	2.938,2
2001/02	9.715,2	3.027	3.209,9
2002/03	11.219,2	3.201	3.505,1
2003/04	11.190,2	2.786	4.017,0
2004/05	11.329,6	2.825	4.015,5
2005/06	10.826,4	2.885	3.752,0
2006/07	11.288,8	3.155	3.577,6
2007/08	13.062,0	3.539	3.691,2
2008/09	13.255,7	3.465	3.816,4
2009/10	13.463,7	3.453	3.899,4
2010/11	16.126,0	3.864	4.173,4
2011/12	18.597,8	4.148	4.483,2

Fonte: Conab

lume 10,5% superior ao do ano passado, ou seja, 1 milhão de toneladas a mais. Esse volume deve consolidar o Estado na quarta posição nacional de produção de soja, atrás apenas de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul.

Já a produção de milho deve se manter praticamente no mesmo nível da safra passada, 8,6 milhões de toneladas, considerando a primeira e a segunda safra, com um pequeno incremento de 1,3%. A previsão da Faeg é de redução de 10,3% na primeira safra, por causa da migração para a soja, que será compensada por um crescimento de 13,5% na safrinha. No entanto, essa estimativa inicial ainda pode ser afetada pela estiagem prolongada em várias regiões produtoras de grãos no Estado.

Nas demais culturas, a tendência é praticamente de estabilida-



É o resultado do investimento em tecnologia de produção e da maior profissionalização do produtor”

de. O crescimento da safra goiana é atribuído a uma grande evolução da produtividade nos últimos anos. Somente na próxima safra, a expectativa é de um aumento de 2,6%



José Mário Schreiner: investimento em tecnologia e maior profissionalização dos produtores

Estimativas de produção de grãos			
(Em mil toneladas)			
Produtos	Safra 2011/2012	Previsão Faeg (2012/2013)	Previsão Conab (2012/2013)
Algodão	128,70	127,50	109,50
Arroz	174,10	177,00	130,70
Feijão	308,20	303,65	274,40
Girassol	18,80	-	19,50
Milho	8.575,90	8.691,00	7.659,80
Soja	8.251,50	9.120,00	9.018,50
Sorgo	998,90	986,00	934,00

Fonte: Conab

na produtividade das lavouras de soja e de 5% nas de milho. O presidente da Faeg, José Mário Schreiner, lembrou que em apenas cinco anos Goiás ampliou sua produção em 50%, com uma necessidade de aumento de somente 20% de área.

“Conseguimos colher mais em uma menor área. É o resultado do investimento em tecnologia de produção e da maior profissionalização do produtor”, explica. Com essa eficiência produtiva, Goiás consegue garantir abundância de matéria-prima para suas indústrias de alimentos, as que mais crescem no Estado. Além disso, o bom desempenho tem sustentado o comportamento da balança comercial goiana, puxada pelas exportações de soja e carnes. “Isso contribui muito para elevar o PIB goiano e para conter o avanço da inflação, principalmente diante de um con-

texto de baixa oferta mundial de grãos”, destaca.

Para o secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás (Seagro) Antônio Flávio Camilo de Lima, “o governador Marconi Perillo tem feito um grande esforço em elaborar políticas públicas visando o incremento de nossa economia, principalmente em relação ao agronegócio”. Ele destaca também o ciclo econômico vivido nos últimos dois anos, tanto no setor de serviços quanto na indústria de transformação. “Para cada posto de trabalho contratado no agronegócio, quatro são gerados na cidade. Isso só é possível a partir de um conjunto de ações políticas voltadas para o desenvolvimento como um todo. Cortando gastos e direcionando investimentos para onde realmente são necessários. Goiás está fazendo o dever de casa muito bem”, afirma.



Secretário Antônio Flávio Camilo de Lima: políticas públicas apoiam crescimento do setor no Estado de Goiás

Valor da produção supera R\$ 30 bilhões

Com produção maior e preços melhores no mercado internacional, o valor bruto da produção goiana (VBP) também deve aumentar consideravelmente, passando de R\$ 28,3 bilhões em 2012 para R\$ 30 bilhões em 2013, segundo projeção da Faeg. Desde 2009, quando Goiás colheu uma safra de 13,2 milhões de toneladas, até 2013, a produção goiana terá crescido 49%, conforme a Faeg, com aumento de 22% da área plantada. A diferença é atribuída ao ganho de produtividade.

O assessor técnico da Faeg, Leonardo Machado, ressalta que esse é um mercado muito volátil, principalmente se tratando da soja. Ele lembra que a última seca nos Estados Unidos gerou grande perda na

produção que fez os preços dispararem no mercado mundial. Agora, com o início da nova colheita americana de grãos, há cerca de um mês, o mercado já está experimentando retração nos preços do grão, que deve ser acentuada pela entrada da safra da América do Sul, especialmente do Brasil.

Contudo, Leonardo Machado estima que esse recuo não deve durar muito tempo, pois a tendência é que os preços voltem a reagir. Ele lembra que essa estiagem prolongada no Centro-Oeste poderá afetar um pouco o desempenho da produção. O milho, que também sofreu com as perdas na última safra americana, é um motivo de preocupação. O mercado brasileiro reduziu o plantio do

milho 1ª safra, principalmente no Sudoeste goiano, e o alento só deve chegar com a colheita da safrinha, que poderá crescer 13% pelas estimativas iniciais da Faeg.

Por isso, o seu assessor técnico acredita que a tendência seja de preços elevados das commodities, mesmo após a entrada da safra em 2013. O feijão, segundo ele, deve permanecer com preços mais estáveis porque a relação oferta e demanda está mais equilibrada. Já o algodão deve seguir uma tendência de melhores preços no mercado porque a produção vem caindo, enquanto a demanda mundial continua em crescimento acelerado. Em Goiás, a produção deve ser 1% menor na próxima safra.

Conab mais conservadora

Em novembro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou seu primeiro levantamento de intenção de plantio da safra 2012/2013. Ao contrário das estimativas da Faeg, as previsões da companhia indicam redução da produção goiana de grãos, que deve ficar entre 17,7 milhões e 18,2 milhões de toneladas, uma queda que poderia variar de 1,8% a 5%. Mas Leonardo Machado explica que essa discrepância se deve ao fato de o levantamento da Conab não considerar o incremento da produção nas culturas fora da safra de verão, como a safrinha de milho, e a produção de feijão na segunda e terceira safras.

A companhia prevê incremento de 9,3% na produção de soja, pouco abaixo do que estima a Faeg. De acordo com a Conab, esse crescimento se deve aos excelentes preços de comercialização observados na safra

2011/2012, que bateram recordes históricos decorrentes da quebra de produção nos principais países produtores, como os Estados Unidos. Também é previsto ganho de 3,7% na produção de girassol. Por outro lado, a companhia aponta queda na produção de várias culturas em Goiás, com destaque para o arroz, cuja safra deve ser 25% menor.

A estimativa é de queda de 10,7% na produção de milho total, muito abaixo do pequeno incremento de 1,3% esperado pela Faeg. Mas a Conab admite que a área de milho perdida para a soja na safra de verão deve ser compensada com o plantio na segunda safra. Um ganho que pode reverter a expectativa tão negativa para a produção total do grão, já que neste levantamento inicial a Conab não considera esse ganho de produção obtido na safrinha, plantada no início de 2013.



Milho: estimativa oficial ainda não considera a possibilidade de expansão do cultivo na safrinha



Suinocultura e pecuária de corte: custos ficaram mais altos neste ano com o aumento dos preços do milho e do farelo de soja

Demanda externa puxa produção de carnes

Este ano, a produção de carnes avançou em Goiás, puxada pelo aumento da demanda internacional pelo produto nos países de desenvolvimento mais recente, como China e Rússia. O grande destaque foi a produção de frangos, que saltou de 680,5 mil toneladas em 2011 para 743,9 mil toneladas este ano. Mas, na opinião de Leonardo Machado, as carnes devem continuar sentindo a redução na oferta de grãos, que nos últimos preços elevou consideravelmente os preços da ração. Depois que os preços da soja dispararam no mercado internacional, uma tonelada de farelo de soja, ingrediente muito importante na fabricação da ração, chegou a ser vendida por R\$ 1.300.

Isso teve efeito direto nos preços das carnes. Os produtores garan-

tem que ainda não conseguiram passar toda essa elevação de custos para os preços dos produtos e que estão amargando prejuízo. “Isso

Produção de carnes em Goiás

(Valores em mil toneladas)

Produto	2011	2012
Carne bovina	670,5	702,0
Carne de frango	680,5	743,9
Carne suína	233,6	251,6

Valor bruto da produção

(Em bilhões de reais)

Ano	Valor
2009	17,022
2010	19,060
2011	24,048
2012	28,324
2013	30,000

Fontes: Faeg, Conab e IBGE

elevou muito o custo de produção, principalmente do gado confinado”, lembra o assessor técnico da Faeg. Segundo ele, essa situação fez muitos produtores desistirem de confinar o gado, o que reduziu muito a oferta no mercado e puxou os preços para cima. Mesmo assim, a produção este ano foi 30 toneladas maior que em 2011.

Para o analista técnico da Faeg, Pedro Arantes, o Brasil é ainda mais competitivo em carnes no mercado mundial. Por isso, a produção em 2013 deve ser balizada pelo comportamento do mercado mundial, de acordo com a evolução da crise internacional. A produção de frango, porém, deve continuar aquecida, pois o produto sente menos os efeitos da crise que a carne bovina, por exemplo.



INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Rodovia muda Goiás

Num total de 164 obras, programa moderniza a malha viária estadual, promovendo o maior investimento já realizado no sistema rodoviário do Estado

O programa rodoviário em execução pelo governo estadual, o Rodovida, foi concebido com o propósito de alterar radicalmente o cenário das rodovias estaduais, dado as suas várias frentes de atuação, envolvendo a recuperação e o asfaltamento de vias urbanas, a construção, a reconstrução e a conservação de rodovias em todo o Estado. Em grandes números, são 13 milhões de metros quadrados de ruas e avenidas, 1,7 mil quilômetros de novas rodovias, 5,5 mil de rodovias reconstruídas e toda a malha estadual pavimentada, num total de 10 mil quilômetros de extensão, e a não pavimentada, com aproximada-

“

São obras que estabelecem como prioridade o desenvolvimento dos municípios e a segurança dos usuários”



Jayme Rincón: “Infraestrutura logística goiana terá capacidade para suportar a demanda”

mente 9 mil quilômetros, recebendo rotineiramente os serviços de conservação. Estão no pacote 164 obras que correspondem ao maior investimento já feito na infraestrutura rodoviária da história de Goiás.

O governador Marconi Perillo e o presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras, Jayme Rincón, idealizadores do Programa Rodovida, acompanham de perto a execução das obras, realizando visitas e inspeções constantes aos trechos, certificando a qualidade dos serviços. “As empresas aqui instaladas e com intenção de virem para Goiás terão infraestrutura logística capaz de suportar a atual demanda e o crescimento da economia, que bate recordes sucessivos”, revela Jayme Rincón.

São obras que estabelecem como prioridade o desenvolvimento dos municípios e a segurança dos usuários, que dependem fundamentalmente da qualidade das rodovias. Os investimentos, assegurados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para construção e pelo Fundo de Transportes, para a reconstrução e conservação da malha rodoviária, totalizam cerca de R\$ 3 bilhões que serão direcionados ainda para reforma, ampliação e construção de aeródromos, pontes, viadutos e duplicações.





Os programas Rodovida

Rodovida Construção

Setenta e seis obras fazem parte desse programa de R\$ 1,5 bilhão financiado pelo BNDES, que se inicia após o período chuvoso. Ele contemplará obras em todos os rincões goianos, interligando as principais regiões produtoras, concluindo trechos paralisados ao longo dos anos e construindo novas rodovias, dotando Goiás de infraestrutura moderna e revitalizada para atender a crescente demanda da economia.

Receberão obras 29 aeródromos, nas principais cidades do Estado, e serão construídas pontes sobre o Rio Verdão, em Maurilândia, e o Rio São Marcos, ligando Cristalina a Unaí, em Minas Gerais. Quanto à duplicação, o programa contempla a rodovia GO-403, de Goiânia a Senador Canedo, e a GO-020, entre Goiânia e Bela Vista, com construção de ciclovia e instalação de iluminação.

A implantação de três viadutos mudarão completamente o tráfego no perímetro urbano de Goiânia. Serão edificadas passagens em desníveis nos cruzamentos da Avenida Perimetral Norte com as GOs 060, de saída para Trindade, 070, saída para Inhumas, e 080, para Nerópolis. A conclusão das obras e o seu pleno funcionamento evitarão estrangulamentos existentes nesses cruzamentos, que tanto transtornam o tráfego na cidade.

Rodovida Reconstrução

Dividido em três grupos, é um programa que executa a maior intervenção realizada até o momento na ma-

lha rodoviária pavimentada do Estado. A prioridade foi dada às rodovias com piores condições e com maior importância social e econômica para o Estado. O Grupo I, que conclui a reconstrução de 2.081 quilômetros de 42 trechos em novembro, foi orçado em cerca de R\$ 500 milhões e contratado por R\$ 386, devido aos deságios médios concedidos da ordem de 22,33%, representando economia de mais de R\$ 110 milhões. As obras de reconstrução aumentarão a vida útil do pavimento por mais dez anos.

As obras do Grupo II, onde estão incluídos 59 trechos, num total de 2.119 quilômetros, serão iniciadas após o período chuvoso. Orçado em R\$ 646 milhões, foi contratado por R\$ 539, com deságio médio de 16,56%. A exemplo do primeiro programa, contemplará obras de reconstrução de rodovias localizadas em todas as regiões, que apesar dos serviços emergenciais, ainda se encontram com o pavimento comprometido. Para o Grupo III estão previstos 37 trechos, num total de 1.230 quilômetros, a um custo estimado de R\$ 228 milhões.

As obras definidas no Rodovida Reconstrução recebem profundas intervenções no pavimento, como reciclagem de base, retirada de capa e colocação de material betuminoso resistente, de qualidade, e adaptado às condições socioeconômicas e ao tipo e volume de tráfego da rodovia. Até 2014 serão reconstruídos 5.430 quilômetros, dando toda a infraestrutura rodoviária necessária ao crescimento industrial registrado em Goiás.

Rodovida Urbano

Investimentos da ordem de R\$ 114 milhões assegurados pelo Tesouro Estadual permitiram a revitalização e o asfaltamento de ruas e avenidas de 124 sedes municipais. Foram reformados o pavimento de 13 milhões de metros quadrados das cidades incluídas no programa.

Rodovida Conservação

Conceituado para ser um programa diferenciado dos demais destinados à manutenção de rodovias, o Rodovida Conservação foi idealizado para realizar todas as intervenções necessárias para que as rodovias estejam sempre em boas condições de tráfego. Serão R\$ 587 milhões que permitirão a execução de serviços na malha pavimentada e não pavimentada.

Esse novo conceito abrange serviços de execução e reparos em sinalização, tapa-buracos, defensas, encabeçamento de pontes, bueiros, drenagens, roçagem, selagem de trinca, recomposição de taludes e reconstrução de segmentos, quando necessário. A marca é impedir pontos críticos e obstrução do tráfego. Como as empresas que irão trabalhar nas rodovias pavimentadas não atuarão na malha não pavimentada, elas terão agilidade para corrigir problemas.

Para facilitar a execução dos serviços o Estado foi dividido em 34 regiões, sendo 20 de rodovias pavimentadas e 14 de não pavimentadas. Todos com empresas diferentes para atuação exclusiva nos lotes.

COMÉRCIO EXTERIOR

Carlos Costa



Exportações recordes (de novo)

Impulsionadas por grãos e carnes, vendas externas de Goiás já superam o resultado do ano passado, acumulando mais de US\$ 6,5 bilhões em 11 meses

Ignorando todos os efeitos da crise internacional, as exportações goianas bateram recorde em outubro e já superaram o bom resultado obtido ao longo de todo ano de 2011. Somente em novembro, Goiás exportou US\$ 572,83 milhões, o melhor desempenho da história para o mês e um volume 40,4% maior que no mesmo período do ano passado. Com isso, nos 11 primeiros meses do ano, o Estado já exportou US\$ 6,574 bilhões, um aumento de 26,5% em relação ao mesmo período do ano passado e acima dos US\$ 5,5 bilhões exportados pelas empresas goianas durante todo ano passado.

O bom desempenho pode ser atribuído a fatores como o grande crescimento nas exportações de milho, a melhora dos preços dos pro-

duto agrícolas no mercado, além da alta do dólar, e o forte crescimento da demanda mundial por carnes. Com a menor oferta no mercado internacional, somente as exportações de milho alcançaram US\$ 166,95 milhões em novembro, um incremento de 494% em relação ao mesmo mês do ano passado. Mais uma vez, o grão superou as vendas de soja e apareceu na liderança da pauta de exportações, com 29,1% do total. Goiás também exportou 5% mais carnes. O grande destaque foi para o crescimento de 62,6% nas exportações de carne suína.

Para o secretário de Indústria e Comércio, Alexandre Baldy, a boa safra de grãos colhida pelo Estado este ano, com recordes de produção por conta de condições climáticas favoráveis, ajudou no bom de-

sempenho das exportações goianas. Além disso, a demanda por carnes encontra-se muito aquecida nos países em desenvolvimento, como a China e Rússia. Os países que mais compraram os produtos goianos foram a China, Coreia do Sul, Países Baixos (Holanda), Espanha, Ira, Rússia, Taiwan, Japão e México.

O Estado também continua se destacando nas exportações de minérios, com destaque para ferroligas e sulfeto de cobre, que responderam por 14,7% do total, seguidos pelo açúcar, com 9,2%. Uma das grandes novidades da balança comercial goiana foi a inclusão do etanol na pauta de exportações goianas para os Estados Unidos pelo segundo mês consecutivo. Assim como no caso do milho, isso aconteceu por causa da queda na safra americana de grãos.

Carnes e soja dividem liderança

O complexo soja e as carnes sempre disputaram a liderança da pauta goiana de exportações. O ano começou com a liderança das carnes em janeiro e fevereiro, posição que foi perdida para a soja entre os meses de março e agosto, ou seja, durante a safra. Em setembro, a liderança foi ocupada pelo milho, seguido pela soja. Em outubro, a soja caiu para a terceira posição.

Porém, o grão continua liderando as exportações goianas ao longo do ano, com US\$ 1,53 bilhão exportados. De janeiro a novembro, uma maior evolução no volume de exportações foi sentida pelas carnes, que alcançaram US\$ 1,33 bilhão.

Mas não foi apenas o valor exportado que aumentou. O volume de exportações (em quilos) cresceu 49% ao longo deste ano. Alexandre Baldy destaca os bons resultados alcançados por Goiás em relação ao restante do País. Enquanto as exportações goianas cresceram 26,5% até novembro de 2012, o Brasil acumu-

la queda de quase 6%. Isso se deve, em boa parte, às características dos produtos exportados por Goiás (mais alimentos e minérios), produtos que tiveram a demanda menos afetada pela crise internacional.

Com o bom resultado nas exportações, o Estado já acumula um saldo positivo de US\$ 1,829 bilhão em sua balança comercial, o que corresponde a quase 11% de todo saldo nacional. O secretário lembra que a perspectiva inicial da balança comercial de Goiás era manter os bons resultados que haviam sido alcançados em 2011, já que o mundo viveu sob os amargos efeitos da crise internacional este ano. Porém, os números acabaram surpreendendo até os mais otimistas. Agora, com o bom resultado alcançado nos primeiros meses do ano, Alexandre Baldy diz que a nova meta é se aproximar dos US\$ 7 bilhões exportados.

No ranking das maiores exportadoras do Estado, a Caramuru Alimentos surge em segundo lugar entre as empresas goianas. Com sede em Itumbiara, o grupo ampliou suas vendas externas em quase 15% nos



Secretário Alexandre Baldy: safra contribuiu para o desempenho das exportações

10 primeiros meses deste ano, atingindo a marca de US\$ 128,7 milhões, segundo seu vice-presidente, César Borges.

Dólar mais caro derruba importações

Ao longo deste ano, as importações goianas somam US\$ 4,745 bilhões, numa queda de 7,9% em relação aos primeiros 11 meses do ano passado. A explicação está na alta da cotação ao dólar, que deixou de ser tão favorável às importações quanto no ano passado. Além disso, os produtos mais importados por Goiás são aqueles usados para impulsionar o setor produtivo local, como veículos, matérias-primas para indústrias farmacêuticas, máquinas e equipamentos para produção industrial e adubos e fertilizantes.

Com a presença de três indústrias de veículos no Estado (Mitsubishi, Hyundai e John Deere), os veículos automóveis, tratores e suas partes e acessórios foram os produtos mais importados pelo Estado ao longo do ano. Em outubro, os produtos farmacêuticos ocuparam a vice-liderança, enquanto as caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos ficaram na terceira colocação. Goiás comprou, principalmente, do Japão, Coreia do Sul, Suíça, Tailândia, Estados Unidos e Alemanha.

Como um foguete

(Exportações goianas crescem mais do que o total exportado pelo País, valores em US\$ milhões)

Ano	Goiás	Brasil	Participação (Goiás/Brasil)
1998	381,67	51.139,86	0,75%
1999	325,89	48.012,79	0,68%
2000	544,86	55.118,92	0,99%
2001	595,27	58.286,59	1,02%
2002	649,31	60.438,65	1,07%
2003	1.103,19	73.203,22	1,51%
2004	1.413,12	96.677,50	1,46%
2005	1.817,39	118.529,18	1,53%
2006	2.093,11	137.807,47	1,52%
2007	3.184,78	160.649,07	1,98%
2008	4.091,75	197.942,44	2,07%
2009	3.614,96	152.994,74	2,36%
2010	4.044,64	201.915,28	2,00%
2011	5.605,19	256.039,57	2,19%
2012 (jan-nov)	6.574,06	222.832,00	2,95%

Fonte: Secex/Mdic

Alta para commodities agrícolas

Tudo indica que 2013 continuará sendo o ano das commodities agrícolas, cuja produção deve se manter em expansão. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que as exportações de milho e soja crescerão 2,8%, as de açúcar 3,6%, as vendas de frango 4,2%, enquanto as outras carnes terão avanço de 2,5%. “Como Goiás é destaque na produção e exportação desses produtos, esses números podem ser extrapolados no Estado, ou seja, tudo indica que as exportações goianas vão seguir num processo de expansão”, prevê a presidente do Instituto Mauro Borges (IMB), Lillian Maria do Prado.

Quanto aos preços das principais commodities da pauta goiana, a tendência é que continuem aquecidos, ainda como reflexo da queda da safra americana e a desvalorização do real. Lillian lembra que a pauta goiana de exportações é formada, principalmente, por produ-



Tudo indica que as exportações goianas vão seguir num processo de expansão”

tos alimentícios, ou seja, de primeira necessidade. Um bom exemplo, segundo ela, é o da carne goiana, que tem sido alvo de novos padrões e técnicas de produção, visando à melhoria de sua qualidade e produtividade, o que deixou o produto bem mais competitivo no mercado mundial.

Portanto, considerando as expectativas de crescimento das exportações e observando o comportamento exportador do Estado nos



César Borges: exportações do Grupo Caramuru cresceram quase 15% neste ano

últimos três anos, a presidente do IMB acredita que há forte expectativa de que as exportações goianas fechem 2013 com um montante de US\$ 8,7 bilhões.

Já o analista de mercado da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg), Pedro Arantes, prevê que o milho não repita o mesmo desempenho deste ano em 2013, a não ser que haja outro problema climático nos Estados Unidos. No médio prazo, a tendência é manter uma participação de 1 milhão de toneladas anuais, contra 1,5 milhão de toneladas deste ano. Mesmo assim, o desempenho ainda será 40% maior que em 2011.

No ranking das maiores exportadoras do Estado, a Caramuru Alimentos surge em segundo lugar entre as empresas goianas. Com sede em Itumbiara, o grupo ampliou suas vendas externas em quase 15% nos dez primeiros meses deste ano, atingindo a marca de US\$ 128,7 milhões, segundo seu vice-presidente, César Borges.



Soja no porto: grão perde liderança para o milho em outubro, refletindo quebra da safra nos Estados Unidos

CENTROS DE CONVENÇÕES

Espaços para negócios

Num investimento de R\$ 160 milhões, a construção de centros de convenções nas cidades de Anápolis e Goiás deve impulsionar a economia local

Goiás ganhará dois novos centros de convenções que devem ajudar a impulsionar a realização de negócios e toda a economia regional, num total de R\$ 160 milhões em investimentos. O Centro de Convenções de Anápolis, que deve ser licitado nos próximos 30 dias, e o Centro de Convenções da Cidade de Goiás, que está em fase de projetos, devem ser concluídos até dezembro de 2014, segundo previsão do secretário de Indústria e Comércio do Estado, Alexandre Baldy.

Ele lembra que a obra de Anápolis será muito importante porque a cidade, que tem experimentado um grande crescimento econômico nos últimos anos, com a chegada de muitas empresas, passará a ativar mais um eixo econômico: o turismo de negócios. “Uma cidade que abriga o maior distrito industrial do Centro-Oeste e importantes indústrias exportadoras, precisa muito de uma obra como essa para receber grandes eventos”, justifica o secretário.



Cidade de Goiás: obra do Centro de Convenções deverá dar impulso ao turismo de negócios

Maquete do Centro de Convenções de Anápolis: obra aguardada há muito tempo pela população



Para ele, o centro de convenções será o terceiro ciclo de business para o completo desenvolvimento econômico de Anápolis. O secretário informa que o espaço também abrigará um importante teatro e um hotel, que ocuparão área total de 32 mil metros quadrados.

O Centro de Convenções da Cidade de Goiás, para o secretário, dará ao município, que tem economia praticamente estagnada, um novo ciclo de desenvolvimento econômico, aliando o já conhecido potencial turístico da região ao turismo de eventos e negócios, podendo ser utilizado por empresas de todo o País. “A instalação dará impulso ao turismo de negócios que a cidade precisa para colocar sua economia em expansão”, prevê Baldy.

ESCOLA DE GOVERNO HENRIQUE SANTILLO

Capacitação acelerada

Em 2013, a Escola de Governo abrirá quatro opções para cursos de pós-graduação, além de graduação tecnológica em gestão pública

A Escola de Governo Henrique Santillo, da Secretaria Estadual de Gestão e Planejamento (Segplan), atua em seis grandes eixos visando capacitar servidores em todos os níveis da hierarquia organizacional do governo,

para oferecer serviços com nível de excelência. São eles: Capacitação da Alta Administração Pública, Programa de Melhoria do Planejamento e da Gestão Pública, Formação de Gerentes, Captação de Recursos e Incremento de Receitas nos Órgãos,

Apoio à Agenda Municipal e Parceria com Fornecedores. Reformulada, a Escola de Governo conta hoje com toda a estrutura necessária, com nove salas de aula, dois laboratórios de informática e uma sala de multimídia, entre outros.



Governador e secretário de Gestão e Planejamento, Giuseppe Vecci, na inauguração da Escola de Governo: qualidade na formação de gestores

Dentro da Capacitação da Alta Administração Pública, um grupo de servidores participou, em novembro, de um curso de Políticas Públicas por Resultados, no Chile, realizado pelo Instituto Latino-Americano de Pesquisas, ligado à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), uma comissão regional da Organização das Nações Unidas (ONU). A superintendente da Escola de Governo da Segplan, Liliane Moraes Batista de Sá, explica que o curso é de atualização e também para sensibilização dos servidores para colaborar com a melhoria da administração pública. A Escola de Governo trabalha na preparação de um seminário, nos dias 27 e 28 de fevereiro, com profissionais da Insead, uma das principais escolas de negócios da Europa, sediada na França. O tema será Ação, Liderança, Inovação e Internacionalização.

Dentro do Programa de Melhoria do Planejamento e da Gestão Pública foram lançadas quatro pós-graduações, voltadas a servidores, e também será oferecido o curso de graduação tecnológica em Gestão Pública, por meio de convênio com

a Universidade Estadual de Goiás (UEG). O curso, com duração de dois anos e 1,6 mil horas-aula, será ministrado em 2013. Liliane Moraes adianta que o processo seletivo dos interessados será feito em fevereiro para que as aulas tenham início em março. Serão duas turmas com 40 alunos cada. Servidores efetivos e comissionados poderão concorrer às vagas, passando, para isso, por prova e avaliação da atuação profissional.

Um dos cursos de pós-graduação que serão oferecidos no próximo ano destina-se aos gerentes escolhidos pelo processo de meritocracia, integrante do Programa de Formação de Gerentes. Já no eixo de Capacitação de Recursos e Incremento de Receitas nos Órgãos, foi realizado um seminário com o consultor Ricardo Falcão e há várias ações programadas para 2013. O objetivo é capacitar servidores de todos os órgãos da administração para buscar recursos junto ao governo federal, organismos bilaterais, organizações sociais (OS). “É preciso ter bons projetos, que realmente tenham como finalidade o bem públi-



Liliane Moraes: cursos de atualização e sensibilização dos servidores

co, para conseguir financiamentos”, justifica Liliane Moraes. Das outras duas linhas de ações principais, a de Apoio à Agenda Municipal destina-se aos administradores municipais, para capacitá-los na captação e na gestão de recursos. A Parceria com Fornecedores atuará na outra ponta, orientando os fornecedores sobre as formas mais eficientes de negociar com o Estado.



Aperfeiçoamento: servidores participam de curso de Políticas Públicas por Resultados realizado no Chile pelo Ilpes-Cepal

Qualidade, gestão e desenvolvimento

Servidores públicos efetivos e comissionados terão a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e habilidades com quatro cursos de pós-graduação que serão oferecidos pela Escola de Governo Henrique Santillo, da Secretaria Estadual de Gestão e Planejamento (Segplan), a partir do próximo ano. Os candidatos passarão por um processo seletivo, cujas inscrições devem ser abertas em dezembro deste ano. O processo está em fase de licitação para escolha das instituições de ensino superior que irão ministrar os cursos. São eles: Gestão de Pessoas, Qualidade e Processos, Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Gerencial. Este último é exclusivo para os gerentes



Servidor melhor capacitado reverte na melhoria da prestação de serviço”

selecionados por meio do processo de avaliação por meritocracia. Os demais são abertos a todos os servidores.

A superintendente da Escola de Governo da Segplan explica

que todos os temas dos cursos foram escolhidos de acordo com as áreas em que o governo enfrenta maior carência de servidores capacitados. “O Estado precisa oferecer essa capacitação aos seus servidores e, ao mesmo tempo, necessita que esse investimento seja revertido em melhorias na prestação do serviço”, ressalta Liliane Moraes. O início do curso de Gestão de Pessoas está previsto para fevereiro de 2013; o de Planejamento Estratégico, para março; os demais, para abril. Cada curso terá 40 vagas e carga horária de 380 horas.

Os interessados devem começar a se preparar. A seleção será composta de inscrição, avaliação de currículo, prova de conhecimentos gerais e entrevista. A prova de conhecimentos gerais terá como conteúdo noções de administração pública. “A seleção é necessária, até para verificarmos se as habilidades do candidato realmente se encaixam no curso pretendido inicialmente”, justifica a superintendente da Escola de Governo. Antes mesmo da abertura das inscrições, ela conta que muitas pessoas já procuraram o órgão em busca de informações.

Também serão critérios para admissão que o servidor esteja lotado em áreas administrativas, exercendo atividades relacionadas às áreas de tributo, contabilidade, licitações, gestão de RH, otimização de processos, patrimônio, logística e planejamento; atuar profissionalmente na elaboração, implantação e/ou gestão de políticas públicas; ter anuência da chefia imediata; ter anuência da unidade de RH do órgão, assim como do titular do órgão de origem do servidor; e não ter realizado curso de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu com ônus para o Estado nos últimos dois anos, comprovado por declaração.



Em 2013 os servidores poderão ter acesso a outros cursos

Em estudo, novos cursos

A superintendente da Escola de Governo, Liliane Moraes, antecipa que novos cursos devem ser oferecidos com o objetivo de modernizar a administração pública, capacitando os servidores. Ela diz que há estudos para que outros cursos sejam disponi-

bilizados por meio do método de educação a distância. Liliane Moraes observa que a Escola de Governo conta com uma programação bastante extensa dentro do Programa de Capacitação 2012-2015. São mais de 50 cursos em diversas modalidades.

Inclusão social em todo o Estado

Trabalho da OVG cobre os 246 municípios goianos, envolvendo ações e projetos com foco na inclusão socioeconômica da população de baixa renda



O governador Marconi Perillo, a primeira-dama Valéria Perillo e o coordenador geral da OVG, Afrêni Gonçalves: promoção social

A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) desenvolve ações e programas de inclusão social e resgate da cidadania em todos os 246 municípios goianos. Milhares de pessoas de baixa renda, idosos, jovens, crianças, portadores de deficiência e famílias inteiras se beneficiam das iniciativas realizadas pela OVG, criada por Ambrosina Coimbra Bueno, ex-primeira-dama do Estado (esposa de Jeronymo Coimbra Bueno). Sob o comando da presidente Valéria Perillo, que cumpre sua terceira gestão à frente da entidade, tem como principal parceiro o governo estadual, além de instituições da sociedade organizada, que apoiam os projetos sociais.

Da confecção de uniformes para estudantes de baixa renda e enxovais para bebês, conduzida por um grupo de mulheres católicas na época da sua fundação, em 1947, à realização de um conjunto de programas e ações voltadas às famílias desassistidas, a OVG completou neste ano uma trajetória de 65 anos, consolidando um trabalho focado nos conceitos de solidariedade humana, de resgate da cidadania e de inclusão socioeconômica.

A educação e a qualificação profissional são questões consideradas prioritárias para fomentar o desenvolvimento do Estado e a competitividade. Daí o apoio e os investimentos crescentes em iniciativas voltadas para elevar a produtividade, a modernização do parque industrial e o destaque de Goiás no ranking nacional. Inserem-se neste contexto o Bolsa Universitária, as Oficinas Educacionais Comunitárias (OECs) e o Centro de Qualificação Profissional (CQP).

Bolsa Universitária beneficia 128 mil alunos

O Bolsa Universitária, um programa de grande alcance social criado



Capacitação gratuita ajuda a preparar jovens para enfrentar o mercado de trabalho

em 1999, já beneficiou mais de 118 mil estudantes. Outros 10 mil alunos vão começar a receber o benefício no primeiro semestre de 2013, sendo 9 mil bolsas parciais e mil integrais, totalizando 128 mil beneficiários.

O programa passou por mudanças recentemente para alcançar mais eficiência e para que sua operacionalização fosse também mais coerente. Uma dessas modificações é a implantação do sistema de meritocracia. Como parte desse conceito, o desempenho do estudante passou a ser um fator decisivo para que ele consiga um benefício maior para estudar. Se tiver boas notas, conquista um valor maior para ser descon-

tado na mensalidade. É um prêmio ao bom aluno, a quem encara o estudo com seriedade. A avaliação da instituição de nível superior pelo Ministério da Educação (MEC) também é um critério legal para a concessão do benefício.

Ao ser selecionado no Bolsa Universitária por critérios socioeconômicos o aluno se compromete a fazer a contrapartida, que é uma prestação de serviço em instituições previamente cadastradas na OVG. Dessa forma, pode atuar em escolas, delegacias, asilos, creches, hospitais e outras entidades.

A presidente da OVG, Valéria Perillo, destaca que o Bolsa Universitária é executado sem paternalismo e que o estudante faz a contrapartida em instituições governamentais e não-governamentais, sempre com carga horária compatível com o curso, de forma a não atrapalhar seus estudos. Segundo Valéria Perillo, além de preparar para o mercado de trabalho, o programa é um “agente de cidadania”.

Dessa forma, o Bolsa Universitária oferece oportunidade para milhares de pessoas, principalmente aos jovens, de fazer um curso supe-

Formação de voluntários

Fundado em 2001, o Centro Goiano de Voluntários (CGV) é uma das iniciativas da OVG na área do voluntariado. A unidade recebe, capacita e encaminha para instituições pessoas interessadas no trabalho voluntário e, também, orienta as entidades que querem recebê-las.

Assim, as pessoas são capacitadas e encaminhadas para o trabalho em asilos, delegacias, escolas, creches e hospitais, entre

outros, além de atuar em programas e unidades da própria OVG. O centro ainda promove a cultura do voluntariado, visando difundir informações, multiplicar experiências de sucesso e potencializar parcerias para o desenvolvimento de iniciativas na área. O objetivo é estimular a prática da atividade em Goiás. Anualmente, a OVG capacita cerca de mil voluntários e mais de cem entidades.



Nádia Lima

Fórum de capacitação técnica: da informática à panificação, incluindo cursos de redação, línguas, corte e costura, manicure e cabeleireiro

rior e ter qualificação para ingressar no mercado de trabalho. Por consequência, essa formação acadêmica impulsiona o crescimento econômico do Estado.

As Oficinas Educacionais Comunitárias e o Centro de Qualificação Profissional também são instrumentos importantes para a inclusão social. As unidades realizam cur-

sos de capacitação totalmente gratuitos voltados para jovens de 14 a 29 anos. As OECs e o CQP formaram mais de 2.075 alunos em 2011 e a estimativa é de que até o fim de 2012 mais de 3.800 recebam o certificado de capacitação.

O CQP oferece cursos de Redação, Português, Inglês, Espanhol, Matemática, Informática, Depar-

tamento de Pessoal e Manutenção e Montagem de Computador. Nas OECs do Jardim Novo Mundo, Setor Cândida de Moraes e Setor Norte Ferroviário são oferecidos cursos de Informática, Modelagem, Corte e Costura, Cabeleireiro, Manicure/Pedicure, Arte Culinária, Garçom/Garçonete e Panificação, nos turnos matutino e vespertino. A meta para 2013 é a oferta de todas essas capacitações no período noturno e o fortalecimento de parcerias que viabilizem o empreendedorismo dos alunos.

O coordenador-geral da OVG, Afrêni Gonçalves, ressalta que existe um mercado de trabalho carente de mão de obra qualificada e um grande contingente de jovens desempregados e sem perspectivas de futuro. "A OVG cumpre o importante papel social de preparar esses jovens para que consigam emprego e melhorem sua qualidade de vida por meio da capacitação em cursos das Oficinas Educacionais Comunitárias", reforça o coordenador-geral.

Alimentação de qualidade a um real

O Restaurante Cidadão é uma iniciativa que visa promover a segurança alimentar, beneficiando o desempregado, o trabalhador, o camelô, o gari, o aposentado. O preço cobrado pela refeição é simbólico, de apenas R\$ 1.

As refeições servidas no Restaurante Cidadão são balanceadas. O cardápio é nutritivo, variado e saboroso, tudo acompanhado por uma equipe de nutricionistas. Todo o processo de preparo da comida segue normas do Programa de Alimentação do Trabalhador, do Ministério do Trabalho.

A OVG tem seis unidades do Restaurante Cidadão em funcionamento em Goiás, no Centro de Goiânia e Campinas, Anápolis, Rio Verde e Luziânia, que servem mais

de 2 milhões de refeições por ano. As unidades de Goiânia e Anápolis são mantidas exclusivamente pela OVG. As outras funcionam em parceria com os municípios.

Arquivo



Restaurante Cidadão: seis unidades no Estado e 2 milhões de refeições por ano

Atenção diferenciada ao idoso

O Complexo Gerontológico Sagrada Família, localizado no Jardim Bela Vista, em Goiânia, conta com casas para acolher pessoas da terceira idade que têm autonomia e podem morar sozinhas, e a Instituição de Longa Permanência, na qual estão abrigados idosos que dependem de cuidados especiais. Há ainda o Centro Dia, um local que oferece várias atividades aos usuários, como alfabetização, informática, oficinas de artesanato, hidroginástica e outras.

Eles passam o dia nesse local e voltam para casa ao entardecer. É um importante apoio àquela família que sai para trabalhar cedo e não tem condições de dar a atenção que o idoso precisa. O Centro de Convivência Vila Vida, situado no Setor Coimbra, também atende idosos. Alguns moram na unidade e outros só participam das atividades recreativas como frequentadores da vila.

É mais um projeto da OVG que valoriza a pessoa da terceira idade, oferecendo-lhe atividades como hidroginástica, bailes dançantes, passeios e outras formas de inserção social, além de assistência médica



Cristina Cabral

Centro de Convivência Vila Vida: piquenique faz parte das atividades realizadas pela instituição

e psicológica, cumprindo à risca o que determina o Estatuto do Idoso.

A OVG oferece apoio às pessoas que vêm fazer tratamento de saúde em Goiânia e não têm onde ficar. Na Casa do Interior de Goiás (Cigo), o paciente e o acompanhante, normalmente encaminhados pelas prefeituras municipais e entidades, ficam hospedados de graça durante todo o tratamento.

A Cigo oferece enfermeiras e ambulância 24 horas, para o transporte dessas pessoas ao consultório médico e exames e as levam de volta à unidade da OVG, que fica no Setor Oeste. Os usuários recebem refeições e lanches, participam de atividades de entretenimento e muitos conseguem se curar de doenças graves graças a esse importante apoio humanitário.

Suporte a adolescentes grávidas

O Projeto Meninas de Luz do Centro Social Dona Gercina Borges Teixeira, em Campinas, atende adolescentes grávidas com idade entre 12 e 21 anos. Cerca de 600 jovens são assistidas por ano na unidade.

Elas recebem atendimento médico, odontológico e psicológico, participam de palestras sobre gestação, cuidados com o bebê e de cursos de artesanato, e ainda têm lanches durante as ati-

vidades, tudo gratuito. A primeira etapa do atendimento dura três meses e ao final elas recebem o enxoval do bebê. Após o nascimento da criança, continuam a ter acompanhamento médico e social por um ano.

A Organização das Voluntárias de Goiás, em parceria com o governo do Estado (Agehab, Detran e GoiásFomento), também criou o Projeto Criança Cidadã, que está presente em praticamente to-

das as regiões de Goiás. Mais de cem Centros de Educação Infantil (CEI) já foram implantados e a meta agora é construir outras cem unidades.

No CEI a criança conta com acompanhamento educacional, lazer, entretenimento, alimentação, assistência médica, odontológica e outros benefícios. É um projeto para contemplar a mãe trabalhadora, dando a ela um lugar seguro para deixar o filho.

Chance a deficientes

Governo lança programa em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, prevendo ações nas áreas de saúde, educação e inclusão social

Numa data simbólica, o governo lançou, no dia 3 de dezembro, quando se celebra o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Plano Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Goiás Inclusivo – Um Estado para Todos. A proposta é promover, por meio da integração e articulação de políticas públicas, o acesso e o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, com segurança e autonomia, beneficiando quase 1,4 milhão de pessoas com algum tipo de deficiência em Goiás, perto de 23,8% da população total.

Lançado pelo governador Marco ni Perillo durante solenidade no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, o

plano toma como base a Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi motivado pelas ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, lançado no ano passado pelo governo federal. A elaboração do Programa Goiás Inclusivo envolveu as entidades ligadas aos deficientes e todos os setores do governo. Coordenado pelo secretário-chefe da Casa Civil, Vilmar Rocha, o plano tem cinco eixos de atuação: Acesso à Educação; Esporte e Lazer; Acessibilidade; Inclusão Social; e Atenção à Saúde.

Na solenidade de lançamento, Rocha destacou que “governo bom é governo que cuida das pessoas, que dá oportunidades, que promove o cidadão e que reconhece seus direitos. O Goiás Inclusivo é uma manifestação dessa visão.”

Enfrentando a violência contra as mulheres

A Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (Semira) tem como objetivo estratégico tornar-se referência nacional em políticas de inclusão, promoção de igualdade e garantia de direitos para mulheres, negros, índios, ciganos e comunidades LGBTT, afirma a titular da pasta, Gláucia Maria Teodoro Reis.

Em articulação com o governo federal, prefeituras e organizações da sociedade civil, a Semira comandou, entre outras ações, a implantação da Rede de Atenção do Es-



Secretária Gláucia Maria Teodoro Reis: visão inclusiva das mulheres e das comunidades deixadas à margem da sociedade

tado de Goiás, integrada por nove centros de referência instalados em Anápolis, Cidade Ocidental, Goiânia, Goiás, Iaciara, Itumbiara, Morrinhos, Santa Helena e Uruaçu; e seis Núcleos Especializados de Atendimento à Mulher (Neam).

Além disso, 24 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) já estão em funcionamento no Estado. O Centro de Referência Estadual da Igualdade de Goiânia (Crei) oferece atendimento jurídico, psicológico e social às mulheres, vítimas de violência, preconceito racial e homofobia, num trabalho fortemente impulsionado pela instalação de um posto da Defensoria Pública, em mais um exemplo de parceria bem sucedida.



Secretário Vilmar Rocha: “Governo bom é governo que cuida das pessoas, que dá oportunidades, que promove o cidadão”

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS)

O salto de qualidade

Sob administração de organizações sociais, modelo já adotado por 14 Estados no País, instituições do setor de saúde conquistam avaliação positiva em Goiás

A saúde pública em Goiás experimentou um salto de qualidade em 2012 depois que o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), colocou em prática um novo e ágil modelo de gerenciamento hospitalar, ao repassar a gestão das unidades de saúde para organizações sociais (OS). Goiás segue uma tendência

nacional, adotando um modelo que já é utilizado em 14 Estados do País, entre eles, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Em Goiás, os sete principais hospitais do Estado já estão sob administração das OS, com resultados visíveis. Uma pesquisa de satisfação, realizada com pacientes do Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer),

Hospital de Urgências de Anápolis (Huana) e Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso), aponta avaliação positiva de 97%, 98% e 94%, respectivamente.

As organizações sociais assumiram a gestão das unidades de saúde em Goiás com a missão de promover um atendimento mais humanizado e ágil, resultado da autonomia



Hospital de Doenças Tropicais: monitoradas pelo governo, organizações sociais implantam mudanças e modernizam setor



Antônio Faleiros: “Hospitais públicos estaduais são melhores que os particulares”

para compras e contratação de serviços e do implemento de melhorias e investimentos. O governo estadual fiscaliza o serviço das entidades por meio de conselhos e órgãos reguladores, que permanentemente conferem o cumprimento dos contratos e das metas estabelecidas. Além dos órgãos de controle e fiscalização, o Ministério Público estadual também acompanha de perto a execução dos contratos.

Para o secretário estadual de Saúde, Antônio Faleiros, os resultados da transferência da gestão dos principais hospitais públicos para as organizações sociais estão além das expectativas. “São hospitais antigos, com funcionários estatutários anti-

gos, muitos próximos da aposentadoria, com uma estrutura habituada ao status quo. Por isso, pensei que haveria mais resistência, mas o que estamos vendo uma harmonia nesse processo, até porque uma das grandes reivindicações dos servidores era por estrutura de trabalho”, diz Faleiros, acrescentando que os hospitais estão passando por reformas físicas, estão todos abastecidos e com profissionais em número adequado. “Vamos estudar critérios com outras instituições para fazer uma avaliação rigorosa e técnica desse processo, mas não há hoje, em Goiás, nenhum hospital particular em melhores condições do que os nossos”, assegura o secretário.

As principais unidades de saúde em Goiás

HUGO

As filas intermináveis e o sofrimento das pessoas nos corredores já não fazem parte do dia-a-dia do maior hospital público de Goiás. Logo que assumiu a unidade, o Instituto de Gestão em Saúde (Iges) conseguiu reabastecê-la em apenas 48 horas com novos medicamentos, insumos e correlatos. Já no primeiro mês, o número de leitos de UTI passou de 44 para 58, um aumento de 31%. Também foram adquiridos novos equipamentos para o centro cirúrgico, UTI, além de camas hospitalares. O faturamento do Hugo teve aumento de 35% e a economia gerada será revertida na primeira grande reforma do hospital em 21 anos. Estão sendo reformadas as enfermarias, o pronto-atendimento, a UTI e a fachada do prédio. Também estão sendo reestruturadas as redes elétrica e hidráulica do hospital. Com

as reformas do centro cirúrgico, o Hugo vai passar a ter dez salas de cirurgia, aumentando em mais de 40% a sua capacidade. Dentro da política de investimentos, a administração também anuncia a criação de mais 22 leitos de UTI.

CRER

Primeira unidade de saúde pública de Goiás gerida por uma organização social, a Agir, o Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer) chega aos dez anos com a marca de 6,7 milhões de procedimentos realizados. O resultado da gestão eficiente é visível não apenas no nível de satisfação dos usuários (97%), mas também na expansão da área física e dos serviços oferecidos. As novas instalações contemplam um centro cirúrgico, unidade de terapia intensiva (UTI), novos apartamentos e gi-

nários de terapia, entre outros. Junto com a comemoração por uma década de funcionamento, no início de outubro, veio o anúncio de que o atendimento será 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Crer atende perto de 1,5 mil pacientes por dia.

HGG

Em seis meses de gestão pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Humano (Idtech), o Hospital Alberto Rassi – HGG apresenta avanços visíveis, tanto na área estrutural como na reformulação de processos. Diretor-geral da unidade, o médico André Luiz Braga destaca que a maior mudança foi no modelo administrativo. “Com a OS, os fluxos administrativos são menos burocráticos. Com isso, a contratação de servidores, de serviços de manutenção, as compras são mais ágeis,

o que fez com que conseguíssemos superar nós críticos em curto espaço de tempo”, analisa. Hoje, ele diz que o hospital está abastecido de medicamentos, insumos e materiais, com toda a sua estrutura funcionando 100%.

O HGG conta com uma novidade na rede pública de saúde: o serviço de hotelaria para tratamento das roupas. Os kits são embalados um a um, incluindo ataduras e bandagens e até a roupa do paciente.

HDT

Em 90 dias de administração pelo Instituto Sócrates Guanaes, o Hospital de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT) passou por reparos pontuais. Foi iniciada ainda uma reforma geral em todos os ambientes, que deverá ser concluída em 90 dias, estima o diretor-geral da unidade, Ailton Ribeiro. Ele destaca o sistema informatizado que está sendo implantado no hospital, que classifica como fun-

damental para uma boa gestão, pois permite acompanhar, em tempo real, a situação de toda a unidade, como estoque de suprimentos, financiamentos, contratos e compras e, principalmente, a assistência. “O paciente chega ao hospital, é recepcionado e todos os seus passos são lançados no sistema. Tudo é registrado, o que nos permite fazer um gasto racional”, explica. “Onde há controle, não há desperdício.”

MATERNO-INFANTIL

Em pouco mais de 90 dias sob administração da OS Instituto de Gestão e Humanização (IGH), além das mudanças na forma de gestão e controle, medidas básicas, como boas práticas de higiene, aquisição de equipamentos e higienização já têm efeitos sentidos pelos usuários do Hospital Materno-Infantil, em Goiânia. “A troca de 100% do enxoval, dentro do processo de higienização, refletiu na queda de 50% dos casos

de infecção hospitalar e da taxa de mortalidade”, observa o diretor da unidade, Paulo Bittencourt. Depois de assumir a gestão, a OS promoveu as reformas mais urgentes e a manutenção de equipamentos médicos, além da compra de novos itens. A preocupação com o bem-estar dos pacientes é percebida na reforma da recepção, na alimentação, na qualidade das roupas e enxoval médico.

HURSO

O Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso) tornou-se referência para atendimento de outros 25 municípios, num raio de 180 quilômetros quadrados. Com 122 leitos, dos quais 20 de UTI – 10 leitos para pacientes adultos e 10 pediátricos –, o Hurso passou a realizar ações de promoção da saúde, como prevenção de acidentes de trânsito, contra o tabagismo e outros fatores de risco. O hospital é gerido pela Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde).

HUANA

Há oito anos, o Hospital de Urgências Dr. Henrique Santillo de Anápolis (Huana) é administrado pela Fundação de Assistência Social de Anápolis (Fasa). A unidade tem 84 leitos, dos quais 18 são de UTI, e um atendimento de qualidade, prestado por servidores qualificados e capacitados. Só no primeiro semestre deste ano, foram realizados mais de 35 mil atendimentos nas diversas especialidades, envolvendo moradores de Anápolis e de outras 55 localidades próximas que utilizam os serviços do hospital. A preocupação da Secretaria de Saúde é promover essa descentralização da assistência no interior do Estado para que o cidadão tenha o atendimento o mais perto possível de onde vive.



Hospital Materno-Infantil: unidade ganha nova pintura e revitalização da fachada

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ampliando o crescimento

A Agência de Desenvolvimento Regional está envolvida na execução de diversas ações que consideram as vocações municipais para combater as desigualdades

Os números mais recentes acerca da economia goiana comprovam o crescimento socioeconômico do Estado, registrando salto significativo do Produto Interno Bruto (PIB). O governo de Goiás lançou o desafio de buscar a consolidação desse desenvolvimento, em bases sustentáveis, amparado em uma ampla carteira de projetos inseridos no Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento (PAI). A Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), jurisdicionada à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, é um dos braços na construção desse novo cenário que tem o objetivo de colocar Goiás entre os mais importantes polos de desenvolvimento do País.

Essa tarefa está traçada sobre o mapa estratégico das regiões e polos de desenvolvimento, com projetos objetivos que consideram as vocações e a realidade de cada município. O Programa de Desenvolvimento Regional do Plano de Governo Marconi Perillo está distribuído em 14 polos e projetos prioritários, 11 deles sob a responsabilidade da AGDR.

Trabalho leva em conta vocação de cada município

A atuação da AGDR está sedimentada em projetos e objetivos que consideram as vocações e a realidade de cada município, em eixos estratégicos. Todas as suas metas compõem

o Planejamento Estratégico da agência para o período 2012-2015, englobando infraestrutura, modernização de gestão, sempre com foco na inclusão social e nas soluções para reduzir as desigualdades regionais.

Na grade de projetos prioritários, o presidente da AGDR, Liosório de Jesus Meireles, destaca algumas das ações do órgão que foram beneficiadas com recursos do PAI, e outras com o apoio do governo federal. O Centro de Convenções da Cidade de Goiás, cujo projeto se encontra em elaboração, é uma das prioridades do governo. A proposta é proporcionar à antiga capital goiana um espaço nobre e à altura do seu status de Patrimônio Histórico da Humanidade. Com recursos estimados

Lago das Acácias, na Cidade de Goiás: um dos cartões postais do município, local será revitalizado e ampliado



em R\$ 30 milhões, a obra deverá ter em torno de 12.500 metros quadrados, abrangendo teatro com capacidade para 1.200 lugares, auditório para 500 pessoas, salão para feiras e exposição, salas multiuso, mall de integração entre os diversos ambientes e estacionamento coberto e descoberto para 350 veículos. O novo espaço será capaz de acolher grandes eventos como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (Fica), alimentando a cadeia do turismo em suas diversas ramificações, como hotelaria e gastronomia.

A Estação Gastronômica de Goiânia, também a cargo da AGDR, mar-



Estação Gastronômica de Goiânia: antiga rodoviária terá espaços para restaurantes, bares, lanchonetes, eventos e exposições e passarela interligando ao Lago das Rosas

cará o reaproveitamento da antiga Estação Rodoviária de Goiânia, num projeto integrado com a Praça General Joaquim Curado, já revitalizada pela Prefeitura de Goiânia. Serão

destinados espaços para restaurantes, bares, lanchonetes, eventos e exposições e uma passarela para interligação com o Lago das Rosas, preservando a arquitetura original da estação.

Infraestrutura e urbanização

Um dos cartões postais da Cidade de Goiás, o Lago de Acácias, será ampliado e revitalizado. O projeto visa prover o local de estrutura adequada de recepção aos turistas, proporcionando à população da cidade e aos visitantes, uma opção saudável de lazer e bem-estar. As obras abrangerão uma área de 40.308,67 metros quadrados contendo lojas para comercialização do artesanato local, pista para caminhada, lanchonetes, restaurantes, sanitários, playground, mirante de contemplação e estacionamento.

O projeto de implantação de infraestrutura na Colônia de Uvá contempla a construção de um centro comunitário com área total de 487,11 metros quadrados, contendo um salão multiuso, sanitários, cozinha, copa e serviço e o Salão Memorial da Cultura Alemã. Além de atender à demanda dos moradores, a obra visa promover o resgate à memória dos primeiros alemães que fundaram o povoado, em 1924.

O Distrito de Buenolândia será beneficiado com obras de infraestrutura básica, com o calçamen-



Balneário Cachoeira Grande: lazer e turismo, com recuperação e preservação ambiental

to de 10.500 metros quadrados de ruas com bloquete, revitalização, urbanização e paisagismo do largo (praça). Trata-se de um investimento para resgatar a memória histórica do antigo Arraial da Barra, distrito do município de Goiás-GO, fundado em 1726 pelo filho do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva. Foi a primeira povoação estabelecida em todo o Estado de Goiás.

Esses projetos visam beneficiar a população local e os turistas em geral com infraestrutura adequada, na expectativa de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e promover o uso sustentável dos recursos naturais como opção saudável de lazer e bem-estar.

O Balneário Cachoeira Grande, na área de influência da antiga capital, será construído com o objetivo fomentar a economia local, centrada principalmente no turismo. Trará benefícios ao meio ambiente uma vez que prevê ações de recuperação da vegetação e preservação do Rio Vermelho. Voltada para o turismo ecológico, a construção terá de 130.657,41 metros quadrados, abrigando vila comercial, centro de eventos multiuso, praia, mirante, lagos de contemplação, bares, lanchonetes, restaurantes, playground, sanitários, estações ecológicas, estacionamento, e ainda espaços para pousadas e restaurantes a serem explorados através de concessão pela iniciativa privada.

GRUPO JOSÉ ALVES

Sede de crescimento

Num investimento de R\$ 300 milhões, um dos maiores grupos do Estado pretende expandir suas operações em pelo menos 15% nos próximos dois anos

Dono de um dos maiores complexos industriais em operação no Estado de Goiás, o Grupo José Alves completou 50 anos de atividade comercial em outubro já de olho no futuro dos negócios. O empreendimento, que tem como carro-chefe a Refrescos Bandeirantes, empresa responsável pela fabricação, engarrafamento e distribuição de bebidas da marca Coca-Cola no Estado, planeja expansão de pelo menos 15% nos próximos dois

anos, com aumento da força produtiva de suas fábricas.

O investimento será de R\$ 300 milhões, afirma o presidente, José Alves Filho. O aporte de recursos deverá surtir efeito na geração de empregos. Segundo ele, o grupo conta com 3.527 colaboradores e gera 10 mil empregos indiretos em suas nove empresas. Com a ampliação da atividade até 2015, o número

de postos de trabalho deve crescer 10%. A Refrescos Bandeirantes, instalada às margens da Rodovia dos Romeiros, em Trindade, é a maior geradora de vagas entre as nove empresas do grupo, que além do ramo de bebidas atua na área de educação, monitoramento, tecnologia da informação, embalagens, locação de veículos e imóveis.



Maior geradora de postos de trabalho no grupo, a Refrescos Bandeirantes tem maior peso na geração de receitas. A empresa é responsável por 85% do faturamento anual, estimado em R\$ 700 milhões. São produzidos em torno de 330 milhões de litros de refrigerante por ano, abastecendo 237 cidades com produtos Coca-Cola. A produção ocupa 61% do mercado goiano de bebidas. Isso quer dizer que de cada cem refrigerantes vendidos e consumidos no Estado, 61 tiveram sua origem nas linhas de produção da Refrescos Bandeirantes.



Tudo indica que as exportações goianas vão seguir num processo de expansão”

A fábrica goiana ocupa atualmente a primeira posição entre as 16 franqueadoras do Sistema Coca-Cola que mais crescem no País. Esse crescimento fez a Refrescos Bandeirantes receber por cinco anos consecutivos o reconhecimento da Coca-Cola entre as franquias de maior destaque. A fábrica é composta por seis áreas: xaroparia (preparação do produto semiacabado), produção (envase de bebidas), controle da qualidade, manutenção industrial (PCM, utilidades, automação, elétrica e mecânica), PCP e armazenagem.

Linha do tempo

1962	José Alves Imp. e Export. Ltda Casas Alô Brasil (atacado)	1987	ABC Radiofusão Transportadora Atlanta Refrescos Bandeirantes Ind. e Com. Ltda
1966	Casas Alô Brasil José Alves S/A Imp. e Export. (antiga Ltda)	1994	Holding Rebic Comercial
1967	Transportadora Alô Brasil	1995	J.A. Nendo Com. Atacadista Ltda J.A. Nendo Com. Supermercado Rebica Indústria e Comércio Ltda
1969	Fazenda Alô Brasil (Redenção-PA) Casas Uberlândia	1996	Transferência dos executivos da Rebic Holding para Goiás Rembal - Rebic Embalagens Indústria e Comércio Ltda
1976	Supermercado em Uberlândia (MG) Supermercado em Goiânia (GO)	1999	Rebica Indústria e Comércio Ltda
1978	Boca Quente (atacado em Maringá-PR)	2000	Centro Educacional Alves e Faria (Alfa)
1980	Indústria de arroz (São Paulo, Goiás, Paranaguá, Cuiabá)	2006	Tecno 3T Atlanta Locadora de Veículos Ltda
1981	Fazenda Araguaia (Araguaia-PA) Madeireira José Alves OJA Publicidade e Propaganda José Alves Mineração José Alves	2008	Red & White IT Solution
1986	Irmãos Alves (atacado de exportador e de entrega) Radiofusão e Comunicação Alô Brasil	2011	Alfa Concursos

Da venda de sal à liderança no atacado

A liderança e a referência da Refrescos Bandeirantes no mercado goiano são reflexo do trabalho desenvolvido pelo grupo em cinco décadas de história. As atividades comerciais tiveram início em 1962, quando José Alves, conhecido como Seu Nendo, abriu uma venda de sal na cidade de Uberlândia (MG). O goiano de Ipameri expandiu o negócio já no primeiro ano de atuação para a venda de secos e molhados. Em 1963, decide chamar o estabelecimento de Armazém Alô Brasil.

Em cinco anos, o Armazém Alô Brasil alcançava a liderança do mercado nacional, tornando-se o maior atacadista do País e um dos maiores da América Latina. A rede abriu filiais em Uberlândia (MG), Goiânia (GO), Ribeirão Preto (SP), São Paulo (SP), Imperatriz (MA) e fixou na capital goiana a sede de seus negó-



José Alves, o Seu Nendo: Casas Alô Brasil amplia atuação para quase todos os Estados



Governador Marconi Perillo e primeira-dama, Valéria Perillo, em solenidade de homenagem a José Alves Filho

cios. Seu Nendo montou a maior frota de caminhões Mercedes-Benz do Brasil e ampliou a área de atuação, com as Casas Alô Brasil, para praticamente todos os Estados brasileiros. A história do fundador do grupo foi interrompida em 12 de setembro de 1976, quando Seu Nendo sofreu grave acidente de automóvel, vindo a falecer dois meses depois, aos 53 anos de idade.

Com a morte de Seu Nendo, sua mulher, Dona Lia, garantiu a transição do comando das empresas para o primogênito Antônio Carlos Alves, ainda em 1976. Iniciava-se uma nova fase, com a expansão e a diversificação dos negócios. No varejo, consolidou a rede de supermercados, inclusive com abertura de um especializado em brinquedos, o Alô Brasil Brinquedos. Além dos setores tradicionais, levou o grupo para os ramos de comunicação, pecuária, mineração e madeireiro.

O Grupo José Alves estava presente em todos os Estados na década de 1980 e já figurava entre as cem maiores organizações empresariais do País. Essa atuação no mercado atacadista e varejista foi decisiva para o grupo conquistar a franquia

da Coca-Cola em Goiás em 1987. Os anos 1990 são de mudanças para o grupo, com a decisão de migrar para o setor industrial, numa primeira etapa, e de expandir para outras áreas de atuação que têm sinergia com suas empresas, como os segmentos de educação e tecnologia. Tudo começa em 1993, depois das mudanças na sua estrutura societária. O grupo passa a ser comandado por José Alves Filho.

Nessa época, a operação se foca em produtos e serviços de valor agregado, com mudanças também na área de gestão. Forma-se uma diretoria executiva, composta pelo presidente, superintendentes e diretores de todas as empresas, que passam a se reunir anualmente para elaborar o planejamento estratégico das empresas, definindo metas para a construção dos Planos de Negócios e os rumos que vão orientar os executivos nos seus orçamentos depois de avaliadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, cujas decisões são analisadas pelos acionistas. O projeto tem por parâmetro a governança corporativa, que solidifica as relações entre os sócios e a família.

Diversificação, a marca em cinco décadas

Para representantes do setor produtivo em Goiás, o processo de diversificação dos negócios pelo Grupo José Alves marcou os 50 anos de sua história. Ao longo de sua evolução, aquela característica empresarial ganhou força. Depois de nove anos de consolidação da Refrescos Bandeirantes, por exemplo, o grupo fundou a Rembal, empresa responsável pela produção de garrafas pets (polietileno tereftalato) descartáveis. Em 1999, partem para o mercado de água mineral, com a Rebica Indústria e Comércio Ltda., responsável pela produção das marcas Acqua Lia e Paola.

Em 2000, passam a atuar num ramo até então inédito em seu portfólio: o da educação. As Faculdades Alves Faria (Alfa) surgem como fruto de um projeto arrojado de ser pioneira regional em lançar o conceito de educação aliada aos negócios em Goiás. Em São Paulo, lançam a Faculdade Autônoma em Direito (Fadisp) e a Alfa Concursos. Em 2008, a Red & White Solution - uma empresa focada em soluções de TI, consultoria e desenvolvimento de sistemas - nasce. A aposta em tecnologia continua com a 3T Systems, especializada em rastreamento. O grupo decide investir na lo-

Divulgação



Faculdades Alves Faria: projeto arrojado alia conceito de educação e negócios



Na era da profissionalização da gestão há cinco décadas, o Grupo José Alves já dava suas primeiras contribuições”

cação de veículos, com a Atlanta. Depois é a vez do mercado imobiliário, com o nascimento da NL Imobiliária.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro Alves, avalia que a diversificação parte do poder visionário do grupo. “Desde sua fundação, há meio século, quando a economia estadual não tinha o destaque de hoje no cenário nacional, a confiança em Goiás, o pioneirismo, o arrojo, a visão no futuro, a vanguarda tecnológica e

a qualificação de suas equipes atentas à evolução dos mercados, foram suas referências maiores.”

O presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás, Cesar Helou, acredita que o Grupo José Alves deverá continuar a diversificar seus investimentos. “O grupo surgiu no segmento atacadista. Quando esse momento foi ultrapassado, novamente enxergou que era a hora do consumo de bebidas, depois o investimento brasileiro em educação e finalmente em tecnologia. Conhecendo o seu presidente, acredito que novos e surpreendentes setores terão em breve a sua logomarca.”

A presidente da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (Acieg), Helenir Queiroz, ressalta que a diversificação dos negócios pelo grupo pode ser considerada um exemplo histórico em gestão para o empresariado goiano. “Na era da profissionalização da gestão há cinco décadas, o Grupo José Alves já dava suas primeiras contribuições - que foi contínua desde então - para modernizar a economia e a cultura empresarial do Estado.”

Divulgação



Helenir Queiroz, da Acieg: contribuição para modernizar a economia e a cultura empresarial no Estado

CULTURA



Teatro Mágico: grupo mistura música, teatro e arte circense em suas apresentações

Balanco positivo

Um fórum nacional, shows, festivais e apresentações destinadas a todos os públicos marcaram a agenda da Secult Goiás em 2012

No encerramento de 2012, a Secretaria de Estado da Cultura (Secult Goiás) acelerou o ritmo de trabalho, fechando o ano com um balanço mais do que positivo. A secretaria recebeu, nos dias 29 e 30 de novembro, o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes da Cultura, com a presença de secretários de todo o Brasil e da ministra da Cultura, Marta Suplicy. Também no dia 29, o Centro Cultural Gustav Ritter realizou no Teatro Goiânia o espetáculo "Nelson Para Sempre", em homenagem ao imortal Nelson Rodrigues. Alunos do centro participaram da programação especial do Natal na Praça, promovido pelo governo estadual.

O reinaugurado Teatro Goiânia seguiu com uma extensa programação cultural no último mês do ano, com espetáculos variados, incluindo shows musicais, peças de teatro, mostra de dança, noite árabe e cantada de Natal. E por falar em teatro, a cidade de Porangatu recebeu de 5 a 9 de dezembro o TeNpo 2012 – Mostra Nacional de Teatro. Para fechar o ano, o órgão continuou o

trabalho de estruturação do Sistema Estadual de Cultura (SNC), realizando reuniões de definição do Plano Estadual de Cultura, com ampla participação da sociedade e elaborado com uma perspectiva de dez anos.

TeNpo 2012 - O festival chegou à sua 11ª edição com uma abertura há muito esperada: o show do Teatro Mágico, o grupo mistura música, teatro e arte circense. Além disso, a programação incluiu oficinas, apresentações teatrais de grupos goianos e nacionais e a primeira edição dos Debates Vivo EnCena, programa cultural da empresa Vivo para as artes cênicas. As mesas-redondas tiveram a participação de diretores e gestores da área do teatro dos grupos GTI e Nu Escuro (GO), Cia Fianzeiros (PE), Phila 7 (SP) e do Palco Fora do Eixo (RS).

Uma das novidades desse TeNpo foi a participação da cidade e da região na seleção dos grupos. Das oito vagas, uma foi destinada exclusivamente à região Norte e outra para a cidade sede, Porangatu.

Centro Cultural Oscar Niemeyer

O Centro Cultural Oscar Niemeyer realizou, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2012, 18 eventos governamentais; 5 empresariais; 4 de cunho social; 19 shows; 8 exposições; 7 eventos na Esplanada Juscelino Kubitschek; 9 eventos no Monumento aos Direitos Humanos; 2 festivais internacionais; 6 encontros no Projeto Café de Ideias e 21 apresentações da Orquestra Filarmônica de Goiás. Como programação de fim de ano, encontram-se abertas ao público as exposições A Arte e os Ofícios de D.J. Oliveira; Cleber Gouvêa - Olhar Orgânico; e A Cidade é o Lugar e Parede do Acervo, de Amaury Menezes. As exposições ocorrem nas galerias D.J. Oliveira e Cleber Gouvêa e também no salão do Museu de Arte Contemporânea – MAC. Todos os eventos podem ser conferidos no site www.ccon.go.gov.br.

Para 2013, estão confirmados a realização do sarau literário A Balada Literária, no segundo sábado de cada mês, no auditório Lygia Rassi do Monumento aos Direitos Humanos, com artistas locais e nacionais; Projeto GladiAtores, oficinas intensivas de teatro; Projeto Música no Ar, com apresentação de artistas locais e nacionais na Esplanada JK, aos domingos; novas conferências do Projeto Café de Ideias, com convidados nacionais e uma conferência mensal com personalidades do Estado.

AGENDA MUNICIPAL

Muito otimismo no segundo mandato

Depois do esforço para colocar as contas em dia, prefeitos antecipam quatro anos de crescimento mais acelerado, com apoio do governo estadual

Ano novo, velhos desafios. Essa é a perspectiva de quem se reelegeu e assume, em 1º de janeiro, novo mandato na administração de alguns municípios. Ainda que tenham vencido obstáculos, como dívidas de antecessores, as demandas se repetem ou se ampliam, em áreas como saúde, educação, habitação e moradia. Mas o otimismo é marcante entre prefeitos ouvidos pela revista **ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO**.

Em Palmeiras de Goiás, Alberane de Souza Marques (PSDB) acredita que pôs as dívidas em dia e garantirá ao município a mesma taxa de crescimento esperada para o Estado, graças à força da indústria e do comércio locais. Ele conta que a cidade já ganhou empresas como uma usina de biodiesel, a Pif Paf – que abate cem mil aves por dia –, a Comigo e a fábrica de tintas Resicolor. Em breve, receberá a Usina Termoelétrica, praticamente pronta.

No primeiro mandato, Alberane afirma ter feito o máximo. “Não conseguimos asfaltar 100% da cidade, mas já estamos com os recursos garantidos, e a partir do ano que vem vamos deixar a cidade toda asfalta-



*Alberane Marques, de
Palmeiras de Goiás:
“As expectativas para
2013 são as melhores,
pois vamos trazer obras
importantes, em parceria
com o Estado”*

da”, promete. E já para o próximo ano prevê a construção de 800 casas. “O projeto está na Caixa Econômica Federal, e vamos assinar o acordo nos próximos dias”, avisa o prefeito de Palmeiras, a 72 quilômetros ao Sul de Goiânia.

Mesmo à frente de um dos municípios mais ricos do Estado, Juraci Martins (PSD) também enfrentou o desafio de colocar as contas em dia. “Quando assumimos, em 2009, a Prefeitura de Rio Verde era devedora e não tínhamos possibilidade de conseguir recursos.” Ou seja, o primeiro mandato também foi de reestruturação. “Não deixamos quase nada para trás. Tudo está dentro dos cronogramas previstos em lei”, comemora.

Nos próximos quatro anos, ele prevê promover pleno crescimento do município. “Quero investir no tripé que mais preocupa os rioverdenses: segurança, saúde e trânsito”, acrescenta, ao lembrar que, com a ajuda do governo estadual, a prefei-



Juraci Martins, de Rio Verde: forte investimento em segurança, saúde e trânsito



De acordo com prefeitos as expectativas são as melhores possíveis para o próximo mandato”

tura trouxe para a cidade a Academia da Polícia Militar e instalou, na avaliação do prefeito, a melhor delegacia de Polícia Civil do Estado. Na saúde, destaca a criação de nove leitos de UTI e a reforma no hospital municipal.

Alto Paraíso e Cristalina buscam (mais) recursos

Dificuldades também foram rotina para o prefeito Álan Gonçalves Barbosa (PSB), de Alto Paraíso, no Nordeste goiano. Sobretudo porque ele teve um primeiro mandato curto, em virtude de uma tragédia que marcou a cidade. Álan era vice de Divaldo William Rinco (PSDB), assassinado em setembro de 2010. Ao assumir, o prefeito teve de reformular a equipe e buscar a regularização dos repasses de recursos estaduais. “Havia ainda a imprevisibilidade e a insuficiência das verbas do governo federal, especialmente do Fundo de Participação dos Municípios.”

Mas as expectativas são as melhores possíveis para o próximo mandato. “Temos uma equipe mais comprometida e capacitada, o que resultará em melhor acompanhamento das ações planejadas.” Como



Álan Gonçalves Barbosa, de Alto Paraíso: “Temos uma equipe mais comprometida e capacitada”

resultado, prevê captação de recursos para garantir mais desenvolvimento ao município, que fica a 420 quilômetros da capital.

Quem pensa em um município com a maior jazida de cristal do mundo, rico em belezas naturais, imagina facilidades para a administração municipal. Mas Luiz Carlos Attié (PSD), prefeito de Cristalina, no Entorno do Distrito Federal, garante ter tido grandes barreiras. “A situação financeira do município era de penúria. Foi um grande desafio conseguir celebrar convênios e colocar as contas em dia”, lembra.

Mesmo assim, Attié comemora obras como reforma do hospital municipal, recuperação de estradas, asfaltamento dos bairros, construção e reforma de escolas. “Mais de uma centena de projetos foram executadas.” A partir de janeiro, ele promete ainda mais empenho. “Vamos trabalhar muito, batendo na porta dos governos estadual e federal. Farei o dobro na gestão que assumo dia 1º de janeiro de 2013”, prevê.

Poucos recursos fragilizam municípios

Em um País onde os principais recursos estão centrados na esfera federal, resultado de um pacto federativo equivocado, governar bem um município exige competência e criatividade. É o que pensa o prefeito de Palmeiras de Goiás, Alberane de Souza Marques. “Nosso pacto federativo é prejudicial. As pessoas moram nas cidades, onde os impostos são gerados, mas a arrecadação é concentrada em Brasília, de forma injusta, pois 60% da arrecadação ficam com o governo federal, 25% com os Estados e só 15% com os municípios”, enumera.

Como resultado, os prefeitos precisam implorar verbas em Brasília. “Nós precisamos ter uma distribuição mais justa dos recursos”, cobra. Na opinião do prefeito, é urgente prefeitos e governadores se unirem para mudar o quadro. “O Brasil poderia se desenvolver muito mais se os recursos ficassem nos municípios onde são gerados”, acredita.

Em relação ao pacto federativo, o prefeito de Rio Verde, Juraci Martins é conciso, mas no mesmo raciocínio de Alberane. “Há um processo de fragilização dos municípios. É preciso reverter esse quadro, com uma distribuição mais justa do bolo tributário, hoje concentrado na União”, analisa.



Luiz Carlos Attié: “Foi um desafio celebrar convênios e colocar as contas em dia”

De Cristalina, Luiz Carlos Attié acrescenta que Estados e Municípios têm mais obrigações que recursos. “Somos dependentes, e a única forma de mudar esse quadro é a reforma do Pacto Federativo, porque não seremos capazes de atender as necessidades básicas de um município.”

Álan Gonçalves Barbosa (PSB), de Alto Paraíso, também pensa de forma semelhante. “Os municípios brasileiros, especialmente os pequenos, precisam ser tratados com mais responsabilidade pelo governo federal.”

Pacto federativo

Acordo firmado entre a união e os Estados federados, o pacto federativo estabelece funções, direitos e deveres da União e dos Estados. E por ser uma união federativa, o governo deveria ser descentralizado, assim como a arrecadação tributária, deixando ao governo federal funções como a defesa nacional, emissão da moeda, e a política externa. Mas, no Brasil, o pacto federativo Brasileiro, centraliza o poder na capital federal, e distribui os recursos arrecadados de maneira injusta, gerando guerras fiscais entre os Estados, que são obrigados a reduzir sua arrecadação para atrair empresas, enquanto os impostos federais são concentrados em Brasília. Propõe-se uma reforma no pacto federativo, dando prioridade aos municípios, para que possam administrar maior fatia do que ali é produzido.

Sintonia com o Estado

Diferentemente das queixas contra o Pacto Federativo, os prefeitos ouvidos pela **ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO** se mostram otimistas com a Agenda de Gestão Municipal, do governo estadual. “O governador Marconi Perillo (PSDB) é municipalista, e tem ajudado todas as cidades”, avalia Alberane Marques, de Palmeiras. Para Alberane, a Agenda de Gestão Municipal dá suporte aos gestores e ajuda a buscar novos recursos e a melhorar a arrecadação.

Juraci Martins, de Rio Verde, também destaca o bom relacionamento com o governo Marconi Perillo. “O Estado tem se mostrado bastante acessível e razoável quanto às necessidades de Rio Verde”, avalia.

Por sua vez, Álan Gonçalves Barbosa, de Alto Paraíso, observa que é por meio do bom relacionamento com o governo estadual que o município tem sido contemplado com importantes ações e obras de infraestrutura.

Prefeito de Cristalina, Luiz Carlos Attié cita, além da Agenda Municipal, outras ações do governo estadual que têm contribuído para ajudar os municípios, a exemplo do Programa de Ação de Desenvolvimento Integrado (PAI), que reúne um conjunto de ferramentas de gestão. “Isso mostra a preocupação do governo Marconi Perillo com as dificuldades que os prefeitos enfrentam no dia a dia.”

PAINEL DO DESENVOLVIMENTO

Sérgio Castro



Desenvolvimento

Combater as desigualdades regionais, descentralizando o crescimento em favor das regiões menos desenvolvidas do País e assegurando o equilíbrio no desenvolvimento econômico, será o principal desafio a ser enfrentado pelo Brasil daqui em diante, exigindo um esforço coordenado do setor público em todos os níveis. Este foi o tema central da 1ª Conferência Macrorregional de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste, realizada em novembro. A solenidade de abertura contou com a presença, entre outros, do governador Marconi Perillo, do secretário de Gestão e Planejamento de Goiás, Giuseppe Vecci, do secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Sérgio Duarte de Castro (foto), e do superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado.

Prazos e condições

O contrato de concessão para exploração do serviço de transporte intermunicipal de passageiros em Goiás terá prazo de 15 anos improrrogáveis. Para definir o prazo, a AGR considerou a estimativa dos investimentos que deverão ser feitos pelas concessionárias ao longo do tempo, o período necessário para a amortização desses investimentos (payback) e a obtenção de lucro a uma margem de 8,67% ao ano.

Doação de áreas

Projeto de lei encaminhado pelo governo do Estado à Assembleia Legislativa autoriza a doação de áreas para a construção das novas sedes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e da Justiça Federal em Goiás. Além das áreas destinadas ao TRE e ao Foro da Justiça Federal, localizadas na Fazenda Retiro, no Setor Jaó em Goiânia, o governador Marconi Perillo assinou ainda termo de entrega de área, localizada também na Fazenda Retiro, para a construção da nova sede da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). O Ministério Público Estadual também foi agraciado com uma área na cidade de Caldas Novas para a construção da sede das Promotorias de Justiça naquela cidade.



Sérgio Simões

Cadeias produtivas

No âmbito do Projeto Construindo Juntos o Futuro do Agronegócio em Goiás, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) lançou, no dia 23 de novembro, amplo estudo identificando as vantagens e os desafios da atividade, além de propor soluções para os gargalos que emperram o crescimento do setor. Dividido em cinco publicações - Milho e Soja, Aves e Suínos, Carnes e Couro Bovino, Látceos e Sucreenergética -, o trabalho foi considerado pelo presidente do Conselho Temático de Agronegócios da Fieg, Igor Montenegro (foto), "um novo marco para o futuro do agronegócio" no Estado.



Walter Alves

Vapt Vupt Empresarial

O governador Marconi Perillo inaugurou, no dia 19 de novembro, o Vapt Vupt Empresarial da Junta Comercial do Estado de Goiás (Juceg), instalado no Edifício Euro Working Concept, no Setor Oeste, em Goiânia. A 42ª unidade do Vapt Vupt entregue pelo governo, com área de 611 metros quadrados e estacionamento subterrâneo rotativo para 18 carros, conta com guichês do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Goiânia, do Corpo de Bombeiros, da Secretaria da Fazenda (Sefaz), do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), do Sebrae Goiás, da OAB-GO, da Prefeitura de Goiânia e da Caixa Econômica Federal (Caixa).



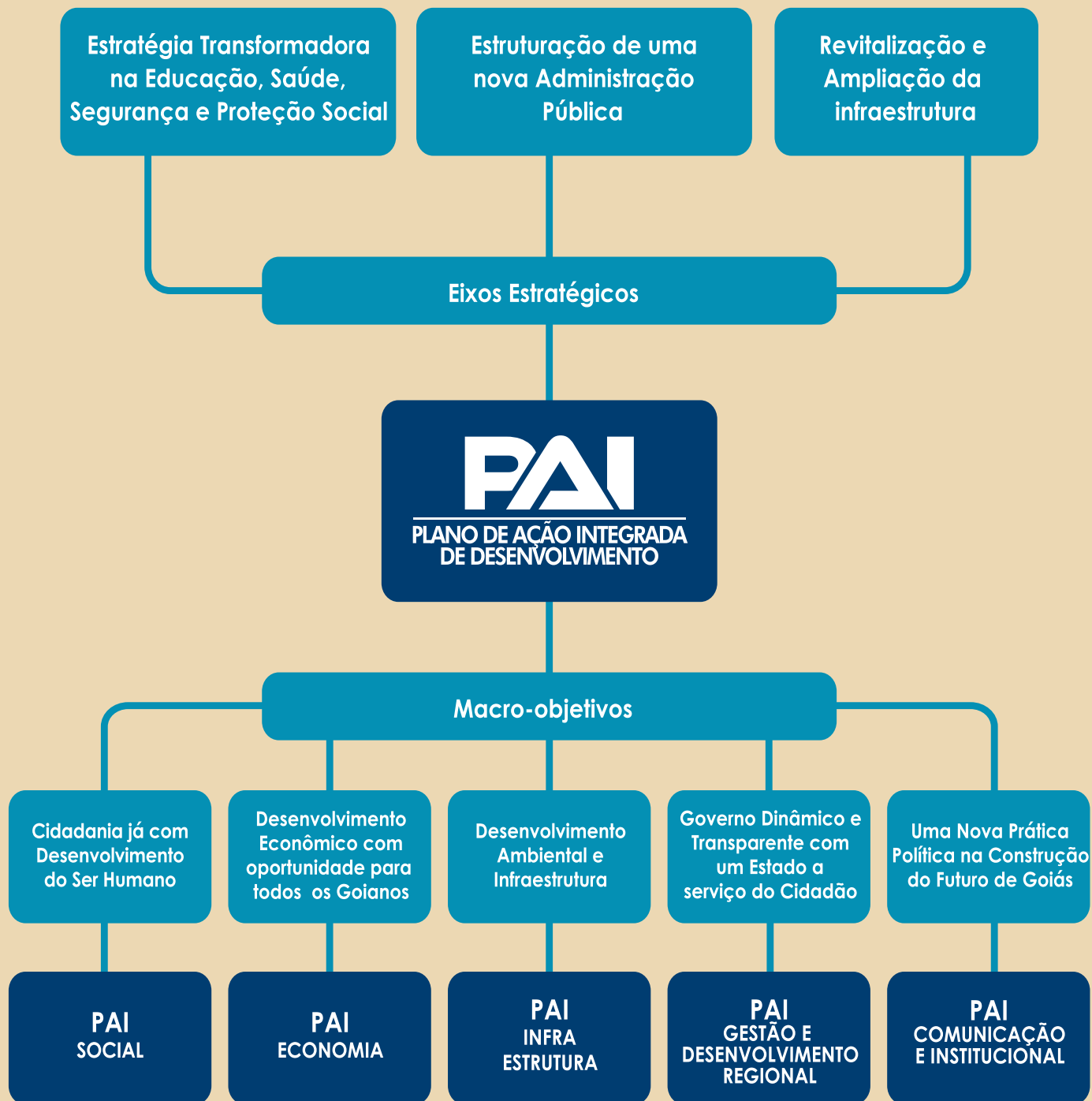
Laíson Damásio

Seminário de regulação - AGR

Promovido em novembro pela Agência Goiana de Regulação (AGR), na sede da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), em Goiânia, o 2º Seminário Goiano de Regulação discutiu a reestruturação do sistema de transporte intermunicipal de passageiros em Goiás e no Distrito Federal. Entre outros temas, foi debatido o edital de licitação do transporte intermunicipal de passageiros de Goiás, envolvendo 214 linhas, distribuídas em sete lotes ou eixos estruturais, com capacidade para 15 milhões de passageiros por ano.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GOVERNO DE GOIÁS

(Gestão 2011-2014)



SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO





2013

Este vai ser o ano de sua sorte!
Acredite nisto, faça seus sonhos virarem realidade
e se precisar de uma forcinha financeira para
fomentar seu negócio conte sempre conosco.

